

by
to
page

Portugal
Ventures
GROWING GLOBAL

GRUPO **BP**

Relatório de Gestão e Contas 2022

9 de março de 2023

Mensagem do Conselho de Administração

Na Assembleia Geral realizada a 28 de outubro de 2021, foi eleita a nova equipa de gestão da Sociedade para o triénio 2021-2023, com entrada formal em funções a 1 de janeiro de 2022. Foi nessa Assembleia Geral confirmada a recondução de dois elementos da equipa de gestão anterior da Portugal Ventures para mais um mandato (Rui Ferreira e Pedro Mello Breyner), a quem se juntou Teresa Fiúza.

O ano de 2022 foi marcado não só pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades e Orçamento, como de reafirmação do propósito da Portugal Ventures, como empresa especializada na capitalização do ecossistema empreendedor português, fazendo jus ao espírito que presidiu à sua criação há dez anos atrás, em 27 de junho de 2012. Dada a sua dimensão e o entrosamento com as suas redes de parceiros, a Portugal Ventures tem um reconhecido papel de “cola” do ecossistema empreendedor nacional.

A equipa de gestão que iniciou em 2022 o seu mandato, manifesta aos Senhores Acionistas, Conselho Fiscal, reguladores, participantes dos fundos sob gestão e equipa da PV, uma palavra de profundo agradecimento pela confiança depositada e pelo trabalho desenvolvido em conjunto, de forma construtiva e harmoniosa.

Continuamos focados na prossecução das diretrizes estruturais que permitam à Portugal Ventures continuar a assumir-se como uma entidade absolutamente estrutural no apoio ao empreendedorismo nacional, e assim:

- Contribuir para a agilização de uma política de investimentos de capital risco público em Portugal, sustentada pela constituição de novos Fundos com teses de investimento alinhadas com as prioridades nacionais para apoio à economia portuguesa e com as diretrizes do seu principal acionista, o Banco Português de Fomento;
- Criar valor na política de acompanhamento dos investimentos, por via da dinamização do negócio, garantindo uma procura pró-ativa de parceiros de negócio e de financiamento em novas rondas de investimento;

- o Criar condições de desinvestimento nas empresas mais maduras do portefólio, de forma a gerar rentabilidade atrativa para os Fundos sob gestão.

Uma palavra especial de reconhecimento à equipa de colaboradores da Portugal Ventures, pela sua dedicação, profissionalismo e sentido de missão, que em condições muito difíceis, contribuiu para reforçar o nosso papel como um dos investidores que melhor proposta de valor oferece aos empreendedores, partilhando com as empresas do portefólio a experiência e o *know-how* de mais de 20 anos na gestão de empresas, as redes de contactos e as melhores práticas na indústria de Capital de Risco.

Ao longo do ano de 2022 foram lançadas bases sólidas para aumentar as redes de parceiros, um ativo essencial à prossecução da atividade da Sociedade, bem como para aumentar os ativos sob gestão, via constituição de novos fundos, com componente significativa de fundos privados, a complementar os fundos destinados a fomentar políticas públicas.

O nosso compromisso é de contínua análise do mercado, trabalhando para resolver falhas de mercado existentes, sejam elas de origem sectorial, regional ou de maturidade.

Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* a confiança depositada e aqui estaremos com grande motivação para que a Portugal Ventures cumpra a sua missão estratégica e papel determinante na capitalização das empresas portuguesas.

O Conselho de Administração



Rui Ferreira
(Presidente)



Teresa Fiúza
(Vice-Presidente)



Pedro Melo Breyner
(Vogal)

Índice

Mensagem do Conselho de Administração	2
PARTE I - A Portugal Ventures	6
1. Perfil Corporativo	6
1.1. Missão e Valores	6
1.2. Orientações e Objetivos de Política Pública	8
1.3. Estrutura Acionista	9
1.4. Órgãos Sociais	10
2. Atividade da Sociedade	12
2.1. Objetivos da Política de Investimento	12
2.2. Financiamento da Atividade	16
2.3. Riscos	18
3. Estrutura Organizativa	20
4. Cumprimento das Orientações Legais	29
PARTE II - Síntese da Atividade em 2022 e Perspetivas para 2023	45
1. Dealflow	45
1.1. Captação de Dealflow	45
1.2. Processo de Análise	47
2. Investimento	49
2.1. Atividade de Investimento	49
2.2. Atividade de Desinvestimento	53
3. Gestão de Fundos de Capital de Risco	57
3.1. Caracterização sumária	57
3.2. Principais Indicadores	60
3.3. Carteira de Ativos de Capital de Risco	63
3.4. Valorização do Investimento em Carteira	65
4. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures	68
4.1. Carteira de Ativos de Capital de Risco	68
4.2. Valorização do Investimento em Carteira	68
4.3. Atividades de Suporte	70
4.4. Análise Financeira das Contas	118

4.4.1. Resultados	119
4.5. Rendimentos	120
4.6. Gastos	122
4.7. Balanço	125
5. Proposta de Aplicação dos Resultados	128
6. Factos Subsequentes	129
7. Outros Indicadores de Atividade	130
8. Perspetivas para 2023	132
9. Outra Informação Relevante	133
10. Agradecimentos	134
PARTE III - Demonstrações Financeiras	135
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	136
3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	137
4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022 E 2021	138
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2022	139
ANEXOS – Relatórios, Certificações e Pareceres	189

PARTE I - A Portugal Ventures

1. Perfil Corporativo

1.1. Missão e Valores

Em 2022 a equipa de gestão que iniciou funções redefiniu como missão da Portugal Ventures para o triénio, **o investimento pró-ativo em startups em todas as fases de desenvolvimento, apostando no seu crescimento, competitividade e capacidade de internacionalização.**

Sendo 2021-2023 um mandato de continuidade, mantivemos em 2022 o desenvolvimento da atividade da Sociedade de investimento de acordo com a mesma matriz referencial: do nível de qualificação e de adequação das equipas promotoras, da qualidade dos projetos nos quais investe, qualidade essa avaliada em termos de coerência, racionalidade e natureza inovadora do investimento para a produção de bens e serviços internacionalmente transacionáveis, em função da novidade e da sua difusão.

Sendo um operador público, a Portugal Ventures desenvolveu de igual forma a sua atividade de investimento tendo como referência o impacto dos projetos nos quais investe, relevando, em particular, o grau de resposta dos mesmos na competitividade nacional, incluindo o efeito multiplicador dos capitais públicos investidos, o efeito de arrastamento no ecossistema em que opera e o impacto estrutural pelas externalidades positivas que pode originar, cobrindo assim as chamadas “falhas de mercado” na indústria nacional de capital de risco.

Em relação à sua visão, a Portugal Ventures continuou a afirmar-se como **o parceiro de referência no capital de risco em Portugal, desenvolvendo estratégias diferenciadoras de crescimento, competitividade e capacidade de internacionalização para cada participada investida, procurando ativamente consolidar no seu portefólio casos de referência e sucesso, avaliados, sobretudo, em função da orientação da lógica de negócio dessas participadas para os mercados internacionais.**

Com a integração da Portugal Ventures no Grupo Banco Português de Fomento, no triénio 2021-2023, a Portugal Ventures manterá a mesma missão, visão e valores, podendo assumir um posicionamento no mercado complementar à atividade do Banco Português de Fomento e das suas restantes

participadas – as Sociedades de Garantia Mútua e o Fundo de Investimento Imobiliário Turismo Fundos, o que poderá determinar o alargamento da sua missão a curto prazo.

Figura 1 - Missão, Visão e Valores da Portugal Ventures



A atividade da Portugal Ventures continuará assente num conjunto importante de valores corporativos, redefinidos pela equipa de gestão no início do mandato, que suportam a cultura e reforçam a identidade distintiva da Sociedade, a saber:

- **Compromisso:** temos um sentimento de orgulho, pertença e lealdade para com a Portugal Ventures e a sua identidade distintiva. Agimos tendo por base as prioridades e objetivos organizacionais, assumindo a responsabilidade de dar o nosso contributo individual para o sucesso e a sustentabilidade das nossas participadas. Temos a capacidade para trabalhar transversalmente com os vários colegas da empresa e das participadas nas quais investimos, partilhando a informação e boas práticas e promovendo a coesão e a criação de sinergias em torno dos objetivos comuns.
- **Excelência:** acreditamos que o cliente (interno e externo) é a prioridade e que todas as ações têm impacto na sua satisfação. Colocamos o cliente no centro da nossa atuação, promovendo relações de proximidade e personalizando a interação. Atuamos como um parceiro capaz de antecipar e/ou identificar as suas necessidades, sendo perseverante a assegurar a sua plena satisfação e um serviço de excelência.

- **Transparência:** somos imparciais e isentos na execução das nossas responsabilidades, visível através de uma atuação individual, íntegra e em consonância com os princípios e com o Código de Conduta da Portugal Ventures, mantendo a consistência ao longo do tempo. Valorizamos e cumprimos as regras de controlo e os procedimentos (externos e internos) aplicáveis à atividade desenvolvida, sendo rigorosos de modo a assegurar a fiabilidade da informação reportada e dos outputs finais.

1.2. Orientações e Objetivos de Política Pública

No âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público, definida por Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 (DR 1.ª Série de 29.11.2011), a Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (anteriormente denominada Inovcapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A) incorporou, por fusão concluída em 22 de junho de 2012, as sociedades, AICEP Capital Global - Sociedade de Capital de Risco, S.A. e TC Turismo Capital-SCR, S.A., refletindo uma nova visão e estratégia da intervenção pública em capital de risco.

Da reforma da atividade pública de capital de risco então empreendida, assume destaque o objetivo programático, que hoje se mantém, de impulsionar o desenvolvimento do empreendedorismo nacional e a valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica.

De salientar ainda a este nível, a integração da Portugal Ventures no Conselho de Coordenação das Instituições Financeiras de Apoio à Economia Nacional, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2019, que incluiu também na altura a IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, a PME Investimentos, a SPGM – Sociedade de Investimento, a Turismo Fundos, o IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, o Turismo de Portugal (TP) e a SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A e já em 2020, a publicação do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, que operou a formalização do Banco Português de Fomento, S.A. e a decisão sobre o aumento de capital social dessa entidade, através de entradas em espécie e mediante a transmissão das participações da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., pelo Instituto do Turismo de Portugal, I.P. e pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

4
21
103

Figura 2 - Resumo da Evolução Histórica da Portugal Ventures: Mais de 30 Anos a Servir o Ecossistema Empreendedor



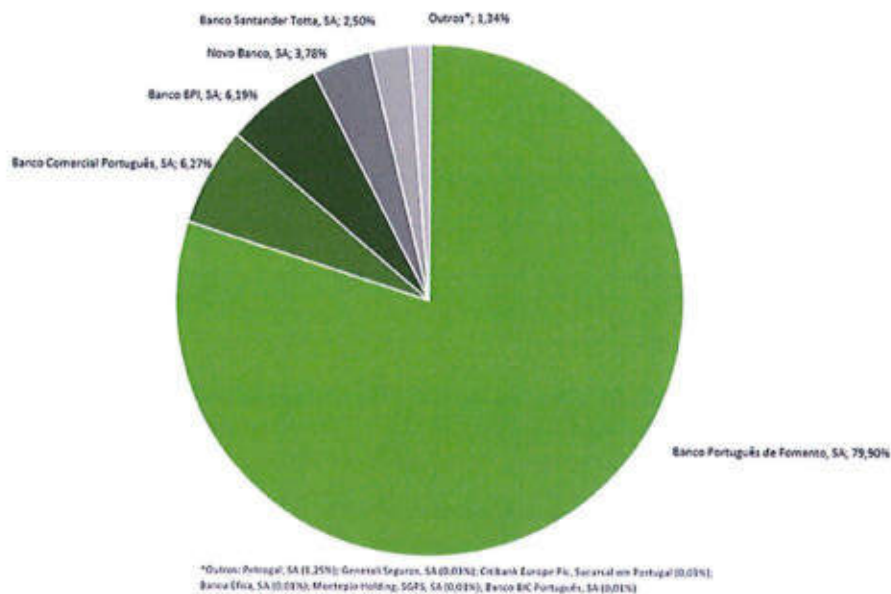
1.3. Estrutura Acionista

A Portugal Ventures integra o Setor Empresarial do Estado e é responsável pelo investimento de capital de risco de tipo *venture capital* retalhista, desenvolvendo a sua atividade nas mesmas condições e termos aplicáveis a qualquer empresa privada, estando sujeita às regras gerais da concorrência nacionais e comunitárias. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, que regulou a atividade e o funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. e o aumento de capital social dessa entidade, através de entradas em espécie e mediante a transmissão das participações representativas do capital da Portugal Ventures detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., pelo Instituto do Turismo de Portugal, I.P. e pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., após 3 de novembro de 2020, a estrutura acionista da Portugal Ventures passou a ser a seguinte:

Tabela 1 - Estrutura Acionista Atual da Portugal Ventures

Acionista	Valor Nominal	%
Banco Português de Fomento, SA	32 291 620 €	79,90
Banco Comercial Português, SA	2 534 930 €	6,27
Banco BPI, SA	2 503 205 €	6,19
Novo Banco, SA	1 527 595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1 009 935 €	2,50
Petrogal, SA	504 965 €	1,25
Generali Seguros, SA	12 625 €	0,03
Clibank Europe Plc, Sucursal em Portugal	12 625 €	0,03
Banco Efiss, SA	5 050 €	0,01
Montepio Holding, SGPS, SA	5 050 €	0,01
Banco BIC, SA	5 050 €	0,01
Total	40 412 650 €	100,00

Figura 3 - Estrutura Acionista Atual da Portugal Ventures



1.4. Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures realizada em 28 de outubro de 2021, foi aprovada a alteração dos Estatutos da Sociedade e foram eleitos os órgãos sociais da Sociedade para exercerem funções no mandato correspondente ao triénio 2021-2023, tendo o início do exercício de funções ocorrido no dia 1 de janeiro de 2022.

Com a aprovação dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração Executivo passou a denominar-se Conselho de Administração e as alterações estatutárias definidas ao nível do modelo de governo societário da Portugal Ventures produziram efeitos na data do início do exercício de funções dos membros dos órgãos sociais designados para o mandato 2021-2023, ou seja, no dia 1 de janeiro de 2022.

A partir dessa data, os órgãos sociais da Portugal Ventures são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, tendo a seguinte composição:

Handwritten initials in blue ink, possibly "M" and "P" with a checkmark.

Conselho de Administração

- Presidente: Rui Pedro Soares Ferreira
- Vice-Presidente: Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes
- Vogal: Pedro Maria Pereira de Melo Breyner

Conselho Fiscal

- Presidente: Ana Sofia Ferreira Pires da Silva
- Vogal: António Henrique Gomes de Almeida
- Vogal: Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representado pelo André Miguel Andrade e Silva Mendonça
- Suplente: José António Fraga de Sousa

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio
- Secretário: Paula Viegas Rosa

O Revisor Oficial de Contas - António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representado por Carlos Alberto Freitas dos Santos - mantém-se em exercício de funções.

2. Atividade da Sociedade

2.1. Objetivos da Política de Investimento

Desde 2012 que a Portugal Ventures assume um papel determinante no financiamento e crescimento do ecossistema nacional do empreendedorismo e como foi atrás referido, com a ambição de impulsionar o sucesso global das empresas, levando-as a atingir metas de competitividade em todas as fases de desenvolvimento do seu negócio. Eis alguns números relevantes à data e que resumem esse papel primordial:



Ao longo destes anos, os diversos Conselhos de Administração têm trabalhado com o objetivo de fazer da Portugal Ventures o parceiro de referência na área do capital de risco em Portugal e no estrangeiro, o que tem vindo a ser reconhecido pelo mercado, face às distinções que temos recebido e que abaixo exemplificamos, destacando o Prémio *Early Stage Investor* 2021, atribuído pela associação nacional que congrega a maioria dos investidores de capital de risco early stage em Portugal – a **Associação Investors Portugal**:



Estratégia atual de investimento da Portugal Ventures:



Como investimos:

- Investimos de 100k€ até 1,5M€ de acordo com o setor e estágio
- Privilegiamos o co-investimento com parceiros nacionais e internacionais
- Investimos por tranches de acordo com o cumprimento de milestones estratégicas
- Detemos uma participação na estrutura acionista da empresa
- Integramos o Conselho de Administração da empresa

Proposta de valor da Portugal Ventures:



SMART INVESTMENTS

Criamos valor no acompanhamento de cada *startup* em que investimos, desenvolvendo estratégias diferenciadoras que garantam uma gestão objetiva de *milestones* e o cumprimento de metas que levam ao sucesso global do negócio.



EQUIPA COM TRACK RECORD

Equipa com +20 anos de experiência relevante e especializada na gestão de investimentos de capital de risco, apoiando ativamente os novos investimentos e os da carteira, com competências *in-house* nas indústrias em que investimos



REDE DE CONTACTOS

Partilha de contactos com investidores e parceiros estratégicos, promovendo a ligação das *startups* a parceiros empresariais, peritos industriais, potenciais clientes e peritos em todas as indústrias em que investimos. Facilitamos o acesso a uma vasta rede de investidores, nacionais e internacionais, para futuras rondas de investimento.



KNOW-HOW E TRACK RECORD

Desde 2012, 195M€ foram investidos em 201 empresas. Desenvolvemos a atividade de capital de risco há mais de 10 anos, acumulando a experiência de acompanhamento de negócios em mais de 20 indústrias.

Atual processo de investimento:



Na tipologia comumente aplicada a nível internacional para *venture capital* identificam-se quatro fases iniciais de levantamento de capital: *Pré-Seed*, *Seed* (ambas associadas a *startups*), *Growth* e *Late Growth*. A nível internacional, a fase de *Pré-Seed* é geralmente suprida por recurso a *Business Angels*, não existindo atuação de investidores institucionais de capital de risco. Em Portugal, a maior falha de mercado é nas fases *Pré-Seed*, como ficou demonstrado com o elevado número de candidaturas que recebemos em 2020, na primeira edição da *call Innov-ID* (117), na segunda edição da *call Innov-ID* (85) e o número de investimentos concretizados até ao momento (43) e na fase *Growth*, dado o número limitado de operadores privados com Fundos com capacidade para investirem entre 5 a 10 milhões de euros, o que dificulta a capacidade das *startups* portuguesas atingirem o estatuto de unicórnio mantendo a Sede e o seu centro de decisão em Portugal. De referir que os investidores privados estrangeiros raramente investem fora dos seus mercados de origem em fases incipientes como *Seed* (*Early* ou *Late*) e que em *Series A* e *Growth*, os investidores preferem que as *startups* se desloquem para os seus mercados domésticos, nomeadamente Reino Unido e Estados Unidos, preferindo investir em sindicato, juntamente com acionistas institucionais pré-existentes.

Através da sindicância de investimentos, a intervenção pública de capital de risco protagonizada pela Portugal Ventures pretende contribuir para criar as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria nacional de capital de risco, inserida nas mais dinâmicas cadeias de valor internacionais, o que fará da atividade um fator crítico de competitividade e fonte de geração de riqueza nacional e de criação de emprego altamente qualificado.

A Portugal Ventures tem vindo a posicionar-se no grupo de investidores que oferecem a melhor proposta de valor aos empreendedores, empenhando-se no desenvolvimento das respetivas *startups*, através da presença nos Conselhos de Administração, da partilha de experiências de gestão de empresas, da disponibilização de redes de contactos e da utilização das melhores práticas em termos de instrumentos de capitalização, de modo a viabilizar rondas futuras de investimento, coinvestimento, e a estruturação das posições acionistas de forma equilibrada entre benefícios económicos e o controlo sobre as decisões estratégicas das empresas.

É neste contexto que a Portugal Ventures é hoje um investidor de referência nas fases *Pré-Seed* e *Seed* e co-investidor nas fases subsequentes, suprimindo as falhas de mercado justificativas da política de intervenção pública em Portugal. Contudo, estas intervenções demoram o seu tempo a tornar visíveis, em toda a sua extensão, os impactos económicos e sociais, em termos de crescimento do PIB, de modernização e alteração do paradigma da economia nacional. Este é um desígnio decisivo para o futuro do país a que a Portugal Ventures tem vindo a corresponder com empenho e determinação e, cada vez mais, com reconhecimento nacional e internacional.

2.2. Financiamento da Atividade

Como tem vindo a ser sinalizado ao longo dos últimos anos, um dos principais desafios da Sociedade tem sido a captação e o reforço de capital dos Fundos sob gestão, dificultado pelos seguintes fatores:

- O carácter público da Sociedade, que se assume muito limitativo à captação de capital junto de investidores privados institucionais, tanto nacionais como estrangeiros.
- O empolamento dos montantes das rondas de investimento de tipo *Seed* e *Series A*, que exigem uma maior capacidade de investimento por cada empresa participada face ao anteriormente previsto, sendo que esta tendência é perceptível a nível europeu e mundial.
- A nível nacional, a escassez de fontes de financiamento de tipo institucional, público e privado, constitui um forte obstáculo de desenvolvimento da indústria de capital de risco, nomeadamente face ao modelo mundial da indústria de captação de capital junto, por exemplo, de Fundos de pensões ou de Fundos de Fundos públicos.

Não obstante, a Portugal Ventures tem vindo a dar passos importantes tendentes à criação de novos instrumentos, adotando políticas de investimento que melhor mitiguem as lacunas no mercado de capital de risco. O esforço de constituição de novos Fundos, tarefa complexa, como já indicado, atento o histórico da rentabilidade dos Fundos sob gestão, tem vindo a ser conduzido em estreita articulação com a Tutela, os acionistas (em concreto com o Banco Português de Fomento) e os atuais participantes dos Fundos sob sua gestão. Em particular nos três últimos exercícios, a Portugal Ventures trabalhou arduamente para criar condições para a mobilização de capitais nacionais públicos e estrangeiros de natureza privada, estes últimos alavancados em instrumentos de natureza pública (Fundos de Fundos),

30
1-
43

o que lhe permitiu garantir a sua capacidade de investimento e cumprimento da sua missão num contexto particularmente adverso.

O ano de 2022 foi um ano particularmente ativo em matéria de lançamento de bases para a constituição de novos fundos, com componente importante de capitais privados. Foram realizadas inúmeras reuniões e estabelecidas parcerias com entidades que comungam dos mesmos princípios e valores, sem nunca esquecer os participantes dos fundos atualmente sob gestão.

Em 2022 a Portugal Ventures candidatou-se ao Programa Consolidar, lançado pelo Banco Português de Fomento, tendo visto aprovada a sua candidatura, num processo bastante exigente em termos de escrutínio.

No final de 2022 anunciamos o lançamento de um novo fundo, em parceria com o Conselho da Diáspora Portuguesa. Trata-se de um fundo que tem como objetivo o valor de 50M€ e será dedicado a investir nas fases de maturidade mais avançadas (séries A em diante), dando assim cumprimento ao colmatar de uma falha de mercado notória e muito reivindicada pelo mercado.

Foi ainda em 2022 que teve início o ciclo de investimento do Fundo Portugal Gateway, integralmente constituído por capital privado, um feito inédito na história da Portugal Ventures.

E também no final do ano, o participante Turismo de Portugal viabilizou um aumento de capital do FCR Turismo Crescimento em 20 M€ para lançamento em 2023 de *calls* de investimento orientadas para novos segmentos de empresas do setor do turismo.

2.3. Riscos

De seguida, identificam-se os principais tipos de riscos a que a Sociedade está exposta no exercício da sua atividade:

Risco de volatilidade do desempenho financeiro

Em virtude das avaliações semestrais efetuadas à carteira das empresas participadas pelos Fundos de Capital de Risco em que a Sociedade participa, e atendendo à fase de maturidade das empresas participadas dos Fundos de Capital de Risco de *Venture Capital*, existe o risco de reduções de Justo Valor com impacto na Demonstração de Resultados da Portugal Ventures que, se forem significativas, podem colocar em risco o Resultado Líquido positivo da Sociedade, em particular por via daquelas participadas que estão na carteira de Fundos diretamente investidos pela Sociedade Gestora.

O processo de avaliação da carteira de capital de risco é robusto, assente num Regulamento Interno de Avaliação preparado com a ajuda de consultores externos. Com a alteração do perfil de investimentos e da tipologia dos novos instrumentos financeiros realizados atualmente pela Portugal Ventures, sentiu-se a necessidade de realizar uma revisão/atualização do referido Regulamento, pelo que, com o apoio de empresa de consultoria externa, foi concluído em maio de 2022 um novo Regulamento remetido à CMVM e que veio substituir o anteriormente em vigor. Durante 2022 a Portugal Ventures manteve um acompanhamento próximo das empresas, promovendo o envolvimento por parte dos gestores de investimento, o que se traduziu numa gestão de risco da carteira dos Fundos sob gestão mais controlada.

Risco de *compliance*/jurídico

Probabilidade de ocorrência de impacto negativo nos resultados e na credibilidade e reputação da Sociedade, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

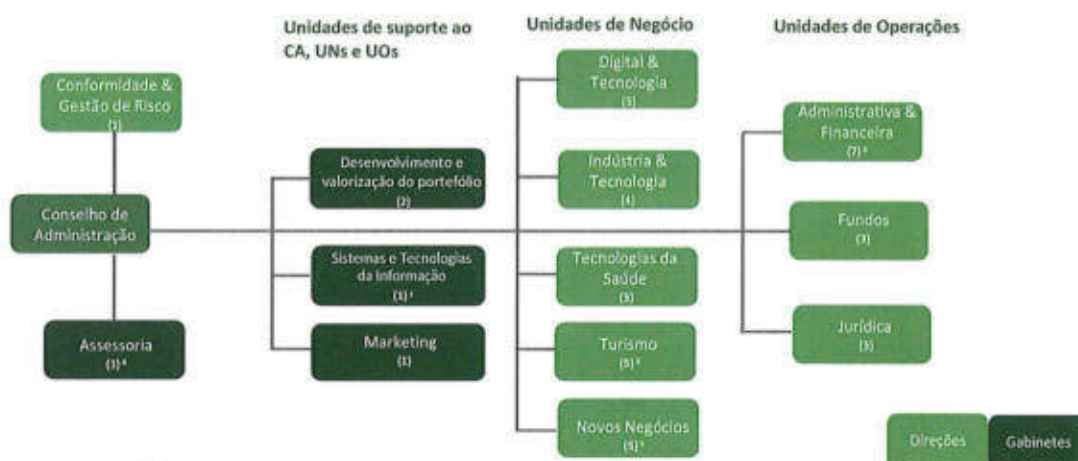
Risco operacional

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e na reputação da Sociedade, decorrentes de falhas na análise e processamento das operações, de fraudes internas e externas, da existência de recursos humanos insuficientes, inadaptabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área.

3. Estrutura Organizativa

No final do ano de 2022, a estrutura organizacional da Sociedade era constituída por dois Administradores e uma Administradora, por trinta oito colaboradores/as e um prestador de serviços, distribuídos pela sede da Sociedade, no Porto, e também nas instalações de Lisboa, de acordo com a seguinte estrutura organizacional:

Figura 4 - Organograma da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2022



Legenda:

- 0 – Uma colaboradora que acumula com funções na unidade Novos Negócios.
- 1 - Uma colaboradora que acumula com funções na unidade Turismo.
- 2 - Uma colaboradora que acumula com funções na unidade Sistemas e Tecnologias de Informação.
- 3 - Uma colaboradora que acumula com funções na unidade Assessoria e um prestador de serviços.
- 4 - Inclui as áreas Administrativa, Financeira, Contabilidade e Secretariado.

W
M
K

Assessoria ao Conselho de Administração

Assessoria

A área de *Assessoria* assegura o apoio ao Conselho de Administração e às unidades de negócio em projetos específicos e estruturantes para a prossecução da missão e estratégia de desenvolvimento da Portugal Ventures, nomeadamente: (i) representa a Sociedade e o Conselho de Administração junto de entidades, parceiros e *stakeholders*, (ii) coordena a implementação de projetos estratégicos ou transversais, definidos pela Equipa de Gestão.

A área de *Assessoria* tem, desde o final de 2018, a gestão da carteira *distressed*, que integra empresas em liquidação ou *distress*, com o objetivo prioritário de encontrar uma solução global ou individualizada para a concretização dos respetivos *write-offs*, de forma eficiente e com perspetivas de recuperação de algum capital investido. Assumiu em 2020 a gestão de uma nova Unidade de Negócio Micro-VC, atualmente designada Novos Negócios, que veio dar resposta a uma falha de mercado em investimentos na fase *pré-seed* e à necessidade de gerirmos a carteira de participações do FCR Azores Ventures, com particularidades relacionadas com as características do ecossistema de empreendedorismo dos Açores, bem como assumiu também, em 2021, a gestão dos investimentos do FCR Atlântico, constituído para apoiar *startups* nas ilhas da Madeira e dos Açores, e dos investimentos do FCR Portugal Gateway.

Conformidade & Gestão de Risco

A área de *Conformidade & Gestão de Risco* foi criada por imperativo da atividade desenvolvida, dos novos FCR sob gestão, da integração no Grupo BPF, que pugnam pela constituição desta área independente, com recursos humanos com afetação exclusiva, que não acumulem outras funções na empresa, evitando potenciais conflitos de interesses.

A área de *Conformidade & Gestão de Risco* tem por missão assegurar que a Portugal Ventures desenvolve a sua atividade em cumprimento das obrigações legais e regulamentares, das normas estatutárias, e das regras de ética e de conduta superiormente aprovadas, evitando riscos de âmbito sancionatório e reputacional, promovendo junto de toda a estrutura organizativa uma cultura de conformidade e ética, salvaguardando os interesses de todos os *stakeholders* internos e externos.

Assegura ainda as funções de supervisão e de auditoria organizacional e processual interna, nomeadamente: (i) verificação interna dos deveres de devida diligência nos investimentos efetuados, (ii) implementação de processos que permitam a identificação correta dos riscos associados a cada posição de investimento, (iii) criação de meios que permitam assegurar a adequação do perfil de risco à estrutura e dimensão da carteira de ativos nos termos e para os efeitos previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco.

Unidades de suporte ao Conselho de Administração, Unidades de Negócio e Unidades de Operações

Unidades de Negócio

Direções de Investimento (Digital & Tecnologia, Indústria & Tecnologia, Tecnologias da Saúde, Turismo e Novos Negócios)

As direções de investimento têm como vocação dinamizar, estruturar, negociar e executar investimentos, acompanhar as empresas participadas, e criar valor económico para os Fundos de Capital de Risco através de desinvestimentos com mais-valias financeiras. Neste âmbito, são responsáveis por:

- Gerar *dealflow* através da participação ativa e presença em sessões de debate, divulgação de fontes de financiamento, concursos de ideias e de planos de negócio, *demo days* de programas de aceleração, e outros eventos do ecossistema nacional.
- Avaliar oportunidades de investimento, mantendo sob gestão direta o processo de decisão do *dealflow*.
- Explorar e executar oportunidades de sindicância do investimento com investidores nacionais e estrangeiros.
- Promover a ligação das participadas com mercados potenciais, monitorizando e favorecendo a criação de valor, juntamente com as equipas de fundadores da carteira e os outros acionistas.
- Potenciar contactos com clientes, fornecedores e parceiros estratégicos, em especial tendo em vista o desenvolvimento de negócios, o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos modelos de negócio das participadas, a angariação de *Independent Board Members*, mentores,

4
13
K28

consultores e investidores, bem como o recrutamento de *key-people* para as equipas das *startups* investidas.

- Assegurar a presença (com funções não executivas) no Conselho de Administração das empresas participadas, monitorizando e favorecendo a criação de valor com as equipas de fundadores.
- Realizar comités de análise e sessões de trabalho com a presença de investidores e peritos independentes convidados para o efeito, apoiando no processo de decisão de reforço de investimento da Portugal Ventures e explorando potenciais oportunidades de *sindicação* e de *networking*.
- Dinamizar e gerir a rede de peritos.
- Promover e executar desinvestimentos norteados pela maximização da valorização do investimento.
- Incorporar as melhores práticas e referências de mercado a nível mundial que norteiam a prática e as temáticas de investimento, promovendo, dinamizando e partilhando conhecimento.
- Contribuir para a dinamização do ecossistema nacional de empreendedorismo, nomeadamente de centros tecnológicos, universidades e empresas.

Unidades de Suporte

Desenvolvimento e valorização do portfólio

Atualmente a equipa de *Desenvolvimento e valorização do portfólio*, composta por 2 elementos, divide a sua atividade estrategicamente em 4 áreas fundamentais:

- *Networks* Estratégicos: ao nível das redes de parceiros estratégicas da Portugal Ventures, estas são organizadas por necessidades de complemento de competências ou capacidades das equipas da Portugal Ventures ou das suas participadas, beneficiando de uma credibilidade institucional e pessoal dos membros da equipa da Portugal Ventures com os diferentes ecossistemas permitindo, sem qualquer encargo financeiro direto, agilizar os processos de geração, análise, co-investimento, crescimento de negócio e *exits* das participadas da Portugal Ventures.

- Capacitação de equipas (de investimento e portefólio) através da PV **Academy**: um conjunto de sessões de formação e *workshops* para empresas do portefólio da Portugal Ventures com o objetivo de oferecer *Masterclasses* e *Workshops* nos temas considerados mais relevantes na execução de projetos de crescimento para as *startups*; **Mentor and Executives in Residence**: a intenção é acelerar a identificação, qualificação, negociação e contratação de especialistas em áreas relevantes para as participadas, permitindo poupanças de tempo, dinheiro e erros de qualificação de especialistas que suportem questões fundamentais mas isoláveis do desenvolvimento e crescimento das *startups*; **Content Database**: fornecer aos CEO's das nossas participadas e à equipa da Portugal Ventures acesso aos melhores recursos e conteúdos organizados pela equipa de *Desenvolvimento e Valorização do Portefólio*, com foco especial em *playbooks* de Gestão, Gestão Financeira, *Reporting*, Gestão de Equipas, *Fundraising*; *Marketing* e Vendas, Operações, Informação de Indústrias, tendências e mercados; Regulamentação e Contratação; Geração de oportunidades de partilha e comunicação entre o portefólio e entre o portefólio e a Portugal Ventures. O fomento da dinâmica de comunidade e partilha de recursos, experiências, desafios e evolução enquanto ecossistema dentro de um ecossistema nacional de empreendedorismo beneficia das experiências e evolução em maturidade, rede de contactos, atividade geográfica, desafios passados e oportunidades apercebidas individualmente pelas participadas da Portugal Ventures.
- **Active Engagements**: uma das atividades de maior envolvimento operacional da equipa da Portugal Ventures é a de trabalhar em conjunto com as participadas numa lógica de *active engagement* em quatro vertentes fundamentais – credibilização, geração de oportunidades e *network*, implementação de boas práticas e complemento de competências e equipa em momentos críticos. Essas quatro vertentes são perceptíveis em diversas tipologias de envolvimento/*engagement*, dependendo do objetivo principal da participada. Em concreto: comércio internacional, *International Board Member*, *fundraising* e *M&A*.
- Assessoria ao Conselho de Administração na montagem de novos Fundos, incluindo o processo de captação de novos investidores para esses Fundos.

Sistemas e Tecnologias de Informação

Os Sistemas e Tecnologias de Informação (STI) gerem e coordenam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da Portugal Ventures e são responsáveis pelos recursos informáticos, pela infraestrutura de rede / comunicação de dados, software aplicacional, software de suporte à gestão, aplicações e plataformas online de toda a organização.

A equipa STI é composta por 1 elemento e tem como missão disponibilizar serviços de TIC avançados e inovadores, que permitam o acesso permanente e em segurança a todos os recursos da Portugal Ventures, com elevados níveis de fiabilidade e resiliência e que possibilitem o funcionamento e a utilização dos mesmos de forma simples e transparente por parte dos seus utilizadores.

Para a concretização da sua missão os SI centram a sua atividade estrategicamente nas seguintes áreas funcionais:

- Gestão e manutenção de toda a infraestrutura informática, baseada numa arquitetura atual e de elevado desempenho para disponibilização de serviços de qualidade a todos os utilizadores da Portugal Ventures.
- Desenvolvimento, gestão e manutenção dos sistemas de informação e aplicações de suporte à atividade da empresa.
 - Plataforma Outsystems, suportada em tecnologias e metodologias próprias que permitem disponibilizar ferramentas de interface web, customizadas, em tempo mais reduzido e mais *user friendly*.
- Implementação e gestão da segurança da rede e dos sistemas de informação da Portugal Ventures.
- Colaboração na uniformização e simplificação dos principais processos da Portugal Ventures e no controlo dos fluxos de informação.
- Prestação de apoio operacional e técnico aos utilizadores.
- Contacto com os fornecedores externos que prestam serviços na área de sistemas de informação e negociação de contratos e condições de gestão de comunicações fixas, móveis e de dados.

Marketing

A equipa de Marketing, composta atualmente por uma pessoa, é responsável pela comunicação interna e externa da Portugal Ventures, bem como pela gestão das relações externas, com o propósito de garantir a dinamização de uma comunidade coesa, que contribua significativamente para a capacitação e qualificação do ecossistema empreendedor nacional.

Através da interação próxima e regular com os *stakeholders*, designadamente, com as empresas do portefólio, acionistas e com todos os parceiros das redes estratégicas, esta equipa desenvolve iniciativas que visam garantir a notoriedade da Portugal Ventures, posicionando a Sociedade como o parceiro de referência no capital de risco em Portugal:

- Leva a cabo diferentes ações para impulsionar a geração de *dealflow* de projetos, nomeadamente, o lançamento de *Calls* temáticas, *webinars* e debates, bem como a realização de iniciativas como o *Open Day* e o *PV On The Road*.
- Tem a seu cargo a gestão da rede estratégica de parceiros de ignição, rede muito relevante para a capilaridade nacional da Portugal Ventures na identificação de oportunidades de investimento no território nacional, incluindo as ilhas.
- Através de uma presença muito ativa nas redes sociais e com recurso a meios como *newsletters* mensais, *emails-marketing*, *website*, *blog* e grupos de *WhatsApp*, a equipa desenvolve um trabalho permanente na promoção e visibilidade das empresas do portefólio, assim como das atividades dos seus parceiros, de forma a criar uma forte dinâmica na interação com todos os agentes do ecossistema do empreendedorismo.
- É responsável ainda pela visibilidade mediática da Portugal Ventures, assegurando a criação de conteúdos e contacto direto com a imprensa nacional, generalista e especializada.

Unidades de Operações

Direção Administrativa & Financeira

A Direção *Administrativa & Financeira* tem como principal função maximizar os resultados e o valor da Sociedade. As subdireções Administrativa, Financeira & Recursos Humanos centram a sua atividade na persecução dos seguintes objetivos gerais:

- Planeamento, análise e controlo das atividades financeiras da empresa, garantindo o rigor e a eficiência na gestão financeira e de tesouraria.
- Melhoria contínua do modelo de informação de suporte à gestão e da informação prestada a todos os *stakeholders*, por forma a estabelecer os indicadores de *performance* e reunir a informação pertinente para medir, monitorizar, avaliar e gerir a atividade da Portugal Ventures e dos Fundos por si geridos e permitir, sempre que necessário, a implementação de medidas que garantam a prossecução dos objetivos definidos.
- Apoio aos processos administrativos afetos à Administração e a todas as Unidades de Negócio, de Operações e de Suporte, garantindo a fiabilidade da informação e a correta execução, controlo e arquivo de documentos relativos à atividade.
- Garantia do cumprimento integral de todos os processos e procedimentos estabelecidos no Manual de Recursos Humanos, respeitando as obrigações legais em vigor e promovendo o desenvolvimento dos Recursos Humanos da empresa.
- Gestão da frota automóvel e do património.

Direção Fundos

Esta direção tem os seguintes objetivos gerais:

- Melhorar continuamente o sistema de controlo de gestão dos Fundos sob gestão e de indicadores de *performance* que permitam monitorizar o desempenho dos Fundos e fornecer informação agregada por Fundos e por unidade de negócio, tanto interna como externamente, acompanhando os processos de investimento/desinvestimento das participadas dos Fundos, auxiliando assim a tomada de decisões que promovam a sua rentabilidade.

- Promover a racionalização transversal dos Fundos, recomendando iniciativas que potenciem o valor dos Fundos sob gestão da Sociedade.
- Promover a transparência relativamente à evolução da carteira global de investimentos da Sociedade na comunicação com acionistas, CMVM, e empresas participadas.
- Dar resposta aos pedidos de informação das diferentes entidades (internas e externas) e coordenar a produção e o tratamento de informação de gestão da carteira de investimentos.
- Gerir a montagem de novos Fundos e coordenar a captação de novos investidores nos Fundos.
- Reforçar os procedimentos de monitorização para recuperação de créditos vencidos decorrentes de vendas a prazo, em articulação com as áreas financeira e jurídica.

Direção Jurídica

Esta direção assegura o tratamento dos assuntos jurídicos da Portugal Ventures e dos Fundos de Capital de Risco sob gestão, designadamente os referentes às operações de investimento e de desinvestimento e, em geral, à contratualização dos negócios celebrados pela Sociedade, sendo responsável pela contratação e coordenação dos escritórios de advogados externos envolvidos nas diversas operações com as empresas da carteira.

4
7-1
p.3

4. Cumprimento das Orientações Legais

Objetivos de gestão (artigo 38.º do RISPE) e Plano de Atividades e Orçamento

A assembleia geral não emitiu orientações estratégicas e setoriais referidas no artigo 38.º e no artigo 24.º do RISPE.

Não obstante, em linha com a missão da Portugal Ventures e, nos termos do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 aprovado em Assembleia Geral de 9 de setembro de 2022 (embora condicionado ao parecer da UTAM) e, finalmente, aprovado pelos Ministros da Tutela e das Finanças (o que veio a acontecer somente a 28 de dezembro de 2022), foram assumidos os seguintes objetivos principais para o ano de 2022:

- Criar condições de desinvestimento nas empresas mais maduras do portefólio, por forma a não só gerar rentabilidade atrativa para os Fundos atualmente sob gestão, mas também criar condições para uma liquidação dos Fundos em final de vida, em linha com as expectativas dos seus participantes;
- Criar valor na política de acompanhamento dos investimentos, por via da dinamização do negócio (sobretudo no que toca às vendas internacionais), garantindo uma procura pró-ativa e contínua de parceiros de negócio e de financiamento em novas rondas de investimento;
- Contribuir para a agilização de uma política de investimentos de capital risco público em Portugal, sustentada pela constituição de novos Fundos com teses de investimento alinhadas com as prioridades nacionais em matéria de produção de bens e serviços inovadores, internacionalmente transacionáveis.

Estes objetivos foram enquadrados na consolidação dos quatro vetores estratégicos de atuação complementar:

- +Crescimento ;
- +Global e em Rede ;
- +Capital
- +Eficiência +Transparência.

Figura 5 - Vetores Estratégicos da Portugal Ventures

+Crescimento

A valorização das participadas da Portugal Ventures constitui uma prioridade. A Portugal Ventures terá que saber mobilizar os meios para criar valor nas empresas em que investe, apoiando a entrada em novos mercados, encontrando novos parceiros de negócio ou investidores. O valor aportado pela participação da Portugal Ventures deve ser tal, que permita uma política de desinvestimento interessante para os promotores e outros investidores das suas participadas e para o operador de capital de risco público. Tal implica que caberá à Portugal Ventures um papel muito ativo no sentido de garantir o crescimento das participadas, estimulando sempre uma relação de confiança com os acionistas. O sucesso de qualquer política pública de intervenção e dinamização do ecossistema de empreendedorismo de base tecnológica não poderá ser medido pelo número de startups criadas, sobretudo quando não estão criadas as condições necessárias ao seu desenvolvimento e afirmação global por ausência de capital para suportar rondas adicionais de capitalização subsequentes à fase de *seed capital investment*. As operações de desinvestimento, através de operações de *trade sale* realizadas segundo as melhores práticas internacionais e nos mercados mundiais, são um dos vetores chave que permitem, no futuro, medir o sucesso da intervenção pública.

+Global +em Rede

A valorização das participadas passa por uma relação concertada com vários atores nacionais e internacionais, relação essa que a Portugal Ventures terá que saber construir e reforçar. Impõe-se um plano estruturado de extroversão das participadas para facilitar uma saída de sucesso. Por outro lado, também ao nível do investimento, a Portugal Ventures terá que saber construir sobre o resultado das oportunidades de investimento que foram já objeto de análise por outros agentes do mercado, nomeadamente no quadro de programas de aceleração, privilegiando o trabalho em rede e em parceria com outros agentes do mercado.

+Capital

Os fundos que a Portugal Ventures gere estão, na sua maioria, maduros, com datas de liquidação próximas. A liquidez da Portugal Ventures é, nesta altura, limitada, impondo-se o levantamento de novos fundos para melhor mitigar as lacunas no mercado de capital de risco, quer ao nível de novos investimentos, quer ao nível de *follow-ons* do portfólio de participadas. A intervenção da Portugal Ventures deverá ser sempre supletiva no mercado, apostando em segmentos onde existem falhas de mercado, promovendo a articulação com os restantes instrumentos financeiros existentes. Sendo a Portugal Ventures um operador de capital de risco público, ter-se-á que trabalhar, pois, num alinhamento perfeito entre a ambição que deve pautar a atuação da Portugal Ventures e os recursos disponíveis.

+Eficiência +Transparência

A Portugal Ventures terá que implementar medidas de eficiência interna conducentes a uma gestão de processos de investimento, acompanhamento, desinvestimento e reporte mais eficaz, considerando como prioritária a simplificação e agilização de procedimentos internos, a quebra de barreiras de comunicação entre a Portugal Ventures e as suas participadas e *stakeholders*, a gestão otimizada de recursos técnicos e humanos, dando prioridade neste último caso, a uma política clara de gestão de carreira e incentivos alinhados com os objetivos estratégicos da organização. A Portugal Ventures terá ainda que contribuir para propostas de simplificação que relevem para os empreendedores e para o dinamismo do ecossistema, e que potenciem a dinamização da procura e a maior agilidade e fluidez nos processos, acompanhando as melhores práticas internacionais e sendo claro o foco no cliente e na excelência do serviço prestado pela Portugal Ventures.

Para atingir estes objetivos estavam previstas as seguintes ações, que serão detalhadamente descritas na secção 4.3 da Parte II:

A. +Crescimento

- A1. Reorganização das unidades de negócio da PV numa perspetiva “*on-going*” e alinhadas com os objetivos estratégicos do BPF
- A2. Revisão da política de acompanhamento atual do portefólio da PV

B. +Global e em Rede

- B1. Dinamização das redes *Ignition*, *Capital* e *Corporate Partners*
- B2. Organização da rede de bens e serviços para participadas
- B3. Dinamização da rede de parceiros institucionais
- B4. Dinamização de rede de parceiros internacionais de dinamização de negócio
- B5. Organização de informação sobre a PV para o ecossistema

4
7
Pez

C. +Capital

- C1. Gestão eficiente da liquidação de Fundos em fase de desinvestimento
- C2. Gestão eficiente dos Fundos atuais ainda em fase de investimento
- C3. Estudar com o acionista BPF o lançamento de novos produtos de capitalização
- C4. Constituição de novos Fundos

D. +Eficiência +Transparência

- D1. Valorização da Carreira, Formação e a Avaliação de Desempenho dos Colaboradores
- D2. Simplificação de Procedimentos de Decisão de Investimento, acompanhamento e Desinvestimento
- D3. Estruturação da Direção de Conformidade e Gestão de Risco
- D4. Iniciativas de Marketing e Comunicação
- D5. Melhoria do sistema interno de Tecnologias de Informação

No quadro seguinte, apresentam-se os principais **indicadores económicos e financeiros** que a Portugal Ventures se propôs alcançar em 2022, bem como o respetivo grau de cumprimento. Na secção 7 são apresentados outros indicadores de atividade, confrontando-se os objetivos numéricos definidos face às métricas que efetivamente resultaram da execução da atividade de 2022.

Tabela 2 - Principais Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro da Portugal Ventures [milhares de euros]

Principais Indicadores	(milhares de euros)		
	Real 2022	Orçamento 2022	Variação 2022
	(a)	(b)	(c) = (a) - (b)
Vendas e Serviços Prestados	4 598	6 393	-1 794
Gastos com Pessoal	2 542	2 877	-335
Fornecimentos e Serviços Externos	1 372	1 662	-290
EBITDA	2 731	2 389	342
Resultado Líquido	1 989	1 914	76
Capitais Próprios	56 417	56 341	76
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	3,5%	3,4%	0,1%

No exercício de 2022, a atividade desenvolvida pela Sociedade foi marcada pelo resultado líquido positivo de 1.989 milhares de euros, traduzindo assim um desvio favorável de 76 milhares de euros face ao valor orçamentado, justificado essencialmente (i) pela valorização potencial ocorrida ao nível

do valor dos ativos que integram a carteira de capital de risco da Sociedade (2.058 milhares de euros proveniente fundamentalmente da valorização de três Fundos de capital de risco) face à valorização dos ativos orçamentada para 2022 (552 milhares de euros), (ii) pela não ocorrência de gastos (625 milhares de euros) ao nível da rubrica de Fornecimento e Serviços Externos e de Gastos com Pessoal, apesar do aumento da faturação verificada ao nível das comissões de gestão dos Fundos de capital de risco que se encontram sob a sua gestão. Em consequência, a Rentabilidade dos Capitais Próprios atingiu os 3,5% no ano de 2022.

A diminuição do valor da rubrica Vendas e Serviços Prestados face ao orçamentado (1,8 milhões de euros) provém do facto de não ter sido possível constituir os novos Fundos de Capital de Risco previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, apesar das diligências nesse sentido que foram desenvolvidas ao longo do ano pela equipa de gestão, ao terem sido desencadeados processos de constituição de novos instrumentos de capitalização que se encontram atualmente em fase muito avançada de formalização e de sinalização junto de parceiros e participantes potenciais, destacando-se o **Fundo FCR Growth Diáspora** (50 M€), lançado em parceria com o Conselho da Diáspora Portuguesa em dezembro de 2022 e o **Fundo Turismo Internacionalização** (25 M€) a constituir por cisão do atual FCR Turismo Crescimento que teve um reforço de capital também em dezembro de 2022 subscrito pelo participante Turismo de Portugal em 20 M€.

Gestão do risco financeiro. *Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos, acompanhado de uma análise da eficiência da política de financiamento.*

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Limite de crescimento do endividamento. *Nos termos definidos no nº 1 do artigo 53º da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022).*

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores. *Em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e*

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

divulgação dos atrasos nos pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A Portugal Ventures apresenta, no 4º trimestre de 2022, um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 12 dias (17 dias no 4º trimestre de 2021). O procedimento instituído para pagamento a fornecedores é de uma vez por mês, concentrando o pagamento de todas as faturas com vencimento até ao final do mês em referência, desde que devidamente validadas. Consequentemente, os prazos de pagamento pré-estabelecidos são habitualmente cumpridos, sendo os desvios pontuais objeto de regularização no pagamento seguinte.

PMP	2022	2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	12	17	- 5	-27%

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das **recomendações do acionista** emitidas aquando da aprovação das contas de 2021.

Na Assembleia Geral da Sociedade ocorrida em 9 de setembro de 2022, aquando da aprovação das contas de 2021, nenhum acionista emitiu recomendações, motivo pelo qual não foram tomadas diligências pelo Conselho de Administração.

Remunerações (Apêndice 1)

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures de 28 de outubro de 2021, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2021-2023, cujo início do exercício de funções ocorreu no dia 1 de janeiro de 2022, e fixadas as correspondentes remunerações, tendo em consideração que a Portugal Ventures é uma empresa pública classificada como Grupo C, conforme resulta da aplicação dos indicadores constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012 e do despacho n.º 4410-C/2015 do Secretário de Estado das Finanças e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, de 30 de abril de 2015 (DR 2.ª Série de 30 de abril de 2015).

No Apêndice 1 é apresentado o detalhe das remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2022.

Dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são apresentadas no Apêndice 1.

Mesa da Assembleia Geral

A deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de outubro de 2021, fixou que os membros da Mesa da Assembleia Geral são remunerados, através de senha de presença no valor de, respetivamente, 325 euros e 200 euros. Na aludida assembleia geral, os membros eleitos para desempenharem o cargo de presidente e secretário da Mesa da Assembleia Geral, Sara Alexandra Duarte Ambrósio e Paula Viegas Rosa, prescindiram da remuneração proposta, pelo que exercem os cargos sem auferirem qualquer remuneração.

Conselho Fiscal:

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal foram processadas de acordo com o deliberado em assembleia geral de 28 de outubro de 2021.

Conselho de Administração

Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010.

w
 J. J.
 10/3

Manteve-se, em 2022, a redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração. À semelhança de anos anteriores, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão no exercício de 2022 aos membros do Conselho de Administração.

Revisor Oficial de Contas

A remuneração mensal ilíquida do Revisor Oficial de Contas foi processada em conformidade com o deliberado na assembleia geral de 19 de abril de 2018, em segunda sessão que teve lugar no dia 18 de junho de 2018, dado que o Revisor Oficial de Contas se manteve em exercício de funções.

Estatuto do Gestor Público (artigos 32º e 33º)

Aplicação no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não possuem cartão de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesa de representação pessoal.

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não apresentam despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Tabela 3 - Gastos Anuais Comunicações [euros]

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui Pedro Soares Ferreira	80	273	Em serviço
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	80	293	Em serviço
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	80	277	Em serviço
		843	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Tabela 4 - Gastos Anuais Associados a Viaturas Serviço [euros]

Membro do Conselho de Administração	Plafond Mensal definido para combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Rui Pedro Soares Ferreira	459	3 215	1 891	5 106	Em serviço
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	413	2 894	1 702	4 595	Em serviço
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	367	2 572	1 513	4 085	Em serviço
				13 785	

Proibição da realização de **despesas não documentadas ou confidenciais**. *Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do Estatuto de Gestor Público.*

A Portugal Ventures não tem despesas não documentadas ou confidenciais.

Elaboração e divulgação de **relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens** (Nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº18/2014, de 7 de março)

Em 2021 a Portugal Ventures procedeu à elaboração e à divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, reportado a 31.12.2020. De acordo com o estabelecido no nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, este Relatório deve ser promovido de três em três anos.

Elaboração e divulgação de **relatório anual sobre prevenção da corrupção** (Nº 1 do artigo 46º do RJSPE)

A Portugal Ventures tem disponível no sítio da internet o [plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas](#). O referido Plano, elaborado em 2016, prevê medidas preventivas que foram sendo implementadas, especialmente no processo de investimento, cujo *workflow* no sistema Navigator foi concluído em 2018. Com a implementação da Área de Conformidade em 2022, será revisto em 2023 o Plano no sentido de o adaptar às alterações

verificadas na organização interna da empresa e aos procedimentos entretanto implementados e adaptar as medidas preventivas ao atual quadro de recursos humanos.

Contratação Pública | Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Nos termos e para os efeitos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitido pelo ofício circular nº 6312, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, informa-se que, de acordo com entendimento jurídico prestado, não se aplica à Sociedade o **Código dos Contratos Públicos** aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, sendo que, em qualquer caso, não existiram em 2022 contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 5 milhões de euros (excluindo IVA). Assim, e no âmbito das **Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas**, de referir que a Sociedade não aderiu a este Sistema, sem prejuízo do acompanhamento dos eventuais benefícios que essa adesão possa propiciar, podendo a todo o tempo vir a solicitar essa adesão.

Medidas de redução de gastos operacionais (*Medidas previstas no artigo 144º do DLEO 2022, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos*)

A Portugal Ventures tem vindo a adotar uma política de redução de custos, que se traduziu numa análise e acompanhamento de todas as necessidades da empresa. Sempre que se justifica, a Sociedade tem procedido à consulta ao mercado e à renegociação dos contratos com objetivo de diminuir os respetivos gastos anuais.

Nos quadros seguintes é apresentada a evolução do plano de redução de custos e do número de colaboradores da Portugal Ventures.

Tabela 5 - Evolução dos Principais Indicadores da Portugal Ventures [milhares de euros]

Plano de Redução de Custos	Real	Real	Orçamento	Desvio
	2021	2022	2022	Orçamental
		(a)	(b)	c) = (a) - (b)
(1) CMVMC	0	0	0	0
(2) FSE	876	1 372	1 662	-290
(3) Gastos com o pessoal	2 317	2 542	2 877	-335
(4) Gastos Operacionais (GO) = (1) + (2) + (3)	3 194	3 913	4 539	-625
(5) Volume de Negócios (VN)	4 286	4 598	6 393	-1 794
Subsídios à exploração	0	0	0	0
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0
(6) GO/VN = (4)/(5)	74,5%	85,1%	71,0%	
(7) Deslocações e alojamento (valor)	8	23	59	-36
(8) Ajudas de custo (valor)	0	0	0	0
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	79	116	107	9
(7) + (8) + (9)	87	139	166	-26
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (valor) (*)	106	470	612	-141

(a) Os gastos associados à frota deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(*) Traduz o montante registado na subrubrica "De Consultadoria/Assessoria" que integra a rubrica "Trabalhos Especializados" de Fornecimento e Serviços Externos.

O rácio de peso dos gastos (FSE e Gastos com o pessoal) sobre o volume de negócios aumentou de 74,5% em 2021 para 85,1% em 2022, acréscimo justificado pela diminuição ocorrida ao nível do volume de negócios, associado à não constituição dos novos fundos previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, apesar das diligências efetuadas pela equipa de gestão e dos casos já atrás identificados e atualmente em fase adiantada de constituição.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. Artigo 28º do Decreto Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136º da LOE 2022 e artigo 102º do DLEO 2022.

A Portugal Ventures não está sujeita à aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria previsto no artigo 28º do Decreto Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136º da LOE 2022 e artigo 102º do DLEO 2022.

Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de **Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas** nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Nos últimos três anos não ocorreu qualquer auditoria à Portugal Ventures conduzida pelo Tribunal de Contas.

Divulgação de informação

A Portugal Ventures divulga e atualiza no portal da empresa (www.portugalventures.pt) a informação a seguir indicada:

Tabela 6 - Avaliação do Cumprimento das Diretivas de Prestação de Informação

Informação a constar no Site do SBE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data Atualização	
Estatutos	X				
Caracterização da Empresa	X				
Função de tutela e acionista	X				
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:					
- Identificação dos Órgãos Sociais	X				
- Estatuto remuneratório fixado	X				
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				
Esforço Financeiro Público	X				
Ficha Síntese	X				
Informação Financeira histórica e actual	X				
Princípios de Bom Governo	X				
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	X				
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X				
- Outras transações	X				
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X				
Social	X				
Ambiental	X				
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X				
- Código de Ética	X				

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Nota: O website da Portugal Ventures contém toda a informação supra.

Para efeitos de divulgação do cumprimento das orientações legais em questão, apresenta-se o seguinte quadro:

Tabela 7 - Avaliação do Cumprimento das Orientações Legais em Vigor para as Empresas do Setor Público

Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento			Quantificação / Memóriação	Justificação e/ou Referência ao ponto da Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão - definidos no Plano de Atividades e Orçamento de 2022:					
Objetivo de gestão 1 - Criar condições de desinvestimento nas empresas mais maduras do portefólio	X			Considerando a situação de final de mandato do Conselho de Administração da PV à data da elaboração do PAO 2021, o Conselho de Administração pretende deixar espaço ao próximo Conselho de Administração para definir, em conjunto com a acionista Banca Portuguesa de Fomento, os objetivos quantitativos a cumprir em cada uma das dimensões.	Parte I, nº 4 do R&C 2022
Objetivo de gestão 2 - Criar valor na política de acompanhamento das investidas	X				
Objetivo de gestão 3 - Contribuir para a agilização de uma política de investimentos de capital risco pública em Portugal, sustentada pela constituição de novas linhas com teias de investimento alinhadas com as prioridades nacionais em matéria de produção de bens e serviços inovadores, internacionalmente transacionáveis	X				
Metas a atingir constantes no PAO 2022					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Princípios Financeiros de Referência	X			EBITDA e Resultado líquido superiores ao orçamento.	
Investimento	X			Investimento (Financeiro, Ativos Intangíveis e Tangíveis) realizado dentro do valor orçamentado.	
Gastos com Pessoal	X				
Fornecimento e Serviços Externos	X				
Grav de execução do orçamento carregado no SGO/SDE			X		
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			Variação, em 2022, do PMP a fornecedores (menos 5 dias).	
Divulgação dos Avanços nos Pagamentos ("Areas")	X			Não existiram atrasos.	
Recomendações da acionista na última aprovação de contas:					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Não há recomendações da acionista na última aprovação de contas.			X		
Remunerações:					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Conselho de Administração - reduções remuneratórias vigentes em 2021	X			Total da Redução remuneratória em 2021 = 12.384€.	
Conselho Fiscal e R&C - reduções remuneratórias vigentes em 2022, (se aplicável)			X		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Não utilização de cartões de crédito			X		
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e partagens a/c mensalmento às viaturas de serviço	X				
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16º do RISP e artigo 11º do EGP					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais			X		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			www.portugalventures.pt	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X			www.portugalventures.pt	Parte I, nº 4 do R&C 2022
Contratação Pública					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Não aplicável.	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável.	
Contratos submetidos a visto prévio da TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Recomendação 1			X		
Parque Automóvel					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Nº de Viaturas	X			Em 31.dez.2022, a frota automóvel da Sociedade era constituída por 18 veículos, o mesmo número de veículos a 31.dez.2021.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas					Parte I, nº 4 do R&C 2022
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)			X	Conforme exposto no ponto "Medidas de redução de gastos operacionais".	Parte I, nº 4 do R&C 2022
Disponibilidades e aplicações centralizadas no ICGP					
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial					
Luos auferidos em incumprimento da LITE e entregas em Recibo do Estado					

71
103

Apêndice 1

Os quadros seguintes apresentam as remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas aos membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures ao longo do exercício de 2022.

Mesa da Assembleia Geral

Tabela 8 - Mandato e Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

Mandato		Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido
Início	Fim				
01.jan.2022	31.dez.2023	Presidente	Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio	325 €	(a)
01.jan.2022	31.dez.2023	Secretária	Maria Paula Viegas Rosa	200 €	(a)

(a) Os membros da Mesa da Assembleia Geral informaram, na assembleia geral que foram eleitas para o cargo, que prescindem da remuneração proposta, pelo que exercerão os cargos sem auferirem qualquer remuneração.

Conselho de Administração

Tabela 9 - Mandato do Conselho de Administração

Mandato		Cargo	Nome	Designação		Opção pela Remuneração do Lugar de Origem (OPRLO)		Nº de Mandatos
Início	Fim			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora (Origem/Destino)	
01.jan.2022	31.dez.2023	Presidente	Rui Pedro Soares Ferreira	Assembleia Geral	28.out.2021	Não aplicável	Não aplicável	2
01.jan.2022	31.dez.2023	Vice-Presidente	Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	Assembleia Geral	28.out.2021	Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA	Portugal Ventures	1
01.jan.2022	31.dez.2023	Vogal	Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	Assembleia Geral	28.out.2021	Não aplicável	Não aplicável	2

Tabela 10 - Acumulação de Funções do Conselho de Administração

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (*)
Rui Pedro Soares Ferreira	-	-	-
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Privada
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	-	-	-

(*) Público ou Privado.

Tabela 11 - Estatuto do Gestor Público e Remunerações Mensais do Conselho de Administração [euros]

Nome	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas de representação (*)
Rui Pedro Soares Ferreira	Sim	C	4 592 €	1 837 €
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	Sim	Opta p/Vencimento do Lugar de Origem	5 175 €	1 653 €
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	Sim	C	3 674 €	1 469 €

*Paga 12 vezes por ano.

Tabela 12 - Remunerações Anuais do Conselho de Administração [euros]

Nome	Remuneração Anual - 2022				
	Fixa**	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) - (4)
Rui Pedro Soares Ferreira	86 329	N.A.	86 329	4 316	82 012
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	92 287	N.A.	92 287	4 614	87 673
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	69 063	N.A.	69 063	3 453	65 610
			247 678	12 384	235 295

N.A. - Não aplicável

** O valor corresponde à remuneração e às despesas de representação (sem reduções).

Tabela 13 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração [euros]

Nome	Benefícios Sociais								
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
	Valor/dia*	Montante pago Ano	Identificar	Valor				Identificar	Valor
Rui Pedro Soares Ferreira	4,77 / 5,20	1 121	Segurança Social	19 409	2 207	507	57	N.A.	0
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	4,77 / 5,20	1 047	Seg. Social, Fundo de pensões e SAMS	26 313	2 837	571	57	N.A.	0
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	4,77 / 5,20	1 077	Segurança Social	15 651	2 837	406	57	N.A.	0
		3 245 €		61 373 €	7 882 €	1 484 €	171 €		0

*Valor do subsídio de refeição diário de 4,77€ até 30 de setembro de 2022 e de 5,20€ a partir do dia 1 de outubro de 2022.

N.A. - Não aplicável

4
25
123

Tabela 14 - Encargos com Viaturas do Conselho de Administração [euros]

Nome	Encargos com Viaturas - Ano 2022								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratadas Remanescentes
Rui Pedro Soares Ferreira	De serviço	N.A.	N.A.	ADV	2021	2025	526	6 313	36
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	De serviço	N.A.	N.A.	ADV	2021	2025	526	6 313	36
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	De serviço	N.A.	N.A.	ADV	2021	2025	526	6 313	36

N.A. - não aplicável

Tabela 15 - Gastos Anuais com Deslocações em Serviço do Conselho de Administração [euros]

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Rui Pedro Soares Ferreira	250	651	0	Refeições	568	1 469
Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes	499	611	0	Refeições	818	1 929
Pedro Maria Pereira de Melo Breyner	57	499	0	Refeições	900	1 456
						4 854

Conselho Fiscal

Tabela 16 – Mandato do Conselho Fiscal

Mandato		Cargo	Nome	Designação		Nº de Mandatos
Início	Fim			Forma	Data	
01.jan.2022	31.dez.2023	Presidente	Ana Sofia Ferreira Pires da Silva	Assembleia Geral	28.out.2021	1
01.jan.2022	31.dez.2023	Vogal	António Henrique Gomes de Almeida	Assembleia Geral	28.out.2021	1
01.jan.2022	31.dez.2023	Vogal	Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça	Assembleia Geral	28.out.2022	1
01.jan.2022	31.dez.2023	Suplente Vogal	José António Fraga de Sousa	Assembleia Geral	28.out.2021	1

Tabela 17 – Mandato do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual - 2022		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Bruto Final (3) = (1) - (2)
Ana Sofia Ferreira Pires da Silva	16 072	0	16 072
António Henrique Gomes de Almeida	14 465	0	14 465
Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça	14.465 *	0	14 465
		0	45 001

N.A. - Não aplicável

* Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor e registado na rubrica de Fornecimento e Serviços Externos

Revisor Oficial de Contas

Tabela 18 - Mandato do Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na ODRDC	N.º de registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2018-2020	ROC Efetivo	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada até ao exercício de 2018 por António Monteiro de Magalhães e no período de 2019-2021 por Carlos Alberto Freitas dos Santos.	53	20161396	Assembleia Geral	19.abr.2018	Sim	3
2018-2020	ROC Suplente	Álvoro Falcão e Associados, SROC, representada por Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão	62	20161399	Assembleia Geral	19.abr.2018	Não aplicável	Não aplicável

O Revisor Oficial de Contas - António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representado por Carlos Alberto Freitas dos Santos - mantém-se em exercício de funções até que seja designado o Revisor Oficial de Contas para exercer funções no mandato 2021-2023.

Tabela 19 - Remuneração Anual do Revisor Oficial de Contas [euros]

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços (a) - 2022			Valor Anual de Serviços Adicionais (a) - 2022			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)	Identificação de Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos	13 650	0	13 650				Não aplicável

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

y
+
MIB

PARTE II - Síntese da Atividade em 2022 e Perspetivas para 2023

1. Dealflow

1.1. Captação de Dealflow

Em 2022 a Portugal Ventures lançou seis iniciativas para a captação de *dealflow*, recebendo no total 308 candidaturas para análise de investimento. As iniciativas lançadas foram: Call INNOV-ID, Call Açores, Call Turismo, Call FIT (Fostering Innovation in Tourism), Call Madeira, Operação Follow-ons/Captação Direta e Open Day. Nos gráficos seguintes é possível verificar a evolução do número de candidaturas recebidas e distribuição por área de investimento.

Figura 6 – Atividade de Dealflow em 2022

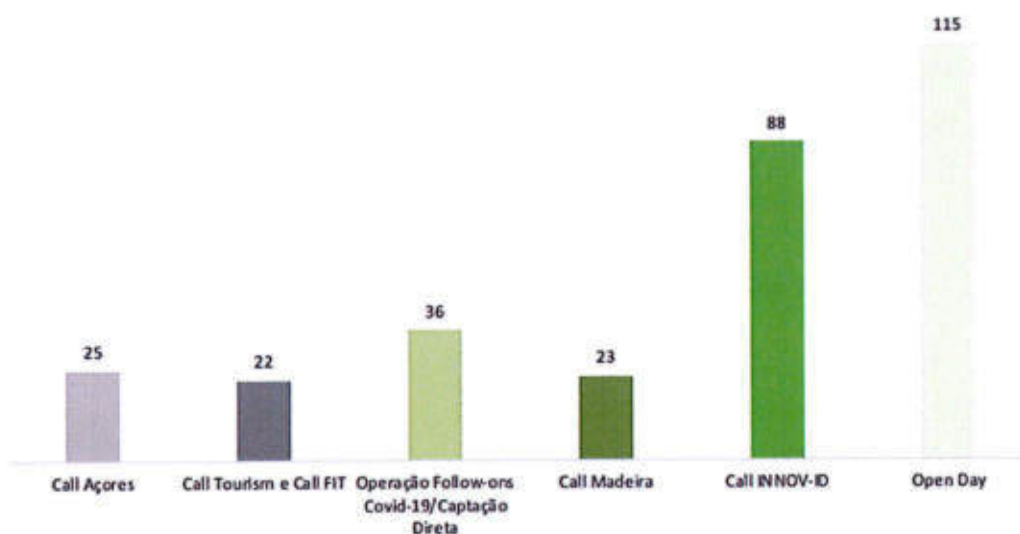


Figura 7 - Candidaturas a Investimento 2012-2022

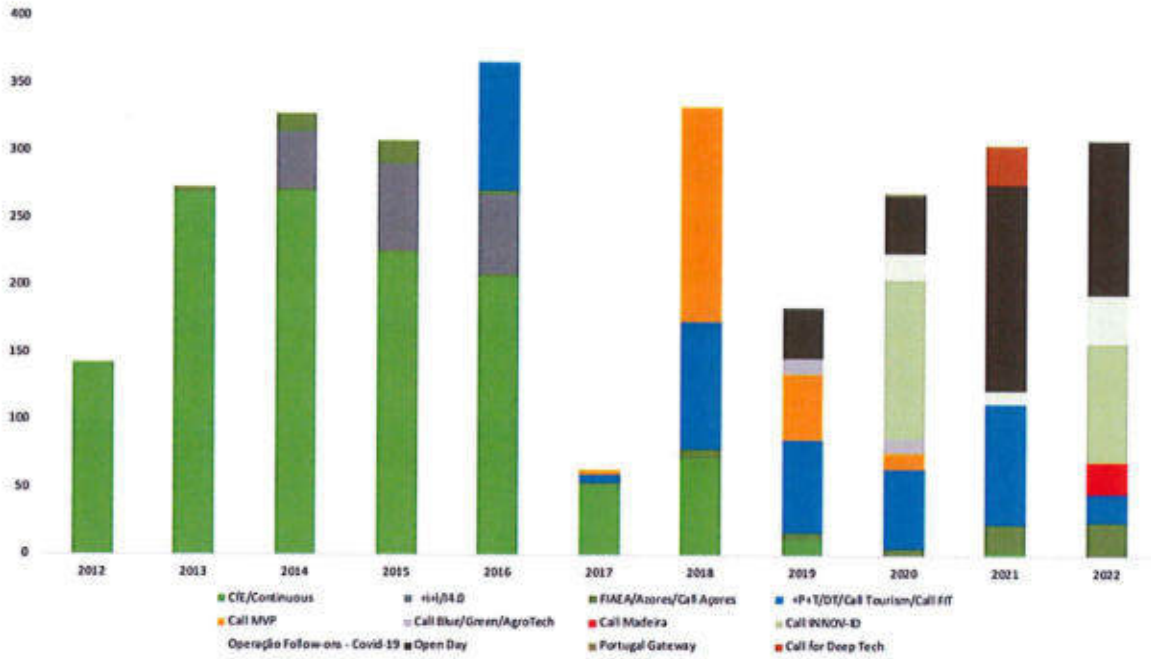
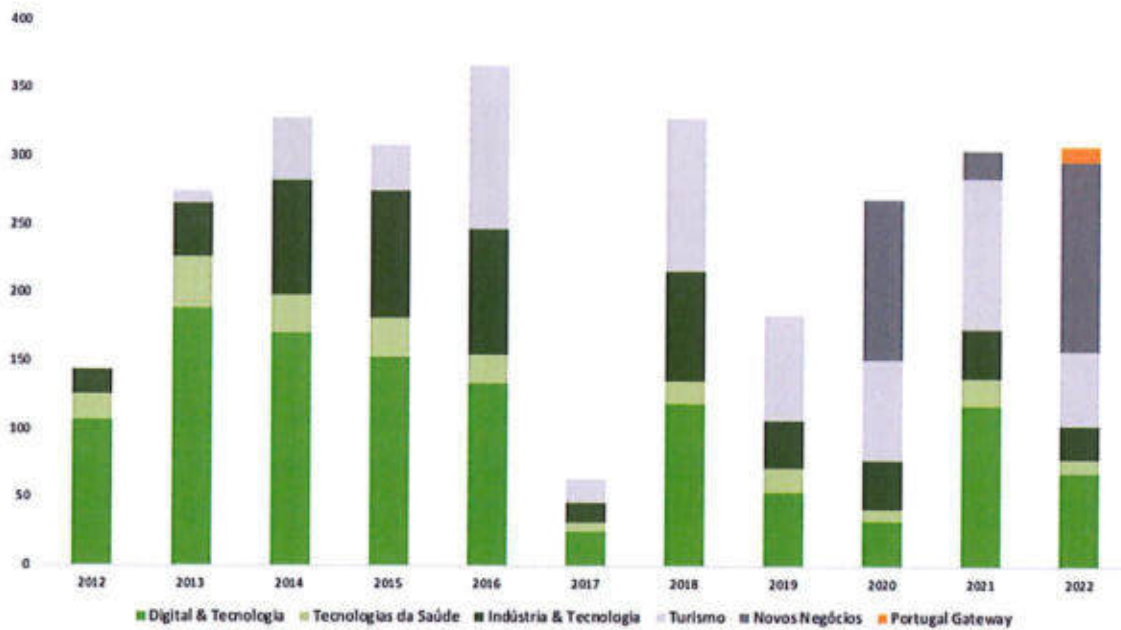


Figura 8 - Candidaturas a Investimento por Unidade de Negócio



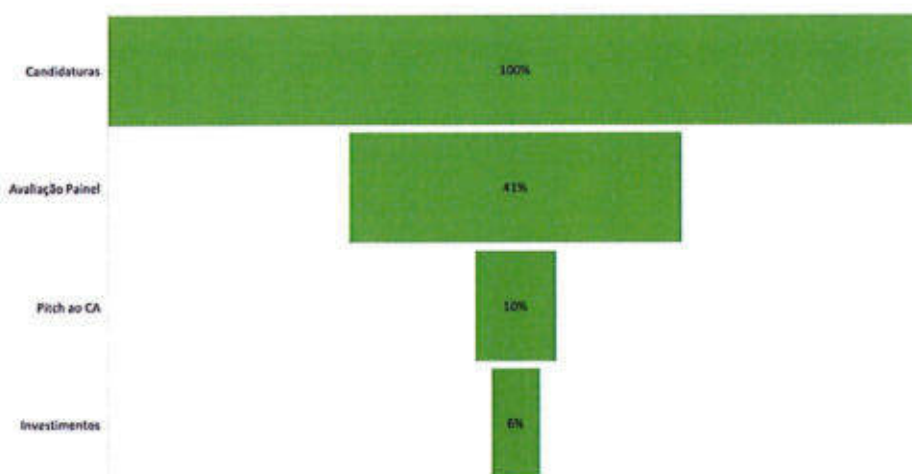
Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and the letters 'MS'.

Em 2022, foram recebidas 308 candidaturas, o que compara com 305 candidaturas recebidas no ano anterior. Os projetos recebidos foram analisados pelas respetivas Unidades de Negócio, nomeadamente: *Digital & Tecnologia*, *Indústria & Tecnologia*, *Tecnologias da Saúde*, *Turismo*, *Novos Negócios*.

1.2. Processo de Análise

De entre as 308 candidaturas recebidas em 2022, via as iniciativas lançadas para captação de *dealflow*, 126 projetos prosseguiram para análise de potencial interesse para investimento de capital de risco, sujeitos a painéis de avaliação constituídos por peritos nacionais e internacionais, tendo 30 projetos realizado um *pitch* ao Conselho de Administração, para posterior decisão de apresentação de *term sheet* (proposta de investimento).

Figura 9 - Funil de Investimento 2022



Os projetos recebidos foram analisados pelas respetivas Unidades de Negócio, tendo em consideração a sua integração num dos verticais:

- **Digital & Tecnologia:** *enterprise, security, networks, AI, AR/VR, marketplaces*
- **Tecnologias da Saúde:** *therapeutics, medtech, diagnostics, digital health*
- **Indústria & Tecnologia:** *new materials, electronics, robotics, cleantech, agrotech*
- **Turismo:** *leisure, culture, hospitality, travel tech*

- Novos Negócios:** empresas investidas na Madeira e Açores, e ainda através da Call INNOV-ID e empresas alvo de investimento do Fundo **Portugal Gateway** destinado a empresas com o objetivo da internacionalização.

Figura 10 - Distribuição das Candidaturas por Unidades de Negócio em 2022

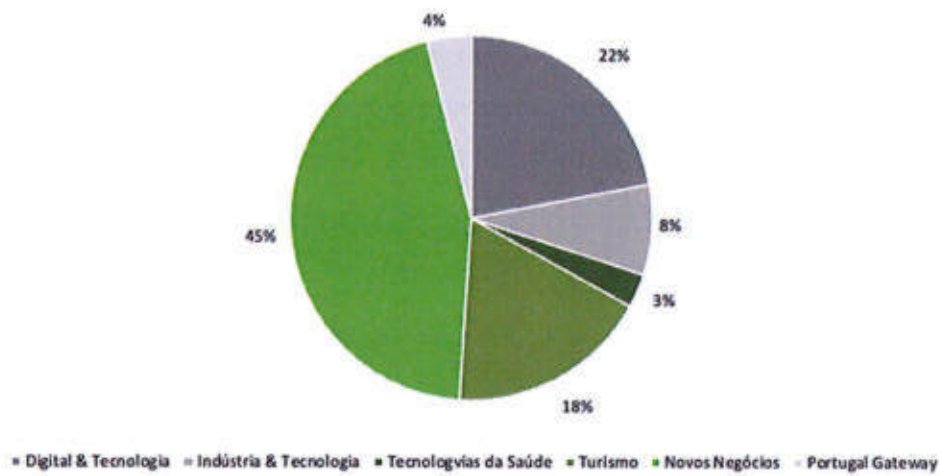
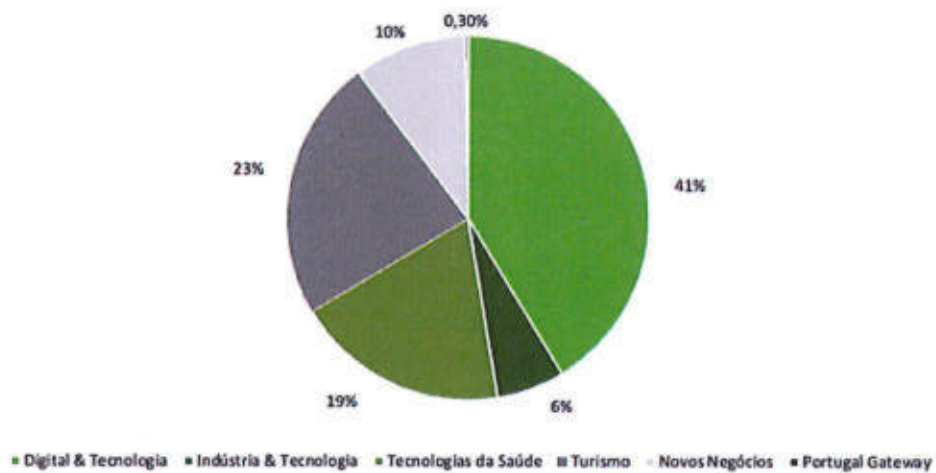


Figura 11 - Distribuição das Candidaturas por Unidades de Negócio entre 2012 e 2022



4
1
103

2. Investimento

2.1. Atividade de Investimento

Durante o exercício de 2022, a Portugal Ventures não registou na sua carteira direta, operações de investimento.

Toda a atividade da Sociedade foi efetuada através dos Fundos sob gestão, realizando o investimento em operações de *venture capital*. Assim, durante o exercício de 2022, o investimento realizado pelos Fundos de Capital de Risco ascendeu a 30,8 milhões de euros, dos quais 17,7 milhões de euros em operações correntes de investimento (que compara com 12,9 milhões de euros em 2021) e 13,1 milhões de euros em outras operações (conversões, *roll-ups* e recebimento em espécie de participações em empresas resultantes de alienação de participações em empresas).

Tabela 20 - Atividade de investimento de 2022 Realizado pelos Fundos sob Gestão da Portugal Ventures

	Nº	Custo de Aquisição	Valor na data de Aquisição	Saída de Fundos
Atividade de Investimento em 55 empresas				
Novas Participações em empresas	17	6 622 336 €	6 622 336 €	6 622 336 €
Reforço Participações em empresas	26	11 082 443 €	11 082 443 €	11 082 443 €
1		Sub-Total OPERAÇÕES CORRENTES	17 704 779 €	17 704 779 €
Novas Participações em empresas (Cleanwatts+Delivery Hero+Didimo, Inc)	3	2 163 122 €	2 163 122 €	0 €
Reforço Participações em empresas (Glovo)	1	5 367 390 €	5 367 390 €	0 €
Reforço Participações em empresas (Possible Answer)	1	25 182 €	25 182 €	1 €
Conversão de ativos em Participações em empresas	15	5 503 216 €	5 497 779 €	0 €
2		Sub-Total OUTRAS OPERAÇÕES	13 053 909 €	1 €
Total Atividade de Investimento (1+2)		30 758 688 €	30 758 251 €	17 704 779 €

O montante total de investimento concretizado em 2022 distribuiu-se por 5 dos 16 Fundos sob gestão, da seguinte forma:

Tabela 21 - Distribuição do Investimento por Fundo de Capital de Risco em 2022

FCR	Total	Operações Correntes	Outras Operações
Atlântico	600	600	0
Grow	3 277	3 277	0
Valor 2	1 887	1 462	425
TC	8 025	6 646	1 379
Tech	16 974	5 720	11 254
Total	30 764	17 705	13 059

O investimento realizado de 30,8 milhões de euros foi repartido por 55 empresas. Do investimento em operações correntes, no montante de 17,7 milhões de euros, foram realizados 6,6 milhões de euros em 17 novas empresas e 11,1 milhões de euros como reforço de investimento em 26 empresas já participadas. O reforço de investimento em participadas resulta (i) da realização de tranches anteriormente contratualizadas, mas condicionadas ao cumprimento de *milestones*, a que acresce (ii) os montantes de contratos de investimento de reforços celebrados em 2022 no total realizado de 9,6 milhões de euros.

Figura 12 - Novas Participadas 2022



4
1,1
1,3

Figura 13 - Distribuição do Investimento Corrente pelos FCR's, por Vertical de Negócio em 2022 [milhões de euros]

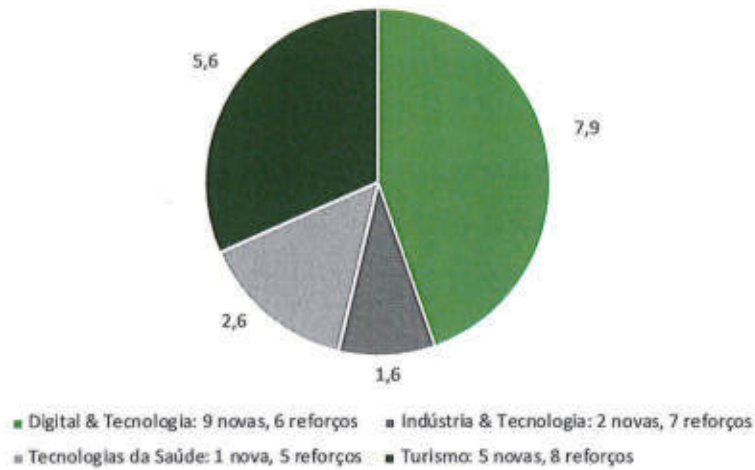
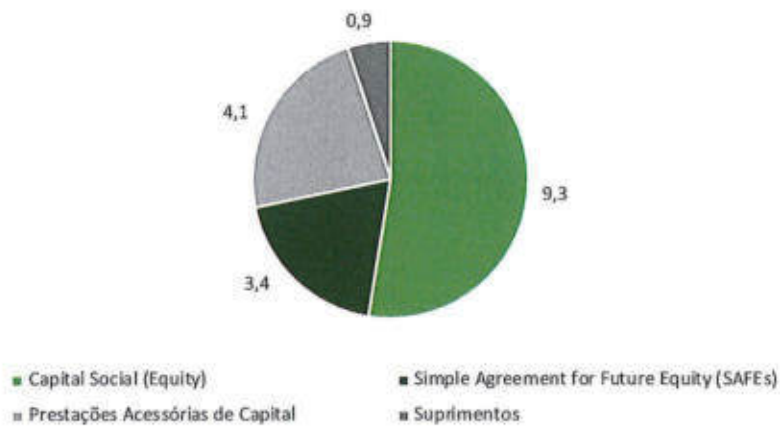


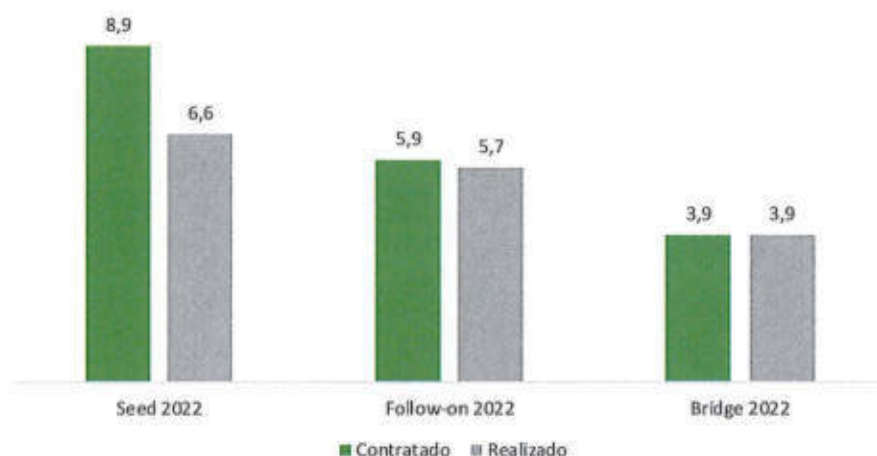
Figura 14 - Distribuição do Investimento Corrente Realizado pelos FCR's, por Classe de Ativo, em 2021 [milhões de euros]



O montante de investimento realizado em 2022 em operações de *seed investment* foi de 6,6 milhões de euros (face a 7,3 milhões de euros em 2021), enquanto as operações de *follow-on e bridge*, atingiram o montante de 9,6 milhões de euros (que compara com 4 milhões de euros em 2021).

Em 2022 o montante global de investimento contratado pelos Fundos de Capital de Risco foi de 18,6 milhões de euros (dos quais 16,2 milhões de euros realizados no próprio exercício), sendo que 8,9 milhões de euros (corrente e não corrente) corresponderam a investimentos em 17 novas empresas em operações de *seed investment* e 9,8 milhões de euros a operações de reforço de investimento em 21 empresas já participadas pelos Fundos. Do investimento contratado em 2022 encontra-se por realizar o montante de 2,4 milhões de euros, a que acresce 0,1 milhões de euros de operações contratadas, anteriores a 2022, a realizar em 1 empresa participada, na condição de verificação do progresso dos projetos, face a objetivos e *milestones* estabelecidos em contrato.

Figura 15 - Investimento Realizado / Contratado em 2022 [milhões de euros]



Durante o ano de 2022 foram realizadas operações de investimento sindicadas em 23 empresas num montante total de coinvestimento de 48,8 milhões de euros. O investimento realizado pela PV (através dos Fundos sob gestão) nessas operações ascendeu a 9,2 milhões de euros, dos quais, 2,2 milhões de euros corresponderam a conversão de investimento.

Na tabela seguinte apresenta-se uma síntese do investimento *venture capital* de 2012 a 2022, distribuído entre novas participadas e reforço de investimento em empresas que já faziam parte do portefólio, em valor e em número de operações.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Tabela 22 - Evolução do Investimento de *Venture Capital* Realizado de 2012 até 2022

Investimento de VC desde 2012	Contratado	Realizado	Comprometido
Digital & Tecnologia			
Novo	42 663	41 017	500
Follow on Investment (FOI) (Reforço)	38 766	37 461	0
Total Digital & Tecnologia	81 430	78 478	500
Indústria & Tecnologia			
Novo	22 890	21 706	0
Follow on Investment (FOI) (Reforço)	13 558	13 353	125
Total Indústria & Tecnologia	36 448	35 059	125
Tecnologias da Saúde			
Novo	13 063	12 221	542
Follow on Investment (FOI) (Reforço)	27 488	25 905	0
Total Tecnologias da Saúde	40 550	38 126	542
Turismo			
Novo	24 541	22 524	1 312
Follow on Investment (FOI) (Reforço)	12 090	12 005	35
Total Turismo	36 632	34 530	1 347
Total Geral	195 060	186 194	2 514

2.2. Atividade de Desinvestimento

No exercício de 2022 a carteira direta da Portugal Ventures registou 2 operações de desinvestimento parcial resultante das reduções de capital nos Fundos FCR Portugal Ventures GPI e FCR Portugal Ventures Internacionalização. O valor de realização ascendeu a cerca de 0,6 milhões de euros, conforme detalhe seguinte:

Tabela 23 - Atividade de Desinvestimento da Portugal Ventures

Atividade de Desinvestimento	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao Valor em Carteira	Resultado face ao Custo de Aquisição
UP de FCR sob gestão interna (Redução de capital - FCR INT)	282 973 €	213 731 €	213 731 €	0 €	-69 242 €
UP de FCR sob gestão interna (Redução de capital - FCR GPI)	465 386 €	400 406 €	399 262 €	-1 144 €	-66 124 €
Sub-Total OUTRAS OPERAÇÕES	748 359 €	614 137 €	612 992 €	-1 144 €	-135 366 €
Total Atividade de Desinvestimento	748 359 €	614 137 €	612 992 €	-1 144 €	-135 366 €

Em 2022 a atividade de desinvestimento dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures correspondeu ao montante global de 18 milhões de euros a custo de aquisição (que compara com o valor de 37,9 milhões de euros de 2021), com um resultado negativo de 0,1 milhões de euros, face ao valor em carteira. O desinvestimento ao preço de venda no período em análise registou o valor de 11,6 milhões de euros (17,3 milhões de euros em 2021).

O valor total de desinvestimento de 18 milhões de euros reparte-se em 9,7 milhões de euros em operações correntes (34,1 milhões de euros em 2021) e 8,3 milhões de euros em outras operações (conversões, *roll-ups* e pagamentos em espécie com ações de empresas), o que compara com 3,7 milhões de euros em 2021. O preço de venda das operações correntes correspondeu ao montante de 3,9 milhões de euros.

Foram concretizadas operações de desinvestimento total em 13 empresas, das quais 11 pertenciam à carteira de *venture capital* (14 em 2021). Da carteira de empresas classificadas como *Private Equity*, foi concretizado o desinvestimento total em 2 empresas (3 em 2021), mantendo a Portugal Ventures uma política de descontinuidade da sua atividade de operador de *Private Equity*. Das empresas desinvestidas totalmente, 5 resultaram de liquidação, 3 foram desinvestidas por valor simbólico, as restantes 5 foram recompra pela equipa de gestão ou acionistas.

O quadro seguinte detalha o desinvestimento verificado durante 2022:

Tabela 24 - Atividade de Desinvestimento em 2022 Realizada pelos Fundos sob Gestão da Portugal Ventures

Atividade de Desinvestimento em 33 empresas	Nº	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao Valor em Carteira	Resultado face ao Custo de Aquisição
Total Participações	13	8 908 024 €	2 725 137 €	3 403 088 €	677 951 €	-5 504 936 €
Parcial Participações	4	775 480 €	420 371 €	505 471 €	85 100 €	-270 009 €
1 Sub-Total OPERAÇÕES CORRENTES		9 683 504 €	3 145 508 €	3 908 559 €	763 051 €	-5 774 946 €
Parcial Participações (Glovo)	1	1 224 399 €	1 224 399 €	486 481 €	-737 918 €	-737 918 €
Total Participações (Cleanwatts Digital+Dídimo)	2	1 600 000 €	1 600 000 €	1 676 641 €	76 641 €	76 641 €
Doação em pagamento de Participações em empresas (Possible Answer)	1	25 181 €	25 181 €	25 181 €	0 €	0 €
Conversão de ativos em Participações em empresas	15	5 480 488 €	5 742 728 €	5 517 536 €	-225 193 €	37 047 €
2 Sub-Total OUTRAS OPERAÇÕES		8 330 069 €	8 592 308 €	7 705 839 €	-886 470 €	-624 229 €
Total Atividade de Desinvestimento (1+2)		18 013 573 €	11 737 816 €	11 614 398 €	-123 419 €	-6 399 175 €

Os desinvestimentos realizados em operações correntes encontram-se distribuídos pelas diferentes Unidades de Negócio da seguinte forma:

Figura 16 - Desinvestimentos em Empresas Detidas pelos FCR's, por Vertical de Negócio, em 2022

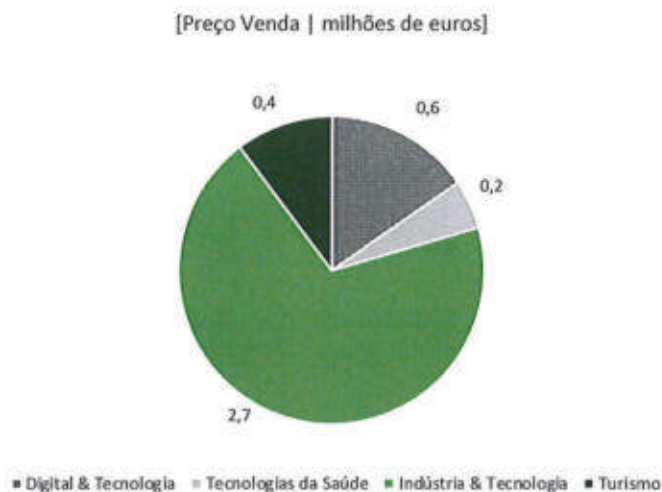


Figura 17 - Desinvestimentos em Empresas Detidas pelos FCR's, por Vertical de Negócio, em 2022

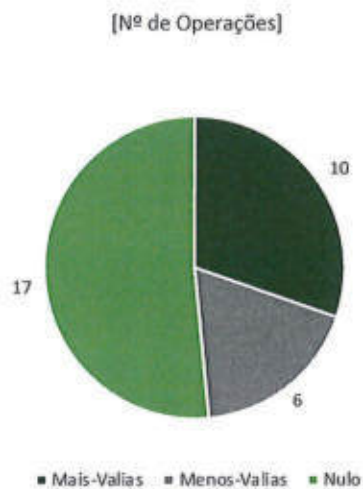


Durante 2022, 9 operações de desinvestimento em capital social, num total de 18, foram efetuadas por recompra pela equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 2 milhões de euros, ou seja, 48% do montante alienado. Das operações remanescentes, 5 resultaram de liquidação e as restantes 4 resultaram de *roll-ups*.

Handwritten marks in the top left corner, including a stylized 'Y' and 'P' and the number '103'.

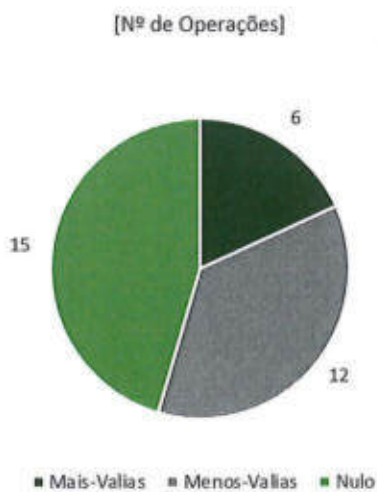
O total das vendas, por número de operações, face à valorização em carteira, resultou em 6 com menos-valias, 10 com mais-valias e 17 com resultado nulo. As mais-valias representaram 1,2 milhões de euros, com maior peso na área de *Indústria & Tecnologia* (67%).

Figura 18 - Distribuição do Desinvestimento Realizado nos FCR's em 2022, por Resultado Face à Valorização em Carteira



As vendas apuradas, por número de operações, face ao valor de aquisição, foram 12 com menos-valias, 6 com mais-valias e 15 com resultado nulo. Das vendas com mais-valias, no montante de 0,5 milhões de euros, a área de *Indústria & Tecnologia* registou 92%.

Figura 19 - Distribuição do Desinvestimento realizado nos FCR's em 2022, por Resultado Face ao Valor de Aquisição



3. Gestão de Fundos de Capital de Risco

3.1. Caracterização sumária

No início de 2013, a Portugal Ventures tinha sob sua gestão um total de 25 Fundos de Capital de Risco. Com a implementação do projeto de racionalização da carteira de Fundos, até ao final de 2014, foram extintos 8 Fundos de Capital de Risco em resultado de fusões por incorporação, e extinto 1 Fundo por ter atingido o período limite de duração. No ano de 2015 a Portugal Ventures procedeu à constituição de um novo Fundo de Capital de Risco, na sequência de uma operação de cisão por destaque de parte dos ativos do **FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR GPI)**, e consequente constituição do **FCR Portugal Ventures *Grow & Expand*** (anteriormente designado **FCR Portugal Global Ventures I**), fundo no qual se concentrou a prossecução do esforço de investimento da Portugal Ventures como operador de *venture capital*.

Em 2017, a Portugal Ventures procedeu à constituição de um novo Fundo de Capital de Risco, o **FCR Turismo Crescimento (FCR TC)**, na sequência de uma operação de cisão por destaque de parte dos ativos do **FCR Portugal Ventures Turismo**. Esse Fundo tem por objetivo o investimento em empresas que contribuam para a criação ou manutenção do emprego e o desenvolvimento do setor do turismo, através de projetos enquadráveis nos eixos estratégicos definidos para o Turismo em Portugal, de acordo com a Estratégia Turismo 2027.

No exercício de 2018, constitui-se um novo Fundo de Capital de Risco, o **FCR Portugal Ventures *Tech Competitiveness*** (anteriormente designado por **FCR Portugal Global Ventures II**), destinado a investimento em *startups* de base tecnológica, resultado da candidatura ao Concurso Público IFD-FC&QC-FCR-01/16, cofinanciado pelo programa operacional temático competitividade e internacionalização (Compete 2020) e pelo programa operacional regional Alentejo (PO Alentejo). Registou-se a extinção em dois Fundos sob gestão, o **FCR Dinamização Turística**, em resultado da fusão por incorporação no **FCR TC** e o **FCR Portugal Ventures FIEP**, por ter concluído o seu período de duração.

Durante o ano de 2019 foi possível aumentar a capacidade de investimento em três dos Fundos sob gestão: (i) aumento de capital do **FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness** em 10,8 milhões de euros, com o envolvimento de um novo participante, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda; (ii) aumento de capital em 17 milhões de euros no **FCR TC** por parte do seu participante de referência, o Turismo de Portugal; (iii) e reforço do capital do **FCR Portugal Ventures Grow & Expand** no valor de 9,4 milhões de euros, este último resultado da recirculação da liquidez retornada pelo **FCR GPI** aos seus participantes.

Em 2020 registou-se a liquidação dos Fundos, **FCR Finícia** e **FCR FAI Energias**.

No exercício de 2021, (i) foram constituídos os Fundos, **FCR Transmissão e Alienação** com um capital integralmente subscrito de 10 milhões de euros, **FCR Portugal Gateway** com um capital subscrito e realizado de 19,7 milhões de euros e **FCR Atlântico** com o capital subscrito de 9 milhões de euros, (ii) verificaram-se reduções de capital nos Fundos, **FCR GPI** no valor de 6 milhões de euros, **FCR ACTEC II** no valor de 3,2 milhões de euros, **FCR Global 2** no valor de 1 milhão de euros, **FCR Early Stage** no valor de 1,5 milhões de euros e **FCR Valor 2** no valor de 2 milhões de euros, (iii) verificaram-se aumentos de capital nos Fundos, **FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness** no valor de 5 milhões de euros e **FCR Valor 2** no valor de 10 milhões de euros e (iv) liquidação dos Fundos, **Turismo Inovação FCR** e **FCR Indústrias Criativas**.

À data de 31 de dezembro de 2022, a Sociedade detinha 16 Fundos de Capital de Risco sob sua gestão, representando um valor de património líquido no montante de 270,3 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 8,4% (20,9 milhões de euros), face ao valor de 31 de dezembro de 2021 (249,4 milhões de euros). Esta variação resultou em 2022 de um conjunto de operações nos Fundos sob gestão: (i) das reduções de capital nos Fundos, **FCR GPI** no valor de 6,1 milhões de euros e **FCR Internacionalização** no valor de 0,5 milhões de euros, (ii) dos aumentos de capital nos Fundos, **FCR Gateway** no valor de 2 milhões de euros e **FCR Turismo Crescimento** no valor de 20 milhões de euros, (iii) dos Resultados Líquidos positivos no valor de 6 milhões de euros registados nos Fundos em 2022 e (iv) da perda das unidades de participação não realizadas de investidor privado no montante de 500.000 euros a favor do **FCR Atlântico**.

4
M
43

Durante o ano de 2022 a Portugal Ventures fez uma proposta para constituição de um novo Fundo de Capital de Risco, no montante global de 50 milhões de euros, ao abrigo do Concurso para seleção de Intermediários Financeiros de acesso ao Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR) / Programa Consolidar. Esta proposta foi aprovada em finais de setembro de 2022, encontrando-se em fase de constituição formal.

Tabela 25 - Fundos Geridos pela Portugal Ventures a 31 dezembro 2022

Fundos geridos pela Portugal Ventures				
FCR	Participantes	Data de Constituição	euros	
			Assets under Management a 31.12.2022	Porcentagem devida pela PV
FCR Portugal Ventures Global 2	Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP; FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S.A.; ICA - Instituto do Cinema e Audiovisual, IP.	15-Jul-99	19 821 272	50,0%
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	Portugal Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC); Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.	23-Jan-18	35 452 696	48,1%
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Finova - Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; ACEP Portugal Global, E.P.E.	18-Apr-11	11 439 816	42,7%
FCR Portugal Ventures Early Stage	Finova - Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	30-Sep-11	1 151 266	41,1%
FCR Portugal Ventures Biocant	Finova - Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; ABAP - Associação Beira Atlântico Parque; Biocant-Associação de Transferência de Tecnologia; Bluepharma-SGPS, S.A.; FCR Portugal Ventures Valor 2; FSCR PME-IAPMEI	28-Dec-11	3 691 044	37,7%
FCR Portugal Ventures ACTEC II	Finova - Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; FCR Caixa Fundos; Espírito Santo Tech Ventures, SGPS, S.A.; Banco BPI, S.A.; FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Grupunave - Inovação e Serviços, Lda; Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	18-Nov-11	1 610 788	17,2%
FCR Portugal Ventures Universitäts	A.N.J.E.-Associação Nacional de Jovens Empresários; Associação Industrial Portuguesa-Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI); Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu; FCR Caixa Fundos; FINOVA-Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação; INDEG/ISCTE-Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial do ISCTE; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários	28-Dec-11	14 471 931	14,8%
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	ACEP Portugal Global, E.P.E.; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Novo Banco, S.A.; Banco BPI, S.A.; Banco Santander Totta, S.A.; Banco Comercial Português, S.A.; FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	17-Jun-15	24 012 950	12,0%
FCR Portugal Ventures GFI	ACEP Portugal Global, E.P.E.; Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; FCR Caixa Fundos; Novo Banco, S.A.; Banco BPI, S.A.; Banco Santander Totta, S.A.; Banco Comercial Português, S.A.	9-Aug-04	5 008 571	6,5%
FCR Azores Ventures	Região Autónoma dos Açores; Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	14-Jan-11	353 570	9,1%
FCR Atlântico	Portugal Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC); + 6 investidores singulares privados	14-Jul-21	8 385 319	6,6%
FCR Portugal Ventures Valor 2	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP.; Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Banco Santander Totta, S.A.; FITEC - Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular	11-Aug-94	52 369 573	0,0%
FCR Portugal Ventures Turismo	Turismo de Portugal, IP.	28-Dec-95	7 733 601	0,0%
FCR Turismo Crescimento	Turismo de Portugal, IP.; Banco BPI, S.A.	1-Aug-17	57 791 098	0,0%
FCR Transmissão e Alienação	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP.	28-Apr-21	10 976 837	0,0%
FCR Portugal Gateway	80 investidores singulares privados	19-Jan-21	20 009 781	0,0%

y
H
103

Figura 20 - Origem dos Fundos dos FCR's sob Gestão da Portugal Ventures (milhões de euros)

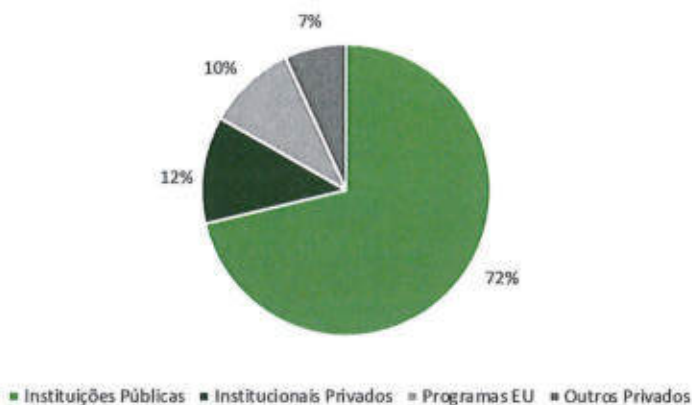


Tabela 26 - Evolução do Valor Global Líquido Agregado dos FCR's sob Gestão da Portugal Ventures (milhões de euros)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Valor Global Líquido Agregado	270,3	249,4	169,0	200,4
Ativo Total Líquido Agregado	274,3	254,1	172,9	206,0

3.2. Principais Indicadores

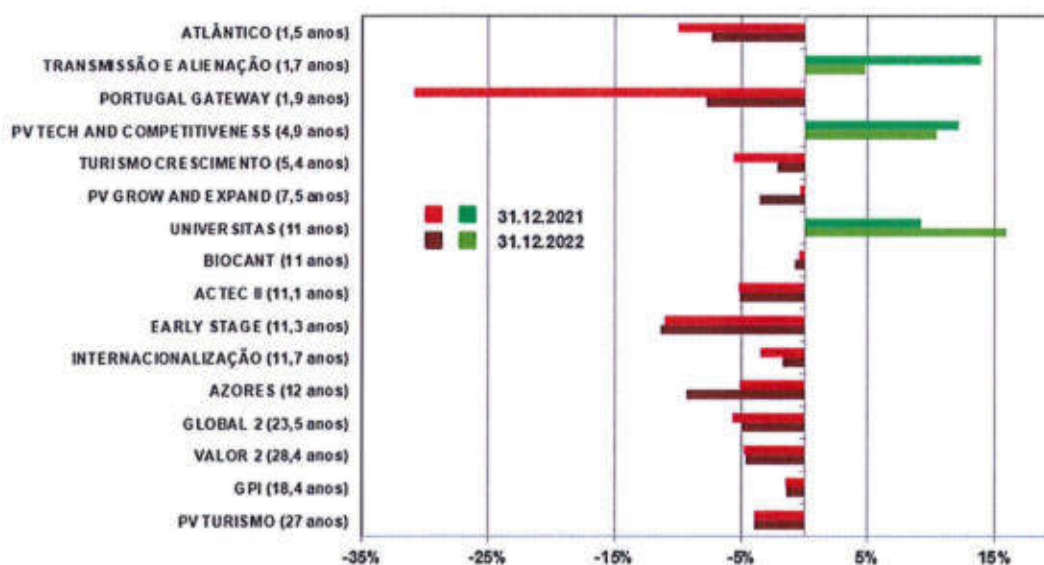
O Resultado Líquido agregado dos Fundos passou de 40,4 milhões de euros positivos em 2021 para 6 milhões de euros positivos em 2022. Os Fundos, **FCR Universitas**, **FCR Turismo Crescimento**, **FCR Tech Competitiveness** e **FCR Internacionalização** foram os que mais contribuíram para o Resultado Líquido agregado positivo dos Fundos a 31 de dezembro de 2022.

Tabela 27 - Principais Indicadores de Gestão dos FCR's sob Gestão da Portugal Ventures [milhares de euros]

Indicadores FCR	k Eur			
	31/12/2022	31/12/2021	Δ	Δ %
Valor Global Líquido	270 335	249 350	↑ 20 985	↑ 8,4%
Capital Social	360 089	344 689	↑ 15 400	↑ 4,5%
Ativo Total Líquido	274 280	254 072	↑ 20 208	↑ 8,0%
Carteira de Ativos	137 138	124 388	↑ 12 750	↑ 10,3%
Valor Carteira de Ativos	175 385	147 609	↑ 27 775	↑ 18,8%
Liquidez	81 318	77 981	↑ 3 337	↑ 4,3%
Passivo	3 945	4 722	↓ -777	↓ -16,5%
Outro Ativo Total Líquido	17 578	28 482	↓ -10 904	↓ -38,3%
Resultado Líquido	6 085	40 424	↓ -34 339	↓ -84,9%
Rentabilidade do Valor Global Líquido	2,3%	16,2%		
Rentabilidade do Ativo Total Líquido	2,2%	15,9%		
Autonomia Financeira	98,6%	98,1%		

Analisando o histórico de investimentos e desinvestimentos dos Fundos, e apesar das valorizações atuais dos ativos, verifica-se que as taxas de rentabilidade total (TIR) dos Fundos se mantêm negativas, com exceção dos Fundos FCR Portugal Ventures Universitas, FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness e FCR Transmissão e Alienação.

Figura 21 - Taxa Interna de Rentabilidade desde a constituição dos FCR's ativos sob Gestão da Portugal Ventures a 31.12.2021 e 31.12.2022 [%]



Contudo, quando efetuada uma análise decomposta e evolutiva no comportamento da rentabilidade dos Fundos os resultados são diferentes, como pode ser constatado da leitura dos gráficos abaixo, no primeiro caso, com a TIR dos fundos desde a data de criação da PV em 2012, e no segundo caso, desde a data de entrada em funções do anterior e atual Conselho de Administração, em 2018. De salientar os casos dos FCR Gateway e Atlântico cujo período de investimento apenas termina em 2023, estando a sua rentabilidade afetada ainda por esse fator.

Figura 22 - Taxa Interna de Rentabilidade desde 2012 dos FCR's ativos sob Gestão da Portugal Ventures a 31.12.2022 [%]

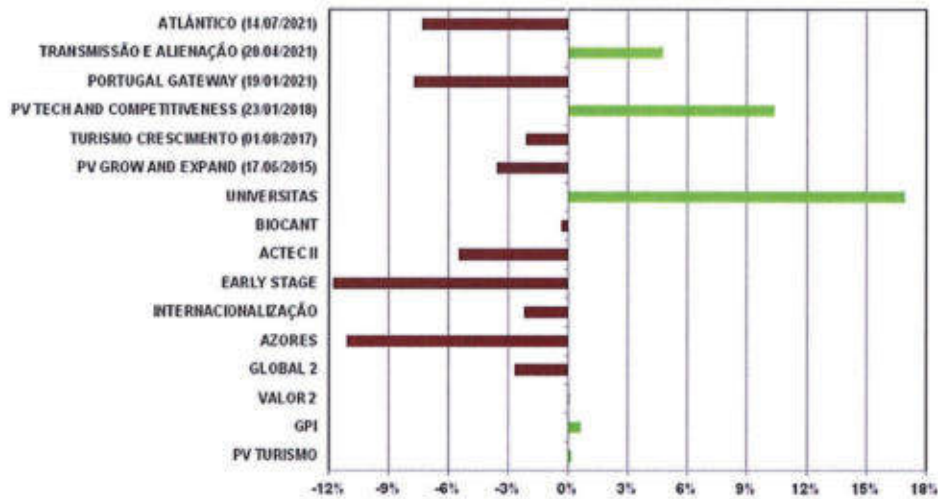
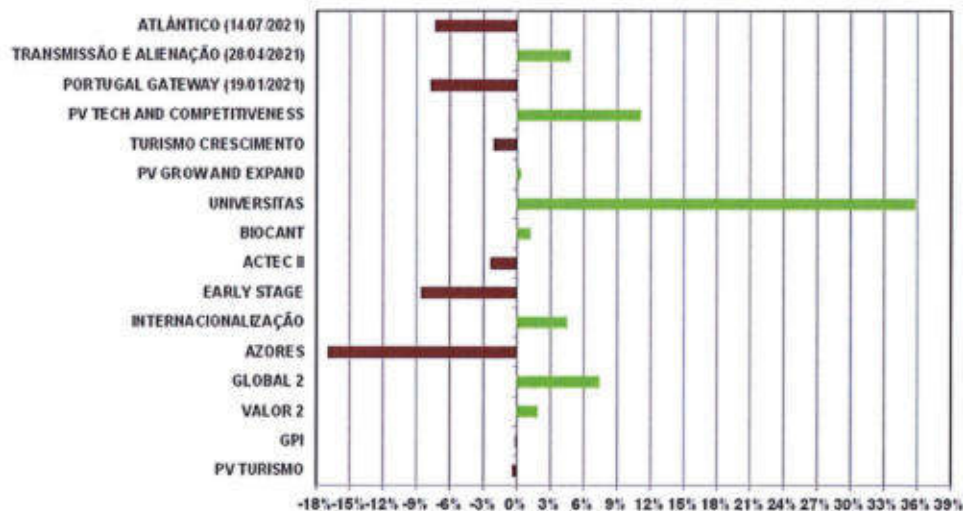


Figura 23 - Taxa Interna de Rentabilidade desde 2018 dos FCR's ativos sob Gestão da Portugal Ventures a 31.12.2022 [%]



Handwritten initials and signature in blue ink.

3.3. Carteira de Ativos de Capital de Risco

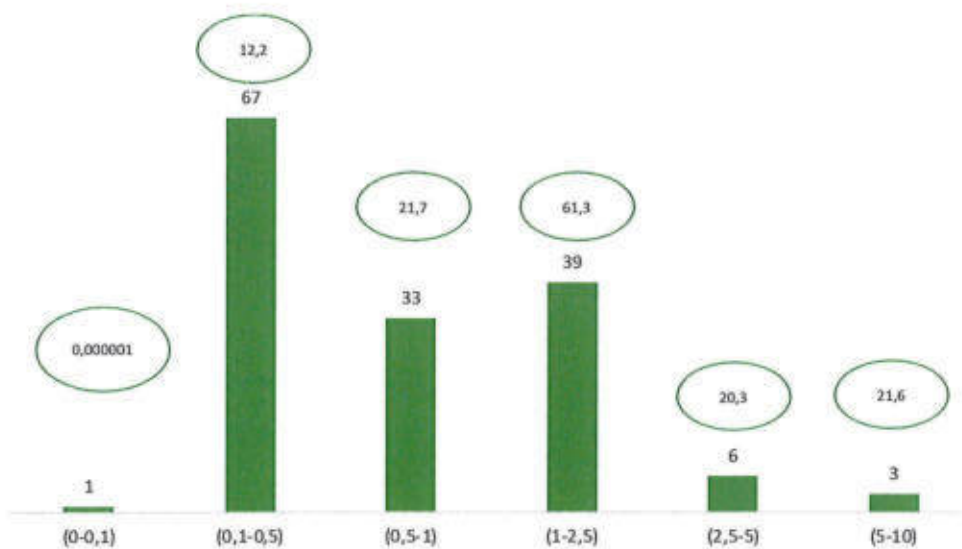
O montante global do património líquido dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures registado a 31 de dezembro de 2022 apresenta um montante total de participações em carteira de 137,1 milhões de euros, distribuído por 149 empresas, representando um aumento de 10,3% (ou 12,8 milhões de euros), face ao montante em carteira total de 124,3 milhões de euros, distribuído por 144 empresas, registado no final de 2021. O investimento total em carteira é representado essencialmente por participação em instrumentos financeiros de empresas, incluindo apenas uma participação residual em unidades de participação num fundo sob gestão da Portugal Ventures no valor de cerca 0,1 milhões de euros.

Tabela 28 - Evolução do Investimento Agregado dos FCR's [milhões de euros]

31/12/2022	31/12/2021	Δ	Δ %
137,1	124,3	12,7	+10,3 %

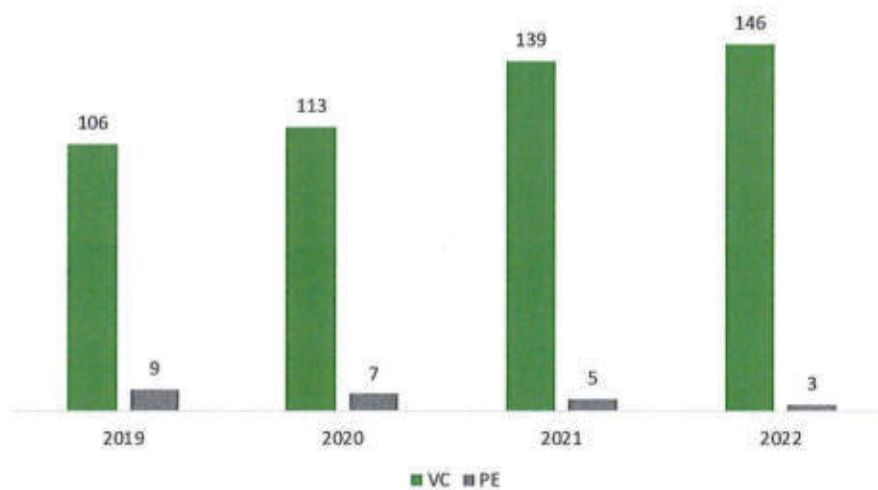
A distribuição da carteira em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário.

Figura 24 - Distribuição do Investimento dos FCR's em Empresas, por Dimensão do Investimento [milhões de euros | # empresas]



A distribuição da carteira sob gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a classificação em *Private Equity* e *Venture Capital*, reflete o resultado da missão desenvolvida pela Sociedade desde a sua constituição (fusão em junho de 2012) prosseguindo os objetivos da política de investimento definida. Comparando com o ano de 2021, no final de 2022 verifica-se uma redução na carteira de *Private Equity*, de 5 para 3 empresas e um aumento líquido de 7 empresas na carteira de *Venture Capital*, de 139 para 146 empresas.

Figura 25 - Evolução da Carteira *Private Equity* e *Venture Capital* [milhões de euros | # Empresa]



Maturidade de Investimento

Os Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentam uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade. Num total de 149 participações, 77 empresas registam maturidade de investimento até 3 anos, 43 empresas têm maturidade entre 3 e 7 anos e as restantes têm maturidade superior a 7 anos.

Handwritten initials and marks in blue ink.

3.4. Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2022, o valor agregado dos investimentos em carteira dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma valorização de 175,3 milhões de euros o que, relativamente à valorização de 147,5 milhões de euros, registada no final de 2021, reflete um aumento de valor de 18,8%, ou 27,8 milhões de euros.

Tabela 29 – Evolução do Valor Agregado da Valorização das Carteiras de Ativos dos FCR's [milhões de euros]

	31/12/2022	31/12/2021	Δ	Δ %
Valorização em empresas	175,3	147,5	+27,8	+18,8%

Do total de 149 empresas que constituem a carteira de investimentos dos Fundos sob gestão, importa realçar o peso do investimento efetuado nas fases de *Seed* e *Start-Up*, que representa 73% do investimento acumulado total e 73% da valorização registada a 31 de dezembro de 2022.

Figura 26 – Nº de Investimentos Realizados em Empresas dos FCR's, por Estágio de Desenvolvimento [# de Participações]

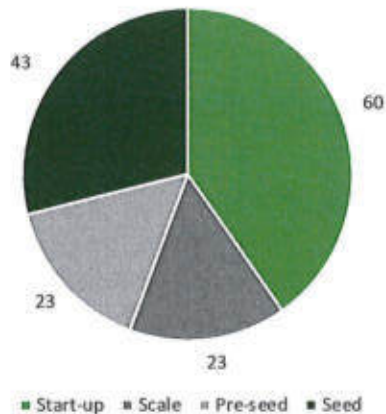
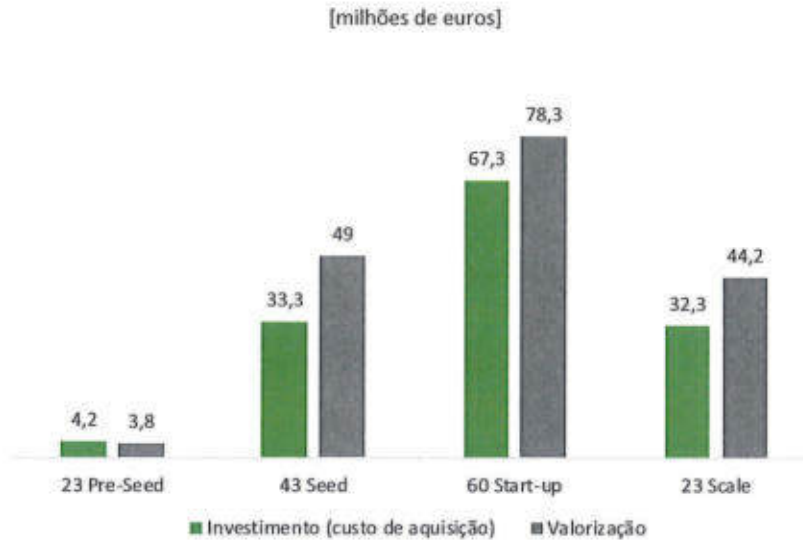


Figura 27 – Investimento e Respetiva Valorização em Empresas dos FCR's, por Estágio de Desenvolvimento

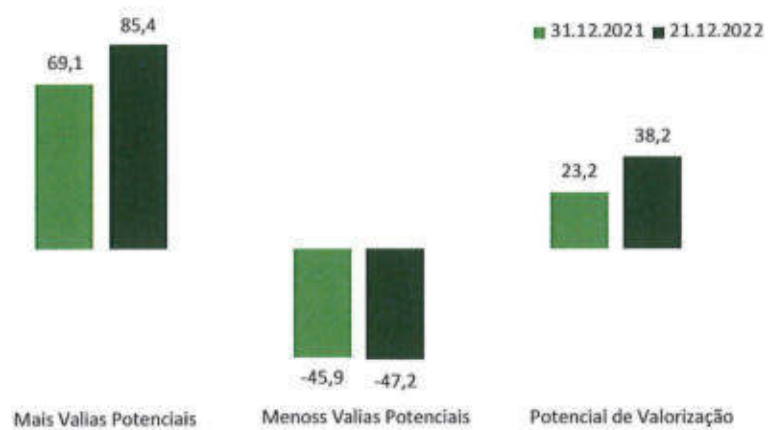


No final de 2022 encontravam-se 18 empresas registadas a valor nulo (eram 9 em 2021) e os investimentos cuja valorização se situa entre 1 e 5 milhões de euros representam 38% da valorização dos investimentos em empresas dos FCR's geridos pela Portugal Ventures (32 empresas, ou seja, 21% do número total de empresas).

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de investimentos em empresas dos FCR's sob gestão da Portugal Ventures apresentava um ganho global potencial de 38,2 milhões de euros, face a um ganho global 23,2 milhões de euros no final de 2021.

Os investimentos dos FCR's sob gestão registam menos-valias potenciais no valor de 47,2 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 85,4 milhões de euros.

Figura 28 – Potencial de Valorização dos Investimento na carteira dos FCR's [milhões de euros]



4. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures

4.1. Carteira de Ativos de Capital de Risco

A Portugal Ventures apresenta uma carteira direta de ativos de capital de risco em Fundos de Capital de Risco e numa participação direta numa empresa que resultou de partilha de liquidação do **FCR Critical Ventures I**.

A 31 de dezembro de 2022, o investimento total detido ao custo de aquisição era de 35,4 milhões de euros, representando uma redução de 0,7 milhões de euros, ou 2,1%, face ao investimento total registado em 31 de dezembro de 2021. A variação resulta em particular das reduções de capital nos Fundos, **FCR Internacionalização** no valor de 0,2 milhões de euros e **FCR GPI** no valor de 0,5 milhões de euros. O investimento total encontra-se repartido da seguinte forma:

- Participações em unidades de participação de Fundos de Capital de Risco sob gestão, no valor de 35,4 milhões de euros;
- Participações em empresas com valor nulo (Critical Links, SA).

Tabela 30 – Evolução da Carteira de Ativos Detidos Diretamente pela Portugal Ventures, por Tipologia de Ativo

	[milhões de euros]			
	31/12/2022	31/12/2021	Δ	Δ %
Participações em UP de FCR	35,4	36,1	-0,7	-2,1 %

4.2. Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2022, a carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures, entre Unidades de Participação de Fundos de Capital de Risco e uma participação de valor nulo direta numa empresa, apresentava um valor de 38,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,9% ou 1,4 milhões de euros face ao registado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é resultado da valorização registada por efeito dos resultados líquidos que concorrem para o *NAV (Net Asset Value)* dos Fundos e das reduções de capital nos Fundos, **FCR GPI** e **FCR Internacionalização**.

Tabela 31 - Valorização da Carteira de Ativos Detidos Diretamente pela Portugal Ventures, por Tipologia de Ativo [milhões de euros]

31/12/2022	31/12/2021	Δ	Δ %
38,7	37,3	+1,4	+3,9 %

À data de 31 de dezembro de 2022 a carteira de investimentos detida diretamente pela Portugal Ventures apresentava um ganho potencial de 3,3 milhões de euros (ganho potencial de 1,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021), a qual se pode decompor entre menos-valias potenciais no valor de 2,5 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 5,8 milhões de euros.

O investimento em carteira na Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2022 distribui-se por Unidades de Participação representativas do capital em 11 Fundos de Capital de Risco e uma participação direta em empresa:

Tabela 32 - Detalhe da Carteira de Ativos Detidos pela Portugal Ventures [euros]

Entidades	% Capital Social Detida	Data 1ª Subscrição	Valor Subscrição	Valor em Carteira
CRITICAL LINKS, SA	1,652%	16/09/2020	0,00	0,00
			0,00	0,00
FCR GE	11,963%	17/06/2015	3 345 030,98	2 860 573,91
FCR ACTECII	17,172%	31/12/2014	488 318,75	124 896,15
FCR BIOCANT	37,724%	28/12/2011	1 500 000,00	1 382 608,11
FCR ES	41,111%	30/09/2011	1 131 755,50	540 377,13
FCR AZORES	9,091%	14/01/2011	100 000,00	32 063,79
FCR GLOBAL2	49,995%	01/12/2013	8 904 381,34	9 125 087,67
FCR GPI	6,545%	15/03/2005	351 207,24	324 328,42
FCR INT	42,746%	18/04/2011	5 647 027,00	4 862 411,49
FCR ATLÂNTICO	6,613%	14/07/2021	600 000,00	550 745,65
FCR UNIVERSITAS	14,845%	28/12/2011	511 525,00	1 874 020,92
FCR TECH	48,117%	23/01/2018	12 805 855,43	17 027 435,49
			35 385 101,24	38 704 548,73
Total			35 385 101,24	38 704 548,73

4.3. Atividades de Suporte

No início do mandato 2018-2020, que terminou apenas no final de 2021, foram definidos os três objetivos estratégicos que pautaram as atividades da Portugal Ventures ao longo desses anos. Esses objetivos, que se mantiveram atuais para o mandato 2021-2023, foram os seguintes:

- Criar condições de desinvestimento nas empresas mais maduras do portefólio, por forma a gerar rentabilidade atrativa para os Fundos atualmente sob gestão e criar condições para uma liquidação dos Fundos em final de vida adequadas para os seus participantes;
- Criar valor na política de acompanhamento dos investimentos, por via da dinamização do negócio ao nível global, garantindo uma procura pró-ativa e contínua de parceiros de negócio e de financiamento em novas rondas de investimento;
- Contribuir para a agilização de uma política de investimentos de capital risco público em Portugal, sustentada pela constituição de novos Fundos com teses de investimento alinhadas com as prioridades nacionais em matéria de inovação orientada para a produção de bens e serviços internacionalmente transacionáveis.

Estes objetivos foram por seu turno enquadrados em quatro vetores estratégicos de atuação complementares, já num contexto de integração da Portugal Ventures no Grupo Banco Português de Fomento, a saber

- **+Crescimento**

Consolidar a valorização do atual portefólio de empresas, dando seguimento à estratégia seguida de acompanhamento pró-ativo das participadas, apostando numa cada vez maior lógica de especialização das unidades de negócio, tirando partido da sua experiência acumulada e *know-how* em função do vertical de atuação, da fase do ciclo de vida das empresas (a recém criada área de novos negócios dedicada à gestão de fundos orientados para a fase *pre-seed* – como é o caso da gaveta do FCR Valor2 para a iniciativa INNOV-ID, para as regiões - como é o caso do FCR Atlântico e para a internacionalização e investimento direto estrangeiro- como é o caso do FCR Portugal Gateway) e do tipo de produto de capitalização a disponibilizar ao mercado (capital, prestações acessórias convertíveis ou SAFE's).

4
J.
Kus

- **+Global e em Rede**

Manter e reforçar a rede de parceiros atuais da Portugal Ventures (parceiros de ignição, de capital e corporativos), reforçando essa rede para uma nova categoria de institucionais (em articulação com o próprio acionista Banco Português de Fomento), não só ao nível nacional, como sobretudo internacional e em estreita colaboração com os ex-acionistas IAPMEI, AICEP e Turismo de Portugal e a ANI com a iniciativa INNOV-ID. A unidade de suporte Portfolio Development, teve um papel primordial na gestão desta rede e com eventual reforço de recursos e âmbito de atuação mais alargada às restantes participadas do Grupo Banco Português de Fomento, potenciando assim o funcionamento interno em rede e assim criar valor junto das participadas da Portugal Ventures.

- **+Capital**

Consolidar a estratégia seguida no triénio anterior de lançamento de novos Fundos de capital de risco especializados (no segmento *venture capital*) e promover a liquidação eficiente e com maximização da rentabilidade dos Fundos sob gestão mais antigos, permitindo mesmo a substituição de participantes públicos e institucionais (incluindo a própria Portugal Ventures) por investidores privados. A gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures com liquidez, deverá seguir uma lógica de investimento “inteligente” que permita não só viabilizar o investimento inicial nas empresas, como sobretudo a capacidade financeira para acompanhar rondas futuras ao longo da fase de crescimento das empresas (para além das fases *Seed* e *Series A* atuais) e assim viabilizar desinvestimentos verdadeiramente atrativos para os participantes dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures, em particular dos privados, cada vez mais exigentes a este nível.

Por outro lado, estudar com o acionista Banco Português de Fomento o lançamento de novos produtos de capitalização (Fundos que possam ser geridos formalmente pela Portugal Ventures enquanto operador de capital de risco), que venham suprir falhas de mercado na oferta atual e alinhados com os objetivos estratégicos de aplicação de Fundos do Programa Portugal 2030, dos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência e linhas de capital negociadas pelo Banco Português de Fomento junto do Fundo Europeu de Investimento ou outras fontes equivalentes, numa lógica “grossista”, mas evitando que a Portugal Ventures se envolva diretamente no investimento nesses Fundos, para

4
1
2

minimizar o risco na gestão do portefólio e o conseqüente impacto nas contas do próprio Banco Português de Fomento.

- **+Eficiência +Transparência**

Tornar a operação da Portugal Ventures mais eficiente, potenciando a aplicação do Regulamento de Gestão de Carreiras com vista ao alinhamento de incentivos à equipa com a rentabilidade dos Fundos sob gestão.

De igual forma, os novos desafios que se perspetivam numa cada vez maior agilização de tomada de decisão e aproximação cada vez maior ao mercado empresarial, por um lado, e a maior exigência em matérias como *compliance*, gestão de risco e relacionamento com o supervisor, mais prementes no contexto de consolidação de contas com o Banco Português de Fomento, obrigam a um processo de revisão dos *workflows* internos de investimento, acompanhamento e desinvestimento, com uma maior incidência nos regulamentos internos vigentes, com destaque para os processos de prevenção do branqueamento de capitais, de gestão e mitigação de conflitos de interesses e gestão de riscos e mesmo a aplicabilidade de procedimentos mais ágeis que foram conseguidos em contexto pandémico durante os anos de 2020 e 2021 e que ainda subsistem como prática corrente atual.

Todos estes quatro vetores estratégicos deram lugar à definição de ações concretas apresentadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, aprovado pelo Conselho Fiscal a 9 de junho de 2022, pela Assembleia Geral a 9 de setembro de 2022 (embora condicionado ao parecer da UTAM) e autorizações superiores da Tutela e Ministério das Finanças, o que apenas veio a acontecer em 28 de dezembro de 2022) e cujos resultados alcançados no exercício se resumem de seguida:

ly
J
Pug

4.3.1. + Crescimento

A1. Reorganização das unidades de negócio da PV numa perspetiva “on-going” e alinhadas com os objetivos estratégicos do Banco Português de Fomento

O que estava previsto?

Reorganização das unidades de negócio em função do vertical de atuação, da fase do ciclo de vida das empresas e do tipo de produto de capitalização a disponibilizar ao mercado.

Esta reorganização das unidades de negócio da PV em função dos três critérios, poderia implicar uma realocação de recursos humanos entre áreas e uma passagem interna no acompanhamento de algumas empresas do portefólio entre equipas, em particular das que se encontram na fronteira entre as diversas áreas atrás identificadas e o seu grau esperado de especialização e modelo de acompanhamento. Foi também prevista a criação de uma nova UN, a denominar por Novos Negócios, que seria responsável pela gestão de fundos especializados constituídos em 2021, como é o caso do FCR Atlântico, o FCR Portugal Gateway e a gaveta do FCR Valor2 dedicada à iniciativa INNOV-ID.

O que foi efetivamente feito?

No que respeita ao vertical/setor de atividade, focámos a UN Digital e Tecnologia nas áreas atualmente cobertas e sem sobreposição com as demais, destacando-se quatro em particular:

- *e-commerce, marketplaces, SaaS, cibersegurança, media e telecomunicações, digitalização de processos, gaming e realidade virtual, mobilidade;*
- *fintech, insuretech, legaltech, e criptomoedas;*
- *deeptech aplicado à indústria, como inteligência artificial, IoT, blockchain, tecnologia quântica, tecnologia espacial, eletrónica, robótica, defesa, logística e novos materiais;*
- *economia social e indústrias criativas.*

A UN de Indústria e Tecnologia manteve o seu foco de intervenção em exclusivo em empresas industriais, em todos os subsetores de atividade, de forma alinhada com a estratégia dos clusters para a competitividade (que fazem parte da rede de parceiros de ignição da Portugal Ventures) com especialização em cinco áreas consideradas prioritárias para o Banco Português de Fomento:

- economia azul e todos os seus subsetores;
- economia circular e todos os seus subsetores;
- energia verde;
- processos de reconversão industrial;
- indústria aplicada à atividade primária (exploração de recursos endógenos).

A UN de Tecnologias da Saúde, para além das três subáreas onde já atuava (dispositivos, terapêuticos e *digital health*), alargou o seu âmbito de atuação a todas as empresas que atuam direta ou indiretamente no ecossistema da saúde em Portugal. No caso da UN Turismo, além das atuais subáreas (turismo digital e empresas não tecnológicas dos diversos subsetores do turismo), alargou o seu âmbito a todas as empresas que atuam direta ou indiretamente no ecossistema do turismo em Portugal, incluindo o comércio e serviços especializados.

Todas as unidades de negócio mantiveram o seu foco de atuação em projetos de venture capital, desde a fase *seed/startup/MVP* (mínimo produto viável), *early growth* e *scale-up*, envolvendo empresas com menos de 7 anos de existência.

Foi constituída a nova unidade negócios (New Business), que abarca:

- Uma área para projetos de *pré-seed capital*, provenientes da *call IINNOV-ID*, um programa que tem sido muito acarinhado pelo ecossistema e como tal com elevada procura por parte das *startups* e dos parceiros de ignição;
- Gestão de fundos com origem em parceiros internacionais, a saber: Fundo Atlântico, que investe nas ilhas da Madeira e Açores; fundo Portugal Gateway, dedicado a projetos de investimento em empresas em fase de internacionalização (tipicamente envolvendo empresas com mais de 7 anos de existência e projetos de VC em fase de *late growth* ou que envolvam a atração de investimento direto estrangeiro para Portugal;

2-1
103

- a área *Distress*, manteve o acompanhamento do portefólio com operações de consolidação, em vendas anteriores do portefólio que envolvam situações de “regresso de boa fortuna” e recebimentos por vendas anteriores parciais (que não impliquem validação técnica e especializada de milestones, o que manterá a respetiva empresa acompanhada pela respetiva UN) e excluímos do seu acompanhamento as situações de créditos de venda totais de portefólio (atualmente geridas pela área Fundos e de insolvências (geridos pela área jurídica).

A2. Revisão da política de acompanhamento atual do portefólio da PV

O que estava previsto?

Revisão da política de acompanhamento atual do portefólio com vista a uma maior especialização necessária, com as imperativas implicações ao nível da formação e avaliação de desempenho dos colaboradores (cada vez mais associada à *performance* dos Fundos sob gestão) e ao modelo de intervenção formal nos órgãos sociais das empresas participadas (reforço da bolsa de gestores especializados e minimização de riscos que envolvam a participação da equipa interna em conselhos de administração, por exemplo).

O Gabinete de Desenvolvimento e Valorização do Portefólio deverá acompanhar com maior regularidade as iterações das participadas com a Portugal Ventures, de forma a terem um conhecimento mais pormenorizado dos seus desafios e poderem assim antecipar necessidades de (i) desenvolvimento de negócio com os parceiros *Corporate*, (ii) identificar mentores e *Independent Board Members* e (iii) planear novas rondas de levantamento de capital e operações de Fusões & Aquisições, por parte das participadas da Portugal Ventures.

Toda a informação sobre as participadas deverá ser atualizada com regularidade no sistema integrado de informação e gestão (Navigator) pelos gestores de investimento, assegurando maior rigor no acompanhamento das participadas e a transparência e acesso à informação por parte dos elementos relevantes da organização.

O que foi efetivamente feito?

Na política de acompanhamento de participadas, a nossa preocupação incidiu no desenvolvimento de vários serviços de apoio às empresas do portefólio, cujo detalhe consta mais à frente na atividade B2.

Realçamos o modelo de acompanhamento desenvolvido e implementado para a carteira de participadas INNOV-ID, assente no apoio da nossa rede de parceiros de ignição, que se constituíram como mentores dos projetos e com os quais foram realizadas reuniões de acompanhamento trimestrais com o objetivo de registarmos a evolução dos projetos, e alinharmos estratégias de atuação.

4.3.2. +Global e em Rede

B1. Dinamização das redes *Ignition, Capital e Corporate Partners*

O que estava previsto?

Manutenção e consolidação da rede de **parceiros de ignição**, admitindo-se o alargamento a mais parceiros incumbentes, quer em Portugal, quer mesmo no estrangeiro, promovendo a sua categorização e segmentação, para aumentar a eficiência e nível de expectativa no relacionamento com a Portugal Ventures. Esta segmentação pode ocorrer ao nível de: i) áreas de competência ou de especialização, ii) capacidade instalada para o suporte das novas empresas nas suas principais preocupações; iii) capacidade para prestar suporte na angariação de investimento, iv) nível de relevância no mercado em que se posicionam.

Mapeamento de todos os projetos de turismo que estão a ser incubados ou acelerados por esta rede, no sentido de identificar aqueles que revelam maior potencial para serem levados para o mercado.

Quanto à rede de **parceiros de capital**, o foco foi colocado na sua dinamização pró-ativa por via da organização de sessões *one-to-one* de apresentação de empresas da carteira da PV.

Ampliação da rede de operadores de capital de risco nacionais e integração na rede de parceiros de capital da Portugal Ventures, selecionando operadores que nos tragam garantias de parcerias baseadas em relações de confiança, profícuas e de longo prazo.

4
JJ
pub

Reforço de forma significativa da rede de **parceiros corporate** lançada em 2019, composta por empresas de referência na economia nacional e internacional.

A unidade de suporte Desenvolvimento e Valorização do Portfólio terá um papel primordial na gestão destas duas últimas redes e com eventual reforço de recursos e âmbito de atuação mais alargada às restantes participadas do Grupo BPF, potenciando o funcionamento interno em rede e assim criar valor junto das participadas da Portugal Ventures na oferta mais abrangente de alternativas de financiamento.

O que foi efetivamente feito?

As Redes de Parceiros estratégicas que apoiam a Portugal Ventures na dinamização do ecossistema empreendedor foram reforçadas em 2022, tendo acolhido 14 novos parceiros na rede *Ignition Partners Network*, para auxiliar na identificação de oportunidades e preparação dos projetos para investimento de capital de risco, 1 novo parceiro de Capital, para fomentar o co-investimento e reforço de novas rondas de financiamento e 7 novos parceiros *Corporate*, empresas de referência nacional e internacional que alavancam a criação de sinergias com o portefólio da Portugal Ventures para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.



125
+14

PARCEIROS DE IGNIÇÃO

Esta Rede é composta por incubadoras/aceleradoras, associações, pólos tecnológico, universidades que apoiam, preparam e acompanham os projetos para investimento;





20

+1

PARCEIROS DE CAPITAL

Esta Rede é composta pelos nossos parceiros de capital de risco que permitem o co-investimento;

Semapa | **NEXT**



20

+7

PARCEIROS CORPORATE

Esta Rede é composta por empresas de referência nacional e internacional que permitem criar sinergias com o nosso portefólio para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

AEROPORTOS DE PORTUGAL

CUATRECASAS

finerge

galp

HOTUSAVENTURES

**Vila Galé
HOTELS**

**Vanguard
Properties**

Ignition Partners Network

A rede *Ignition Partners Network* encontra-se habilitada para auxiliar a Portugal Ventures a materializar um programa de interação regular e de grande proximidade com as universidades, institutos de interface, centros de I&D, incubadoras e aceleradoras, com o objetivo de detetar oportunidades para o ecossistema empreendedor e para investimento da Portugal Ventures. Tais oportunidades ajudam à criação de empresas e de projetos empreendedores, nomeadamente ligando a produção científica e o trabalho em tecnologias a novos projetos que possam resultar na criação de *startups*. Em 2022 a rede foi reforçada com mais 14 novos parceiros.

Ignition Capital Network

Em 2022 continuamos a apostar nas relações de proximidade com os parceiros de capital, tendo partilhado diversas oportunidades de investimento aos parceiros em função das suas teses de investimento. Esta rede é estratégica para a Portugal Ventures, potenciando, por um lado, uma maior

Handwritten initials and a signature in blue ink.

alavancagem dos projetos e conseqüente aceleração do seu desenvolvimento bem como favorecendo oportunidades de *network*, credibilização e relações nacionais e internacionais para o portefólio das participadas.

Corporate Partners Network

Em 2022 deu-se continuidade aos trabalhos de alargamento e dinamização da **Corporate Partner Network** lançada no final de 2019. Este trabalho envolveu a seleção de empresas portuguesas e espanholas de referência nacional e internacional nas mais diversas áreas, com a capacidade de criar relações estreitas com o portefólio da Portugal Ventures e permitir a criação de sinergias ao nível do desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, testes piloto, partilha de conhecimento e contactos e otimização de recursos. Integraram-se formalmente 7 novas empresas nesta rede, acrescendo para um total de 21 parceiros no final de 2022. Durante 2022 as novas empresas integrantes da rede foram das mais diversas áreas, nomeadamente da área da energia, turismo, construção imobiliária e consultoria legal.

O alargamento da rede permitiu uma interação regular entre o portefólio da Portugal Ventures e as entidades parceiras, credibilizando os serviços das empresas junto ao tecido nacional português. Realizaram-se várias sessões de apresentação diretas entre as empresas do portefólio da Portugal Ventures e os novos parceiros da **Corporate Partners Network**, o que permitiu uma exposição constante do portefólio e oportunidades comerciais subjacentes.

B2. Organização de rede de bens e serviços para participada)

O que estava previsto?

Organização de uma rede de bens e serviços de apoio às empresas participadas pela PV, quer desenvolvidos internamente pela própria equipa da PD, quer por via de entidades externas (através de fornecedores qualificados, em condições comerciais mais vantajosas, por via de negociação direta para toda a carteira). Esta oferta sistematizada de bens e serviços às participadas passaria assim por:

- Serviços de *mentoring/coaching* e formação para *CEO's* e quadros de topo das empresas participadas via *PV Academy*, O programa para 2022 envolveria formadores especializados em

áreas como ESG, *compliance* e gestão e risco, contingências fiscais, proteção de patentes, RGPD, vendas, e outros temas de relevo para a capacitação das equipas de gestão das nossas participadas;

- Serviços de reflexão e orientação estratégica para as participadas para apoiar reestruturação de modelos de negócio e a criação de valor;
- Apoio no recrutamento de colaboradores para as participadas e indicação de *IBM* (*Independent Board Members* nacionais e internacionais),
- Processos de *fundraising* e *M&A*,
- Fomento de iniciativas de *cross-selling* entre as participadas,
- Dinamização do Portal do CEO.

O que foi efetivamente feito?

PV Academy

Em termos de capacitação desenvolvemos sete sessões em regime de *webinar* e uma em regime presencial, sobre a temática das vendas, marketing, estratégias de crescimento de negócio, contingências fiscais e liderança. Alguns exemplos de assuntos detalhados nestas sessões: importância da definição de propostas de valor concretas e segmentação de clientes; apresentação de modelos para a obtenção de crescimento do volume de vendas, organizadas em função das várias fases de *client engagement* e considerando temas como *Positioning and Targeting*, *Marketing Digital*, *Multichannel Development*, *Salesforce Effectiveness*, *Innovative co-Creation*, *Churn Reduction*, *Platform Membership*, *M&A and Partnerships*, ou *Brand Development*; apresentação de temas ligados à dupla tributação e retenção na fonte em pagamentos internacionais; partilha de estratégias, rotinas e conteúdos testados para potenciação da performance pessoal e coletiva, assim como a liderança na gestão de empresas.

Recursos e ferramentas de apoio, integrados no Portal CEO

Lançado em Dezembro de 2021, o Portal CEO é uma área reservada aos *CEO's* das participadas do portefólio da Portugal Ventures, oferecendo aos *CEO's* o acesso a conteúdos e recursos (*content database*) bem como descontos e vantagens comerciais de entidades terceiras (fornecedores de

serviços). Neste momento, a Portugal Ventures conta com variadas vantagens e descontos comerciais atribuídos ao seu portefólio oferecendo às participadas, caso tenham interesse nos serviços propostos, eficiências de custos relevantes.

Em 2022 aumentou o número de descontos e vantagens comerciais de entidades terceiras. No que respeita à *content database*, a Portugal Ventures fornece aos *CEO's* das participadas do seu portefólio o acesso a notícias, estudos de mercado, informação sobre as melhores práticas, opiniões sobre várias temáticas, nomeadamente, *fundraising*, gestão, recursos humanos, *marketing*, *business development* - vendas, finanças e *reporting*, Indústria e Tecnologias.

Processos estruturados de *fundraising*, M&A e Recrutamento de *International Board Member* (*Active Engagements*)

Em 2022, a equipa de *Portfolio Development* esteve diretamente envolvida em quase vinte processos de *fundraising* e *M&A*.

Relativamente aos processos de *fundraising*, em conjunto com as unidades de negócio bem como com os *CEO's* das participadas, a equipa de *Portfolio Development* apoiou na preparação dos materiais necessários para levantamento de uma nova ronda de capital, na identificação dos investidores com teses de investimento compatíveis com o perfil da ronda, estabelecendo contactos com os investidores, podendo, em alguns casos, dar suporte até à negociação e contratação da operação da ronda de investimento.

No que respeita aos processos de *M&A*, também aqui a equipa de *Portfolio Development* apoiou os *CEO's* na preparação e revisão dos materiais necessários, na identificação de potenciais adquirentes compatíveis com a oportunidade, estabelece contactos com esses potenciais adquirentes e oferece suporte, sempre que necessário e adequado, na negociação e contratação das operações.

PV Founders Get Together

No ano de 2022, a Portugal Ventures realizou a quarta edição do *PV Founders Get Together*, que junta os *CEO's* do portefólio da Portugal Ventures e a equipa interna, num momento especial e único de

confraternização. Este evento realiza-se no mês de dezembro sendo o que encerra as atividades do ano da Portugal Ventures.

Na edição de 2022 foi criada uma nova dinâmica com a distribuição das empresas do portefólio por áreas de atividade o que permitiu a partilha de experiências e conhecimento, e de contactos entre as mesmas para futuras parcerias e/ou oportunidades de negócio e/ou desenvolvimento de produtos. Também nesta quarta edição lançámos os **PV Awards** que reconhecem as empresas do portefólio que se destacaram durante o ano. As equipas de investimento seleccionaram 4 a 5 empresas para nomeação por área de negócio e também por temática, e após esta seleção o júri externo- constituído por 9 personalidades que acompanham diretamente o ecossistema empreendedor – procedeu à votação por categoria. Os prémios por categoria e respetivos vencedores foram:



A **BitSight** foi a vencedora do Prémio Startup Digital & Tecnologia.



A **AddVolt** foi a vencedora do Prémio Startup Indústria & Tecnologia.



A **PeekMed** foi a vencedora do Prémio Tecnologias da Saúde.



A **HIJiffy** foi a vencedora do Prémio Startup Turismo (representada pela equipa de Turismo da Portugal Ventures).



A **BestHealth4U** foi a vencedora do Prémio Startup Novos Negócios.



O **Mercadão** foi o vencedor do Prémio Exit.



A **Azitek** foi a vencedora do Prémio Startup Revelação.



A **Indie Campers** foi a vencedora do Prémio Alumni PV (representada pela equipa de Turismo da Portugal Ventures).



O **Bruno Azevedo**, CEO da AddVolt, foi o vencedor do Prémio Empreendedor do Ano.



A **Flowco** foi a vencedora do Prémio Startup Sustentabilidade.

B3. Dinamização da rede de parceiros institucionais

O que estava previsto?

Criação de uma nova rede de parceiros institucionais (em articulação com o próprio BPF), não só ao nível nacional, como internacional, mantendo como exemplo a estreita colaboração desenvolvida com os ex-acionistas IAPMEI, AICEP (e Secretaria de Estado da Internacionalização) e Turismo de Portugal e mais recentemente com a INCM que entrou como participante no **Fundo Tech Competitiveness**, a ANI e Start-Up Portugal, parceiros da *call INNOV-ID*.

Estava previsto serem retomados em 2022 contactos institucionais já iniciados em 2019 com o INPI, IPQ, IDD, Agência Espacial Portuguesa, DGPM (com quem foi lançada a *call* para a *Blue Economy*), o ICA (na qualidade de participante de um fundo gerido pela PV e parceiro institucional para o lançamento de um novo fundo para as indústrias criativas, conforme irá ser detalhado na atividade C3), para além do conjunto de acionistas privados da PV e das restantes participadas do grupo BPF (SGM's e Turismo Fundos).

O que foi efetivamente feito?

Mantivemos pontos de contato com a Agência Nacional de Inovação, a AICEP, o IAPMEI e o Turismo de Portugal, que nos ajudam a agilizar assuntos que as nossas participadas tenham em curso com estes organismos, nomeadamente ao nível de processos de incentivos financeiros (validações de despesas e libertação de verbas), e participação em atividades.

Iniciámos uma colaboração com a ANACOM, no sentido de facilitar o acesso das nossas participadas a serviços prestados por esta entidade (por exemplo, testes de telemetria de equipamentos).

Integrámos os órgãos sociais da Startup Portugal, facilitando deste modo a necessária articulação com esta associação, ao nível do seu plano de ações, e da intermediação de contactos com as nossas participadas.

Handwritten initials in blue ink, possibly "FJ" and "JCB", located in the top right corner of the page.

Passamos também a integrar a rede da Associação Investors Portugal, na qualidade de associado institucional. A Investors Portugal agrega e representa os investidores de *early stage* em Portugal.

B4. Dinamização de rede de parceiros internacionais de dinamização de negócio

O que estava previsto?

Alargamento do modelo *Venture Partner* em vigor na Alemanha a outros países como os EUA (onde a PV já teve no passado dois consultores ativos, em momentos distintos), China e Brasil. A escolha dos novos consultores deverá ser feita com base em critérios de credibilidade e competência neste tipo de funções, à semelhança do bom exemplo conseguido na Alemanha.

O apoio desta rede de parceiros internacionais às nossas participadas, em geografias para onde estas pretendam expandir-se, traduz-se na apresentação das nossas participadas aos mercados locais, apoio legal e fiscal, auxílio na procura por novas fontes de financiamento, entre outros serviços de valor acrescentado.

O que foi efetivamente feito?

No início do ano de 2022 promoveram-se, com o apoio do *Venture Partner* para os mercados germânicos (DACH), diversas oportunidades comerciais com empresas *corporate* da referida região. Foram desenvolvidas iniciativas virtuais, 6 *webinars* de apresentação das soluções das participadas da Portugal Ventures a decisores em organizações de interesse com objetivo de integrar soluções das participadas nesses mercados.

Por haver uma aderência cada vez menor das participadas às iniciativas propostas assim como um interesse crescente em outros mercados, nomeadamente no mercado americano, no segundo trimestre de 2022, foi terminada a colaboração com este *Venture Partner* para os mercados germânicos. Procedeu-se à seleção de um novo *Venture Partner* com objetivo de dar suporte à atividade de geração de oportunidades comerciais estratégicas para participadas da Portugal Ventures no mercado americano. Estipulou-se também um novo modelo que visa ter uma abordagem específica às necessidades de uma seleção de participadas, com possibilidade de posterior partilha de sucesso na concretização de leads comerciais.

B5. Organização de informação sobre a PV para o ecossistema

O que estava previsto?

Levantamento de todos os dados que o sistema de gestão da PV recolhe, identificação dos dados que ainda não são recolhidos e são relevantes, e relacionamento dos dados com o objetivo de disponibilizar aos diversos atores do ecossistema de empreendedorismo nacional um *dashboard* que permita identificar padrões e tendências para apoio à decisão.

O que foi efetivamente feito?

Em setembro de 2022, durante o evento de comemoração dos 10 Anos da Portugal Ventures com a comunidade, lançamos o Dashboard da Portugal Ventures, ferramenta disponível no *webiste*, e que permite conhecer a atividade da Portugal Ventures durante o ano em tempo real, por ano e por trimestre, sendo possível ainda a consulta dos anos anteriores.

Esta nova ferramenta está interligada ao nosso sistema interno – Navigator – que durante o período de implementação foi possível corrigir/introduzir elementos adicionais no Navigator para que a informação da nossa atividade seja de fácil acesso, não só para o visitante do site mas também para consulta a nível interno.

4
T
p3



Início Total do Investimento Novos Investimentos Investimentos Follow-up De Investimento

Indicadores de Impacto do Portefólio na Economia Portuguesa

Até ao Relatório 2022



Mapas Geográficos com atividade comercial



Total de Investimento



Novos Investimentos



4
11
123

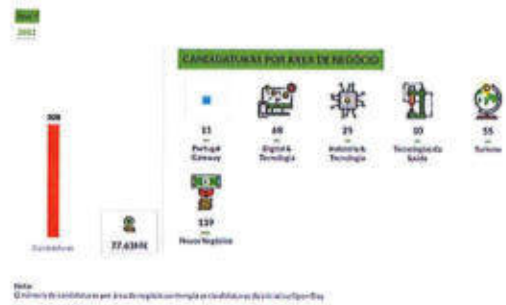
Investimentos Follow-on



Desinvestimento



Candidaturas



Perfil dos Empreendedores nas candidaturas



Perfil das Empresas nas candidaturas



Rede de Parceiros



40
H
-
K3

4.3.3. +Capital

C1. Gestão eficiente da liquidação de Fundos em fase de desinvestimento

O que estava previsto?

Três grandes objetivos do triénio 2018-2020 contribuíram definitivamente para a estabilidade na dinâmica da gestão de Fundos da PV, através da aprovação nas respetivas Assembleias Gerais de Participantes de:

- extensões de prazos de maturidade, o que veio proporcionar mais tempo para organizar processos de desinvestimento bem programados com materialidade interessante na rentabilidade dos Fundos, com impacto nos exercícios de 2020 e 2021. Incluem-se neste lote a generalidade dos Fundos sob gestão com participação do Fundo Finova;
- programas de recircularização de liquidez e de reembolso de unidades de participação nos Fundos com liquidez disponível e em fase de desinvestimento, o que permitiu abrir novos períodos de investimento em Fundos mais antigos e assim consolidar a atividade de investimento da PV nesses Fundos, com o devido reajustamento das respetivas políticas de investimento. Foi o caso do Fundo Grow & Expand com apoio da AICEP e DGTF, do Fundo Valor2 com apoio do IAPMEI e do Fundo PV Turismo, com apoio do Turismo de Portugal;
- condições de liquidação de Fundos mais antigos sob gestão, como foi o caso do FCR FIEP em 2018 ou o FCR Dinamização Turística por incorporação no FCR Turismo Crescimento em 2019, os Fundos Finicia e FAI Energias em 2020 e os FCR Turismo Inovação e Indústrias Criativas já em 2021, o que veio contribuir para uma maior racionalização de recursos e atividades de reporte destes Fundos.

A 31 de dezembro de 2021, a PV tinha sob gestão 16 Fundos, metade dos quais em fase de desinvestimento e organizados em dois grupos:

- **Fundos em fase de desinvestimento, com maturidades curtas e com liquidação a acontecer em 2023:** FCR Portugal Ventures Internacionalização, FCR Portugal Ventures Early Stage, FCR Portugal Ventures ACTEC II, FCR Portugal Ventures Biocant, FCR Portugal Ventures Universitas

e FCR Portugal Ventures GPI. Nestes Fundos encontra-se concentrado cerca de um terço do portefólio atual de empresas da PV, sendo estratégico para o triénio de 2021-2023 definir objetivos claros de desinvestimento no horizonte temporal de 3 anos para essas empresas. Foi assim definido como prioritário para 2022 concretizar o maior número possível de desinvestimentos desse grupo de empresas e em condições de rentabilidade adequadas para os respetivos participantes dos Fundos. Para além de empresas com potencial de desinvestimento interessante e cujos processos se encontravam em curso no final do ano de 2021, juntamos no portefólio destes Fundos um grupo de empresas com perspetivas de saída mais difíceis, tendo sido estabelecido como objetivo das respetivas unidades de negócio a celebração de acordos de recompra com os *founders*, que permitissem libertar liquidez para o pagamento de compromissos destes Fundos com reembolso a participantes.

- **Fundos em fase de desinvestimento, mas com liquidação a acontecer depois de 2023:** FCR Azores Ventures e FCR Portugal Ventures Global 2. No primeiro caso, com a liquidez praticamente esgotada em 2021, não havendo perspetivas de concretização de um novo aumento de capital pelo seu principal participante, o Governo Regional dos Açores, perspetivava-se um foco na manutenção e crescimento das três empresas do seu portefólio com vista a potenciar até 2025 a sua venda e consequente liquidação. No caso do FCR Global 2, não havendo liquidez disponível no fundo para propor aos participantes abrir novo ciclo de investimento, e sendo a sua maturidade ainda alargada, a estratégia para 2022 passaria por encontrar formas de valorizar e de potenciar o desinvestimento no portfolio do fundo em condições interessantes de rentabilidade, não se excluindo a possibilidade de substituição de participantes públicos e institucionais (incluindo a própria Portugal Ventures) por investidores privados.

O que foi efetivamente feito?

Durante o exercício de 2022 a identificação de oportunidades de desinvestimento na carteira de empresas dos Fundos foi intensificada. Num contexto de turbulência social e política com consequências nos mercados financeiros e com grande impacto económico ainda foi mais difícil a concretização dos objetivos que a Portugal Ventures se propôs para o ano. Ainda assim, foi possível concretizar o desinvestimento total em 13 empresas durante 2022, reduzindo a carteira dos Fundos

4
1
2

em processo de desinvestimento e, no caso do FCR GPI, acabou mesmo o ano sem empresas participadas em carteira. No caso dos Fundos com participação FINOVA e cujo final de duração se encontra prevista para o ano de 2023, demos início ao processo de prorrogação da duração da vida dos mesmos, dada a dificuldade em concretizar o desinvestimento, situação que já ocorreu no final do ano no caso do FCR Internacionalização.

C2. Gestão eficiente dos Fundos atuais ainda em fase de investimento

O que estava previsto?

Desenvolvimento de um trabalho de prospeção junto dos nossos parceiros de ignição, de capital e *corporate*, e lançamento de um conjunto de *calls* que nos permitam identificar *dealflow* ajustado às teses dos 5 Fundos com maturidades alargadas e períodos de investimento ativos: FCR Portugal Ventures Valor 2, FCR Portugal Ventures Grow & Expand, FCR Portugal Ventures Turismo, FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness e FCR Turismo Crescimento.

Reforço de capital nas empresas da carteira, no sentido de ora suportar financeiramente as empresas para atingirem estágios de desenvolvimento que as tornem atrativas para receberem novas rondas de capital (financiamento *bridge*), ora para acompanhar rondas de investimento de empresas atrativas para tal.

O que foi efetivamente feito?

O montante de novos investimentos concretizados em 2022 (por via de novas empresas e FOI's) teve como suporte a liquidez disponível naqueles Fundos, num valor total de 17,7 milhões de euros entre 17 novos investimentos e 26 follow-ons. Este investimento foi possível não só pelo lançamento de *calls* específicas no mercado, como também pela estratégia de acompanhamento de novas rondas de investimento nas empresas do portfolio (FOI's) em sindicato com outros operadores de capital de risco.

No caso concreto do FCR Portugal Ventures Valor 2, com a realização do aumento de capital de dezembro de 2021 em 10 M€ subscritos pelo Fundo FITEC gerido pela ANI, foi possível prosseguir com o investimento em empresas em fase de arranque (pré-seed), tendo sido lançada a 2ª edição da iniciativa ainda no 1º semestre de 2022 e uma 3ª edição em outubro de 2022. Com o final do período

de investimento do FCR Grow and Expand, em junho de 2022, foi possível obter, da parte dos participantes do Fundo, o apoio em prosseguir com o investimento do Fundo no reforço das empresas do seu portefólio até ao final de 2023 com a liquidez disponível apurada no final desse período. Por último, importa realçar a confiança depositada na Portugal Ventures pelo participante Turismo de Portugal, com a subscrição e realização de um novo aumento de capital do FCR Turismo Crescimento em dezembro de 2022, num montante de 20 milhões de euros, o que pretende ser um reforço positivo na capacidade de investimento no setor, depois de um mau período pandémico, focada para novos segmentos de empresas do setor, em particular os que apresentam uma procura muito atomizada.

C3. Estudar com o acionista BPF o lançamento de novos produtos de capitalização

C4. Constituição de novos Fundos

O que estava previsto?

Foram definidos quatro grandes desafios estratégicos para o triénio 2021-2023, ajustando cada um deles, o mais possível, às orientações do acionista maioritário Banco Português de Fomento e ao cumprimento da sua missão de apoiar as empresas, no que respeita ao seu investimento e modernização e à sua internacionalização, conforme consagrado no diploma que o constituiu em novembro de 2020 (DL 63/2020, de 7 de setembro), destacando-se a linha de orientação “+Capital”, onde se integra a presente atividade e que prevê a maximização da eficiência e capacidade de cobertura de falhas de mercado na disponibilização de mecanismos de capitalização às empresas portuguesas, de forma articulada e alavancada com outros mecanismos existentes, para além do seu aconselhamento e apoio técnico e agilização dos processos de decisão.

O BPF tem como missão apoiar as empresas portuguesas e, em particular, as PME e as empresas de maior capitalização, estratégicas para a economia nacional, tanto na fase inicial como na mais madura. O BPF pretende reforçar a sua aposta na inovação, na investigação e desenvolvimento e na entrada no mercado, na conectividade digital e no empreendedorismo, no aumento de escala e da produtividade, nas infraestruturas sustentáveis, nos projetos de investimento social e das qualificações. É objetivo do BPF e por inerência de todas as instituições do seu grupo, trabalhar mais de perto na satisfação das necessidades de financiamento das empresas, quer ao nível de soluções de capital, quer ao nível de soluções de dívida, ao serviço do crescimento da sua competitividade e da produtividade da nossa

4
H
m3

economia, assumindo-se como “banco verde”, que viabilizará projetos empresariais focados na sustentabilidade, na economia circular e na descarbonização e na exportação e internacionalização das empresas portuguesas.

Neste quadro de missão estratégica do BPF, a Portugal Ventures, detida em cerca de 80% pelo Banco, sendo formalmente uma sociedade de capital de risco supervisionada pela CMVM, mantendo o seu estatuto atual, visou a sua especialização na gestão de produtos de capitalização de empresas por via de instrumentos de capital e quase-capital (complementando assim a missão das restantes participadas do BPF que gerem instrumentos de garantia financeira – as Sociedades de Garantia Mútua e o fundo de investimento imobiliário – a Turismo Fundos) e uma lógica totalmente “retalhista” e de relacionamento direto com o ecossistema empresarial português, assumindo-se como um operador de capital de risco com uma natureza muito própria e instrumental da missão do BPF, que manterá a sua atuação “grossista” e de captação de recursos para o desenvolvimento da atividade das suas participadas.

No que respeita aos produtos de capitalização, a PV previu assim para o ano de 2022 por um lado, consolidar a estratégia seguida no triénio anterior de lançamento de novos Fundos de capital de risco especializados (atuação típica de *venture capital*) e promover a liquidação eficiente e com maximização da rentabilidade dos Fundos sob gestão mais antigos, permitindo mesmo a substituição de participantes públicos e institucionais (incluindo a própria Portugal Ventures) por investidores privados.

Além disso, foi grande objetivo da PV estudar com o acionista BPF o lançamento de novos produtos de capitalização (Fundos que possam ser geridos formalmente pela Portugal Ventures enquanto operador de capital de risco), que viessem a suprir falhas de mercado na oferta atual e alinhados com os objetivos estratégicos de aplicação de Fundos do Programa Portugal 2030 e no Plano de Recuperação e Resiliência, mas evitando que a Portugal Ventures se envolvesse diretamente no investimento nesses Fundos, para minimizar o risco na gestão do portefólio e o consequente impacto nas contas do próprio BPF.

Em suma, com a gestão de novos produtos de capitalização, a Portugal Ventures continuaria a desempenhar um papel relevante na economia enquanto operador público de capital de risco e a sua intervenção tipicamente supletiva aos operadores privados na gestão de Fundos com intervenção direta em empresas, em particular nos casos que envolvam operações e beneficiários com nível de risco superior à média do mercado, continuando assim a desenvolver a sua missão atual assente nos seguintes pilares:

- A sua política de investimento continuaria a apontar para o cumprimento de políticas nacionais de apoio e suporte do desenvolvimento não só das *startups* como também e em particular da PME (com mais de 7 anos de atividade e com desafios de crescimento, expansão e consolidação da sua atividade), contribuindo para mitigar falhas de mercado pré-identificadas pelo BPF;
- Deveria evitar eventuais sobreposições entre os instrumentos financeiros disponibilizados atualmente no mercado, privilegiando sempre que possível a complementaridade com instrumentos de outra natureza (dívida e quase-capital) já existentes, por forma a facilitar o acesso de beneficiários finais;
- Deveria encontrar sinergias e fontes de financiamento específicas na esfera pública (em particular junto do seu acionista de referência BPF) e na conversão de atuais linhas não utilizadas ou com menos procura, que permitissem sinalizar a constituição de novos Fundos e sua futura alavancagem em capitais privados, destacando-se para este efeito a oportunidade de lançamento do Fundo de Capitalização e Resiliência;
- Deveria potenciar a escalabilidade da intervenção pública nos novos Fundos a constituir e por si geridos, por via da atração da participação de investidores privados alinhados com a estratégia de investimento desenhada e um modelo de governação e expectativas de rentabilidade futura dos Fundos que confirmem segurança a esse investimento privado, de forma independente de ciclos políticos.

O que foi efetivamente feito?

Relativamente à estratégia de lançamento pela PV de novos Fundos, foram desencadeados em 2022 processos de constituição de novos instrumentos de capitalização, encontrando-se em fase muito avançada e de sinalização junto de parceiros e participantes potenciais, destacando-se o **Fundo FCR Growth Diáspora** (50 M€), lançado em parceria com o Conselho da Diáspora Portuguesa em dezembro

4
0.1
P.3

de 2022 e objeto de candidatura ao Programa Consolidar aprovada em setembro e o **Fundo Turismo Internacionalização** (25 M€) a constituir por cisão do atual FCR Turismo Crescimento que teve um reforço de capital também em dezembro de 2022 subscrito pelo participante Turismo de Portugal em 20 M€.

Não obstante a intenção manifestada em trabalhar com o acionista Banco Português de Fomento no lançamento de novos Fundos de capitalização das empresas portuguesas, como já foi evidenciado, a Portugal Ventures acabou por dar passos importantes tendentes à criação de novos instrumentos, adotando políticas de investimento que melhor mitiguem as lacunas no mercado de capital de risco. Em particular, a Portugal Ventures trabalhou arduamente ao longo dos últimos quatro anos e sobretudo em 2021 e 2022 para criar condições para a mobilização de capitais nacionais ou estrangeiros, alavancado nos instrumentos financeiros existentes à data, sendo esta uma estratégia ainda em curso e com impacto em 2023 no que diz respeito ao lançamento de novos Fundos pela Sociedade. O esforço de constituição de novos Fundos, tarefa por si só complexa, como já indicado e atento o histórico da rentabilidade dos Fundos sob gestão, tem vindo a ser conduzido em estreita articulação com a Tutela, os acionistas (públicos e privados) e os atuais participantes dos Fundos sob gestão, assumindo no contexto que se avizinha, o Banco Português de Fomento um papel primordial nesta matéria.

4.3.4. +Eficiência +Transparência

D1. Valorização da Carreira, Formação e a Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

O que estava previsto?

Os colaboradores da Portugal Ventures foram, em 2011, afetados pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que, durante vários anos, viram reduzidas as suas remunerações, eliminado temporariamente o pagamento dos subsídios de natal e de férias, e até hoje, proibidas as valorizações remuneratórias, congeladas as progressões na carreira, proibido o pagamento de prémios de desempenho e suprimidas outras regalias de que beneficiavam. A isto somou-se o crescimento da atividade da Portugal Ventures e a proibição de contratação de novos trabalhadores.

Assim, há já vários anos que a Portugal Ventures sofre as consequências da cessação de vários contratos de trabalho por iniciativa dos trabalhadores (especialmente os mais jovens) e assiste, manietada, ao desgaste dos seus recursos humanos, sobrecarregados pela escassez de recursos, exauridos por anos de dedicação e empenho, desacompanhados de qualquer sistema de reconhecimento ou recompensa.

O Regulamento de Gestão de Desempenho da Portugal Ventures, em vigor desde 2018, estabelece os princípios de enquadramento e evolução das carreiras e pretende garantir a igualdade de oportunidades de progressão e promoção entre todos os colaboradores, independentemente do género ou da idade, apostando no incentivo ao desenvolvimento das capacidades profissionais, técnicas e humanas, valorizando as competências e a experiência dos seus colaboradores, de forma a garantir uma contínua motivação.

Por seu turno, o Modelo de Gestão de Desempenho também aprovado em 2018, assegura e potencia a monitorização, desenvolvimento e reconhecimento do desempenho dos colaboradores que acreditamos serem a alavanca chave para o crescimento sustentado da Portugal Ventures.

Não obstante, como já foi referido, as decisões ministeriais e dos acionistas de aprovação dos planos de atividades e orçamento têm, desde 2018, impedido a evolução nas carreiras e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores, o que esvazia quaisquer políticas de recursos humanos que se pretendam implementar, tendo-se previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2022 a concretização de valorizações remuneratórias e atribuição de prémios de desempenho em função do cumprimento integral dos objetivos da Sociedade em 2021, ano em que atingiu um nível de resultados histórico.

Previu-se também a contratação a tempo indeterminado de quatro colaboradores, dois para reforço das Unidades de Negócio de Turismo e Novos Negócios e dois para integrarem a nova Direção de Conformidade e Risco, incluindo o respetivo Diretor.

O que foi efetivamente feito?

A 28 de dezembro de 2022 a Portugal Ventures obteve a autorização ministerial necessária para contratar os quatro colaboradores previstos, tendo sido contratados 3 deles ainda em 2022. Por não

ter havido tempo útil para desencadear o processo de recrutamento de um gestor de risco, este objetivo transitou para o primeiro trimestre de 2023.

Novamente o Despacho Superior obtido não permitiu proceder às valorizações remuneratórias previstas (além das obrigatórias), nem à atribuição de prémios de desempenho. A pretensão de aplicação na sua plenitude do Regulamento de Gestão de Carreiras e Avaliação de Desempenho ficou mais uma vez em suspenso e adiada para 2023 e para ser objeto de articulação interna com as orientações do acionista Banco Português de Fomento em matéria de políticas de gestão de recursos humanos.

Como habitual, a Sociedade desenvolveu em 2022 ações de formação para os seus colaboradores, contribuindo desta forma para a valorização do colaborador e fortalecimento da motivação e, conseqüentemente, para o estímulo do aumento da produtividade. Foram igualmente cumpridas as horas obrigatórias por lei, não só numa perspetiva individual, como também em ações de grupo, como por exemplo ao nível da formação em inglês e iniciativas de *team-building*.

D2. Simplificação de Procedimentos de Decisão de Investimento, Acompanhamento e Desinvestimento

O que estava previsto?

Para 2022, o desafio da simplificação de procedimentos internos ainda se colocou, não só porque tal se assume como um objetivo estratégico do acionista BPF para promover a sua eficiência interna, como sobretudo porque ainda subsistem alguns procedimentos do *workflow* que deveriam ser revistos e melhorados, sobretudo no que concerne à agilização do processo de investimento e do conseqüente processo de decisão, o que ainda continua a associar a PV a alguma carga burocrática a este respeito. Foram sobretudo quatro os objetivos de atenção a este nível:

- Revisão do *workflow* de investimento vigente, considerando as adaptações necessárias que resultam, por exemplo, das especificidades do Fundo Portugal Gateway e da assistência técnica contratualizada à Kigeni e a sua iteração com a equipa de gestão do fundo, modelo que pode ser replicado noutros Fundos a constituir;

- Revisão do processo de *pré-screening* vigente e eventualmente das suas grelhas de critérios, ao nível, por exemplo da interação existente à data entre as unidades de negócio e o Conselho de Administração, para que se torne não só mais eficiente a adequação dos objetivos de investimento das novas *calls* a lançar face aos casos arquivados pelas equipas (melhorando assim a transparência do processo), como também facilite a interação com os parceiros de ignição, no caso em que os mesmos tenham um papel preponderante nesse *pré-screening*, bem como com o *scounting* feito em iniciativas como o Open Day, lançada em 2019, como uma medida aplaudida pelo ecossistema, mas com necessários ajustes entretanto introduzidos para precisamente melhorar a relação com o mercado;
- Revisão do processo de organização dos painéis de Peritos, acautelando questões relevantes como a seleção dos mesmos (aproveitando-se ao máximo para o efeito a rede de parceiros da PV, conforme identificado nas atividades B1 e B2), a gestão de conflitos de interesses e independência desses Peritos e sobretudo o modelo de compensação da tarefa em si, todos aspetos que têm tornado esta rede mais frágil;
- E por último, lançar um processo de revisão dos modelos contratuais vigentes (*term-sheets*, acordos de investimento e parasociais), nomeadamente no que concerne a cláusulas que possam ser atualizadas com práticas corrente internacionais e novos instrumentos mais correntes no mercado de *venture capital*. O eventual lançamento de novos produtos de capitalização em articulação direta com o BPF (conforme previsto nas atividades C3 e C4), pode também implicar a construção de novas matrizes contratuais e mesmo do *workflow* de investimento e acompanhamento vigente.

Os *workflows* de acompanhamento também deveriam ser revistos em conformidade com os novos desafios colocados ao nível da maior exigência nesta tarefa, conforme já descrito na atividade A2, assim como o *workflow* de desinvestimento, dada a maior exigência em matérias de conformidade e gestão de risco e relacionamento com o supervisor CMVM, mais prementes no contexto de consolidação de contas com o BPF, com uma maior incidência nos regulamentos internos vigentes na PV (vide atividade D3), com destaque para os processos de prevenção do branqueamento de capitais, de gestão e mitigação de conflitos de interesses e gestão de riscos.

4
1
B

O que foi efetivamente feito?

Para além de algumas melhorias nas funcionalidades do Navigator que permitiram obter informação atualizada sobre as empresas participadas e que possibilitaram por exemplo, lançar o *Dashboard* mencionado na atividade B5, a entrada da nova Diretora da Área de Conformidade e Risco em julho de 2022 e o atraso no recrutamento do gestor de risco e seu adiamento para o 1º trimestre de 2023, implicou também uma prolação das atualizações previstas para os *workflows* de investimento e desinvestimento previstos e das restantes funcionalidades também identificadas como necessárias, ficando esta atividade com implementação prioritária para o 1º semestre de 2023.

D3. Criação da Direção de Conformidade e Gestão de Risco

O que estava previsto?

A legislação europeia e nacional, a par da *soft law* aplicável à atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, obrigam à promoção de uma cultura organizacional assente em elevados padrões de exigência ética, que promovam uma cultura de risco integrada e que assegure a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, que promova uma conduta profissional responsável e prudente, a observar por todos os colaboradores e membros dos órgãos de administração e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, pautada por elevados padrões de exigência ética e que contribua para reforçar os níveis de confiança e reputação da instituição, quer a nível interno, quer nas relações estabelecidas com clientes, investidores, autoridades de supervisão e *stakeholders*.

A gestão pela Sociedade de FCR vocacionados para atrair investidores ao abrigo do programa de Vistos Gold e a integração no Grupo BPF, tornaram indispensável e inadiável a constituição de uma área de Conformidade e Gestão de Riscos, constituída por recursos humanos com afetação exclusiva e a tempo integral, que não acumulem outras funções na empresa, evitando potenciais conflitos de interesses. O recrutamento de dois trabalhadores para esta área tornou-se assim imprescindível para a organização eficiente da Sociedade.

Acréscimo ainda que as funções do responsável pelo cumprimento normativo, de nomeação obrigatória nos termos estabelecidos no artigo 16.º da lei que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei n.º 83/2017, de 18.08), na sua actual redação, só podem ser exercidas de modo independente, permanente, efetivo e com autonomia decisória necessária a tal exercício.

De notar que sendo o BPF supervisionado pelo Banco de Portugal, disporá de sistemas exigentes de análise de risco de crédito e de *compliance*, assumindo-se como instituição financeiramente sustentável e sólida. Por seu turno, a PV, apesar de ter previsto no seu organograma a dinamização de uma unidade dedicada à gestão de risco (até em resultado de uma recomendação emanada pela própria CMVM numa ação de supervisão levada a cabo em 2014 e 2015), atendendo à sua dimensão atual e esperada no futuro, assumiu ter como prioridade já a partir de 2021 desenvolver as tarefas associadas a esta área e ao *compliance*, quer internamente, quer sobretudo em estreita colaboração e articulação com os departamentos congéneres do BPF, precisamente para tornar a missão desta área de suporte ainda mais eficaz no desenvolvimento da sua atividade corrente.

No organograma da PV em vigor até 31 de dezembro de 2021, a área de Gestão de Riscos tinha como atribuições desempenhar funções de supervisão e auditoria organizacional e processual interna, nomeadamente: (i) verificação interna dos deveres de devida diligência nos investimentos efetuados, (ii) implementação de processos que permitam a identificação correta dos riscos associados a cada posição de investimento, (iii) criação de meios que permitam assegurar a adequação do perfil de risco à dimensão, estrutura e dimensão da carteira de ativos nos termos e para os efeitos previstos no artigo 55.º do RJCR.

Ciente da pertinência das funções desta área, o Conselho de Administração da PV assumiu como objetivo claro operacionalizar em 2022 a área de *compliance* e gestão de riscos, em estreita colaboração com o BPF e que envolva o recrutamento de dois colaboradores funcionalmente independentes e que não desempenhem quaisquer outras funções sujeitas à verificação do cumprimento das obrigações formais.

4
J
B

Sem prejuízo da atenção prestada a processos de revisão das peças do Regulamento Interno da PV ao longo de 2019 e 2020, por falta de recursos humanos dedicados a esta tarefa, tal objetivo sofreu um atraso face ao inicialmente previsto, o que se veio a agravar com a pandemia COVID-19, que obrigou a priorizar a alocação dos recursos internos para suportar as atividades de apoio às empresas da carteira da PV em novos investimentos. Foi definido como prioritário retomar esta tarefa no início de 2022, em linha com o trabalho de revisão iniciado em 2021 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações, do Manual de Gestão de Riscos, dos Procedimentos de Subcontratação e de Prevenção do Branqueamento de Capitais, de Gestão e Mitigação de Conflitos de Interesses, para além do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

O que foi efetivamente feito?

As exigências de uma gestão sã e prudente, designadamente a gestão, pela Sociedade, de FCR vocacionados para atrair investidores ao abrigo do programa de Vistos Gold e a integração no Grupo BPF, tornaram indispensável e inadiável a constituição de uma área de Conformidade e Gestão de Riscos, composta por recursos humanos com afetação exclusiva e a tempo integral, que sem acumulação com outras funções na empresa, dessa forma também evitando potenciais conflitos de interesses.

Uma vez que as funções do responsável pelo cumprimento normativo, de nomeação obrigatória nos termos estabelecidos no artigo 16.º da lei que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei n.º 83/2017, de 18.08), na sua atual redação, só podem ser exercidas de modo independente, permanente, efetivo e com autonomia decisória necessária a tal exercício, no ano 2022 ficou concluído o processo de recrutamento do referido responsável, a par da previsão com maior detalhe das suas funções nas políticas internas da PV, conforme revistas no final de 2022. A referida contratação, ocorrida em 2022, foi iniciada em regime de prestação de serviços, e ulteriormente alterada, por via da integração nos quadros da Sociedade, com vista ao cumprimento das exigências da CMVM e da lei em vigor sobre esta matéria.

Não apenas, mas também relacionado com a temática, é de referir que, em dezembro de 2022, foram revistas as seguintes políticas internas da PV, que fazem parte integrante do seu Regulamento Interno: “Política de Aceitação de Clientes” e “Política e procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e medidas restritivas”.

Acresce referir que, numa lógica de grupo, sendo o BPF supervisionado pelo Banco de Portugal, disporá de sistemas exigentes de análise de risco de crédito e de *compliance*, assumindo-se como instituição financeiramente sustentável e sólida. Por seu turno, a PV, apesar de ter previsto no seu organograma a dinamização de uma unidade dedicada à gestão de risco (até em resultado de uma recomendação emanada pela própria CMVM numa ação de supervisão levada a cabo em 2014 e 2015), atendendo à sua dimensão atual e esperada no futuro, assumiu ter como prioridade a partir de 2021, o desenvolvimento das tarefas associadas a esta área e ao *compliance*, quer internamente, quer sobretudo em estreita colaboração e articulação com os departamentos congéneres do BPF, precisamente para tornar a missão desta área de suporte ainda mais eficaz no desenvolvimento da sua atividade corrente.

Nesta senda, e como referido, 2022 foi um ano assinalado pela concretização de diversas etapas no processo de recrutamento de dois trabalhadores para estas duas áreas, a prosseguir em 2023 no que se refere ao reforço de meios humanos para a área de gestão de riscos, com vista ao cumprimento das exigências da CMVM e da lei em vigor sobre esta matéria.

Paralelamente, e no seguimento de diagnóstico das necessidades concretas e prioritárias de revisão de documentação e políticas internas da Portugal Ventures (vg. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações, do Manual de Gestão de Riscos, dos Procedimentos de Subcontratação, de Gestão e Mitigação de Conflitos de Interesses), em 2022 deu-se seguimento aos trabalhos técnicos de revisão/atualização de diversa documentação e políticas internas, a prosseguir em 2023, de forma a assegurar a sua devida atualização e, com adaptações necessárias, também ao devido alinhamento com as políticas congéneres do Grupo BPF, na sua maioria datadas de 2021.

Estando, assim, ciente da pertinência das funções de qualquer uma das áreas (*compliance* e gestão de riscos), o Conselho de Administração da PV assumiu como objetivo claro a sua operacionalização, em estreita colaboração com o BPF, no decurso de 2022/2023.

D4. Iniciativas de Marketing e Comunicação

O que estava previsto?

Robustecimento do posicionamento da Portugal Ventures no ecossistema empreendedor português e internacional, através da melhor utilização e comunicação do seu valor acrescentado, nomeadamente enfatizando:

- i. O seu portefólio atual de empresas, que é consideravelmente forte e extenso em termos de qualidade e número de empresas respetivamente;
- ii. A sua equipa experiente em ações e procedimentos de investimento em capital de risco, sendo um apoio próximo e presente para empresas em necessidade de Fundos;
- iii. A sua capacidade de envolver outras organizações e estabelecer contactos externos que possam ser de interesse para as empresas, tanto do ponto de vista financeiro como ao nível do desenvolvimento de negócio.

Comemoração dos dez anos de atividade da PV ao serviço do empreendedorismo, com um conjunto de iniciativas, com o objetivo de reconhecer todos os que contribuíram para a criação, crescimento e afirmação da Portugal Ventures no ecossistema do empreendedorismo, assinalar os impactos mais relevantes da nossa atividade na economia nacional, e perspetivar para o futuro o papel que a Portugal Ventures deveria assumir, face ao novo contexto político, económico e social que resulta do cenário macro-económico provocado por dois anos de uma pandemia mundial, e mais recentemente, do conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia.

O Marketing passaria também a ter um papel mais preponderante na comunicação interna da Sociedade, no sentido de apoiar o Conselho de Administração no alinhamento dos seus colaboradores com a Missão, Visão e Valores da Portugal Ventures.

Estes desideratos materializar-se-iam na concretização de um conjunto de atividades que incluem, entre outras:

- i. O lançamento de *calls* de investimento, que permitam gerar *dealflow*, contribuindo assim para a gestão eficiente dos Fundos atuais ainda em fase de investimento, conforme referido na atividade C2. As *calls* tinham o seguinte calendário previsto:
 - Call Madeira: 14 fevereiro a 14 março
 - Call Azores (growth): a partir de abril e em contínuo até ao final do ano
 - 2.ª Edição da Call Innov-ID: 11 abril a 20 maio
 - Call Turismo: 23 maio a 3 julho
 - Call Foster Innovation in Tourism: 5 setembro a 14 outubro
 - 3.ª Edição da Call Innov-ID: 21 de outubro a 27 de janeiro de 2023.
- ii. Distribuição de comunicados de imprensa para anunciar *calls* de investimento, novos investimentos ou reforço de investimento na carteira de participadas e *exits* de referência;
- iii. Distribuição de *newsletter* com o repositório das nossas comunicações mais relevantes;
- iv. Comunicação regular nas redes sociais *LinkedIn* e *FaceBook*, para divulgação da nossa atividade quotidiana, novidades sobre as nossas participadas, apoio a iniciativas dos nossos *stakeholders* e parceiros;
- v. Dinamização de *webinars* para capacitação da nossa rede de ignição e de capital;
- vi. Dinamização de sessões de apresentação da Portugal Ventures e das *calls* de investimento na rede nacional de parceiros de ignição;
- vii. Continuidade da iniciativa *Open Day*, como forma de promover um contacto mais próximo com o mercado e promover o *scouting* de projetos potencialmente alvo de investimento pela PV;
- viii. Participação ativa em programas de aceleração das nossas redes *corporate* e de ignição;
- ix. Presença assídua em congressos, conferências e seminários, nacionais e internacionais, com destaque para a *Web Summit*;
- x. Dinamização da rede de *corporate partners*, que nos permita identificar oportunidades de cooperação e de negócio para as nossas participadas junto do tecido empresarial das PME's.

4
M
13

Pela particularidade e importância que releva, o plano das comemorações do 10.º aniversário da Portugal Ventures, contemplava as seguintes atividades:

- Criação de identidade gráfica comemorativa a ser utilizada em todos os materiais de comunicação;
- Campanha de testemunhos dos administradores da PV ao longo dos 10 anos;
- Campanha de testemunhos dos nossos principais acionistas e parceiros;
- Campanha de testemunhos das empresas mais relevantes investidas pela Portugal Ventures na última década;
- Campanha de testemunhos dos colaboradores da Portugal Ventures;
- Realização de uma série de oito debates que permitam não só fazer uma retrospectiva do ecossistema e da nossa atividade, como também trazer para a agenda pública a discussão de temáticas relevantes como é o caso do empreendedorismo no feminino;
- Newsletter comemorativa "2012/2022";
- Lançamento ao público do *dashboard* PV já referido na atividade B5;
- Vídeo comemorativo;
- Evento de comemoração em formato presencial aberto ao ecossistema de empreendedorismo nacional;
- *Team Building* interno;
- Seleção de um *media partner* nacional que permita conferir um carácter nacional às diversas atividades de comunicação.

O que foi efetivamente feito?

Durante o ano de 2022, o Marketing cumpriu com as metas definidas, com foco nas iniciativas propostas no âmbito da comemoração do 10.º aniversário da Portugal Ventures:

- Criação de identidade gráfica comemorativa

y
H
PUB

10 anos Portugal Ventures | A Fazer Crescer o Empreendedorismo
GROWING GLOBAL
GRUPO BP7


- Campanha de testemunhos dos administradores da PV ao longo dos 10 anos, acionistas, participadas, ex-participadas, colaboradores e parceiros. No total recolhemos 53 testemunhos, distribuídos por vídeos e escritos.



ly
-1
128

	<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>A Portugal Ventures tem sido parceiro valioso desde o início. Sendo uma empresa de Tecnologias da Saúde, o time-to-market é desafiante, pelo que é fundamental encontrar alguém que perceba o mercado, os desafios, as oportunidades, mas acima de tudo, nos apoie em todo o percurso. É a Portugal Ventures!</p> <p>JOÃO RIBEIRO CEO, PaaSMed</p>		<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>A Portugal Ventures tem sido um investidor muito importante da Defined.ai desde o início. Ao longo dos nossos anos de verdadeira parceria, a Portugal Ventures foi crucial no nosso processo de crescimento e expansão em Portugal.</p> <p>DANIÉLA BRAGA CEO, Defined.ai</p>
---	---	--	---

	<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>O investimento da Portugal Ventures em 2015 foi um pontapé de saída essencial para a Indie Campers, permitindo a expansão para o mercado espanhol e conduzindo ao crescimento da equipa de 3 para o que são hoje 250 trabalhadores distribuídos por +50 localizações em dois continentes. Obrigado!</p> <p>HUGO OLIVEIRA CEO & Founder, Indie Campers</p>		<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>A Portugal Ventures teve um papel muito relevante no sucesso do Mercado: o seu investimento foi crítico para suportar as exigências do negócio enquanto escalávamos a operação, enquanto a experiência da equipa que nos acompanhou contribuiu decisivamente na negociação de um EXIT bem sucedido.</p> <p>GONÇALO SOARES DA COSTA CEO, Mercado</p>
--	--	---	--

	<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>A Portugal Ventures tem sido essencial para o crescimento da comunidade Startup Braga, sendo decisivo o investimento feito em várias Startups desta rede. Além de apoiar nestes projetos, o apoio da Portugal Ventures é também significativo para dinamizar e promover cada vez mais o ecossistema nacional de inovação e empreendedorismo.</p> <p>A importância da Portugal Ventures no crescimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo é incontestável. São inúmeros os casos de sucesso de startups que alavancaram os seus negócios e estudaram internacionalmente graças à sua análise e apoio. Serão nos orgulhamos da comunidade Startup Braga, o mérito deve ser igualmente partilhado com a Portugal Ventures.</p> <p>LUÍS RODRIGUES Coosr, Startup Braga</p>		<p>10 Portugal Ventures A Fazer Crescer e Empreendedorismo GRUPO BPF</p> <p>“</p> <p>Na qualidade de ignition partner desde o primeiro momento de formação da rede, temos tido o privilégio de fazer caminho junto com a Portugal Ventures, podendo afirmar, sem margem para qualquer dúvida, que o seu aparecimento marca um antes e um depois na dinamização e promoção de acesso a capital no ecossistema empreendedor nacional.</p> <p>JORGE PIMENTA Innovation Director & Space Solutions Portugal Director, IPV/CIS Space Solutions Portugal</p>
---	--	--	--

- Realização de uma 5 debates que permitiram fazer uma retrospectiva do ecossistema e da nossa atividade entre 2012 e 2022



- Newsletter comemorativa "2012/2022";

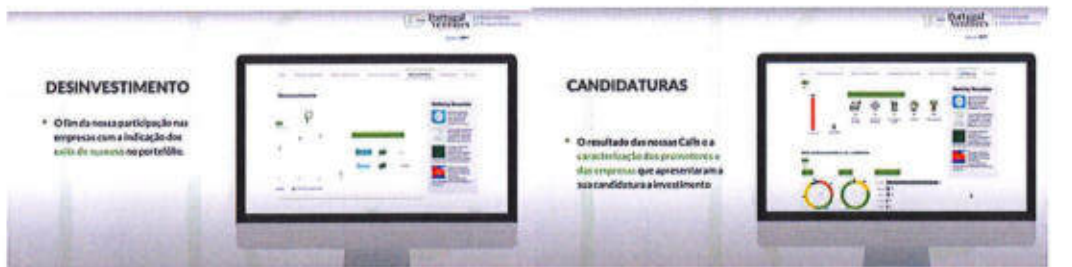


Este ano comemoramos 10 anos de atividade ao serviço do ecossistema empreendedor, enquanto pivô de referência no capital de risco em Portugal. Desde 2012 que ajudámos a construir o polo tecnológico e de inovação que é hoje o ecossistema nacional, com elevado reconhecimento a nível mundial.

Nos próximos 10 anos, renovamos o compromisso de trabalhar lado a lado com os nossos stakeholders com a missão de continuar a desafiar empreendedores com ambição global, robustecer este ecossistema vibrante e financiar empresas portuguesas altamente inovadoras. Veja aqui a mensagem do Conselho de Administração.

4
M
FEB

- Lançamento ao público do *dashboard* PV já referido na atividade B5;



- Vídeo comemorativo do 10.º aniversário com o testemunho do Conselho de Administração



- Evento de comemoração em formato presencial aberto ao ecossistema de empreendedorismo nacional, que decorreu em setembro no Terminal de Cruzeiros do porto de Leixões, e que contou com a presença de mais de 300 participantes.



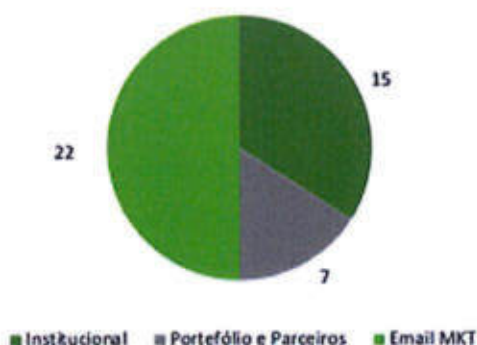
✓
□
-
Feb



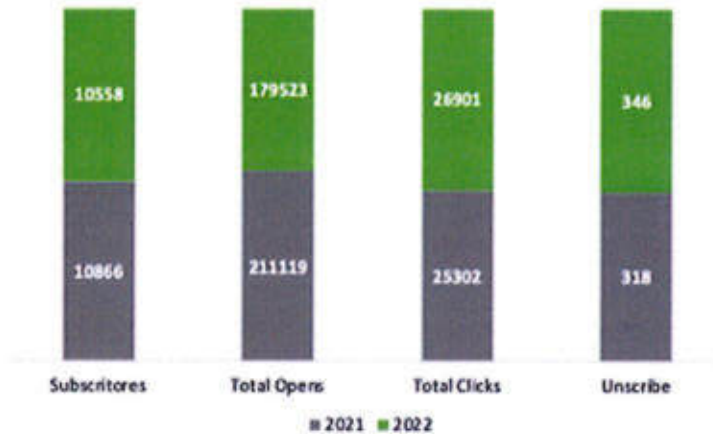
- Seleção de um *media partner* – ECO – que cobriu através de *streaming* a transmissão do evento; produção de dois artigos referentes aos conteúdos e ações que decorreram durante o evento; vídeo *best-off* do evento para utilização nos canais digitais.

Durante o ano de 2022, a Portugal Ventures continuou a reforçar a sua posição no ecossistema empreendedor através dos seus canais digitais:

- **Newsletter:**
 - introduzimos uma nova newsletter que se foca nas notícias do portefólio e dos nossos parceiros, de forma a apoiar a divulgação de ações com interesse para os empreendedores. Durante o ano de 2022 distribuimos:



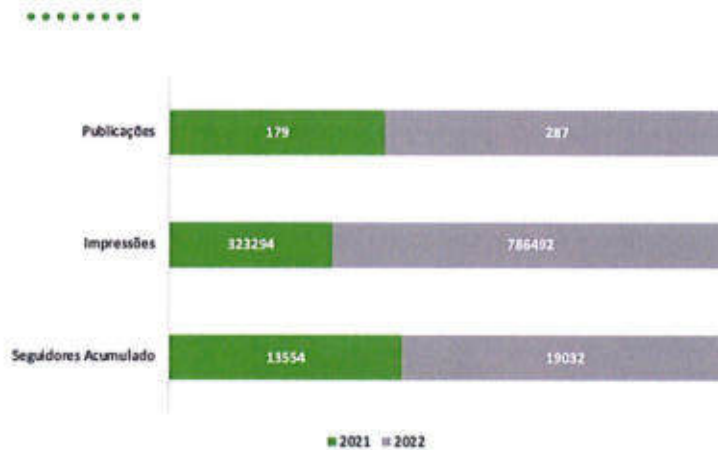
- Em 31 de dezembro de 2022, a Portugal Ventures apresentava 10.558 mil subscritores.



- **Redes Sociais:**

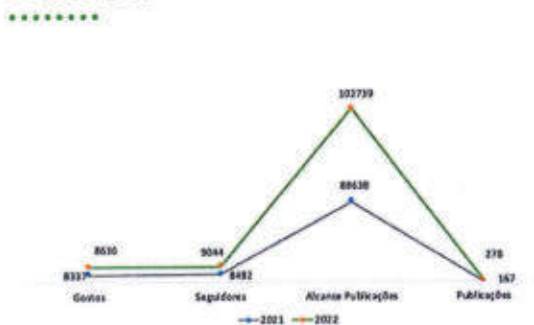
- Em 2022 registamos um aumento significativo nos seguidores no LinkedIn, Facebook e YouTube, bem como no alcance das publicações.

LinkedIn



4
M
P3

Facebook

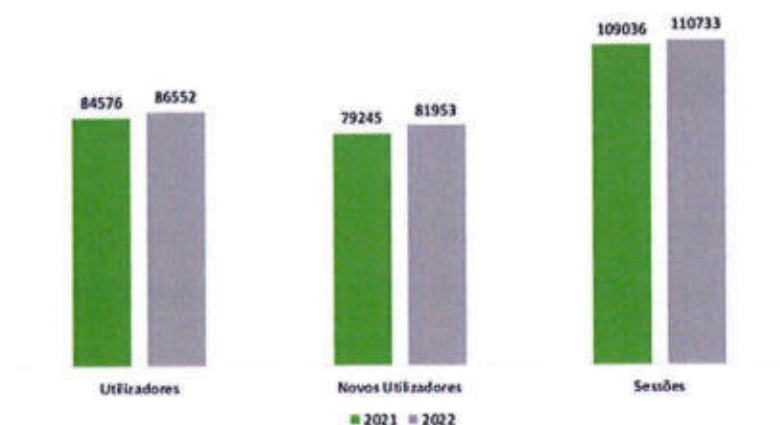


YouTube



- Website:

- O website da Portugal Ventures registou igualmente um aumento generalizado dos seus indicadores, nomeadamente de utilizadores/visitantes e nas sessões.



- Webinars:

- Durante o período de candidaturas das *calls*, realizamos *webinars* onde apresentamos as iniciativas para investimento, as suas condições de elegibilidade, processo de candidatura e os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas. No total foram realizados 5 *webinars* e registamos 846 inscrições.

W
H
P
3



- Eventos:
 - Com o fim das restrições provocadas pela pandemia, em 2022 a Portugal Ventures retomou os eventos presenciais. Realizamos 5 eventos presenciais com a presença de 688 participantes.



M
123

D5. Melhoria do sistema interno de Tecnologias de Informação

O que estava previsto?

A Portugal Ventures tem todo o seu processo de trabalho digitalizado, suportado no sistema de gestão Navigator, onde dispõe de um manancial de informação e dados com elevado valor e que importa proteger. Enquanto empresa pública estamos incluídos no âmbito das entidades a quem se aplica a Lei n.º 46/2018, que estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço. Nesse sentido, da referida Lei, bem como da legislação que a regulamentou (Decreto-Lei n.º 65/2021) e do Regulamento nº 183/2022 resultam um conjunto de obrigações que se sintetizam abaixo:

- Indicar um ponto de contacto permanente junto do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS);
- Designar um responsável de segurança (RS) para gestão das medidas adotadas em matéria de requisitos de segurança e de notificação de incidentes e comunicar ao CNCS os dados e contactos da pessoa designada;
- Elaborar e manter atualizado um inventário de ativos e comunicá-lo anualmente, com o relatório anual;
- Adotar medidas técnicas e organizativas destinadas ao cumprimento dos requisitos de segurança das redes e dos sistemas de informação, após análise de riscos em relação a todos os ativos;
- Elaborar e manter atualizado um plano de segurança (documento e assinado pelo RS);
- Adotar meios e procedimentos para detetar, avaliar e notificar o CNCS da ocorrência de incidentes com impacto relevante ou substancial;
- Elaborar um relatório anual e comunicá-lo.

Conclusão do plano de auditoria à infraestrutura informática, que vai:

- Rever e analisar os sistemas atuais para identificar possíveis anomalias e situações a corrigir e melhorar, na infraestrutura e nas ações de contingência que já tem implementadas (*cluster, backups, replicação de dados, entre outras*).

- Efetuar uma auditoria 360º à infraestrutura do sistema para avaliar as eventuais vulnerabilidades da organização a nível da cibersegurança.

Desenvolvimento de uma política para desenhar o processo de gestão de continuidade do negócio (nos termos das Recomendações emitidas pela CMVM, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal) que vai prever:

- Análise do impacto no negócio da ocorrência de um desastre/ incidente em TI;
- Estratégia de recuperação nos domínios da tecnologia, informática, infra-estruturas físicas (mas também recursos humanos), com clara definição de responsabilidade em caso de desastre, incluindo:
 - Estratégia de recuperação para as infra-estruturas tecnológicas;
 - Processos de arquivo e recuperação de dados essenciais;
 - Existência de infra-estruturas alternativas, físicas e informáticas – com ponderação sobre contratação de redes distintas das que servem as infra-estruturas primárias e a possibilidade de subcontratar este tipo de serviços;
 - Consideração de eventuais dependências de prestadores externos/ subcontratados (em caso de desastre).
- Política de comunicação interna, intermédia e externa;
- Plano de continuidade de negócio (plano de ação);
- Testes, simulações e treinos (incluindo os prestadores externos/ subcontratados).

O que foi efetivamente feito?

Dando cumprimento à lei n.º 46/2018 e ao normativo que a mesma estabelece em matéria de cibersegurança, a Portugal ventures comunicou e disponibilizou junto do CNSC (Centro Nacional de Cibersegurança) a seguinte informação:

- Ponto de contacto permanente;
- Responsável de segurança (RS);
- Inventário de ativos (assinado pelo RS);

4
M
p3

- Relatório anual.

No âmbito da segurança e no sentido de acautelar os riscos à exposição de ciberataques, foram avaliadas e testadas as medidas implementadas na área da segurança das redes, infraestrutura informática e dos sistemas de informação, tais como:

- Segurança de equipamentos / dispositivos;
- Implementação de procedimentos e ferramentas para conferir maior segurança na utilização do email;
- Política de Gestão de acessos (utilizadores) e passwords;
- Política de acesso (aplicações) e transferência de dados;
- Política de backups;
- Replicação de backups (VMs) para Lisboa;
- Dupla validação para acesso Cloud / Email (Microsoft 365) (MFA);
- *Firewalls* atualizadas a nível de *firmware* e *appliances*;
- Antivírus atualizados.

Foi elaborado o plano de continuidade dos Sistemas de Informação, *DRP (Disaster Recovery Plan)* que será revisto e atualizado regularmente e implementada uma política de segurança que se aplica a todos os colaboradores e organização. Foi efetuada ainda a contínua sensibilização e formação dos utilizadores, nomeadamente na área da cibersegurança.

Em 2022 ficou também concluído o *Vulnerability Assessment* (auditoria 360º) à infraestrutura e sistemas de informação para avaliar as eventuais vulnerabilidades e a maturidade atual a nível da cibersegurança, encontrando-se em curso a elaboração de um plano para implementação das recomendações de acordo com as melhores práticas e normas vigentes para tornar os sistemas mais seguros e resilientes às atuais exigências de segurança.

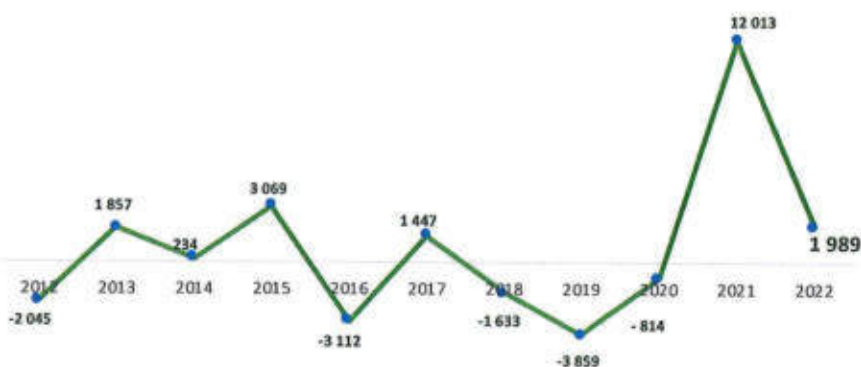
No seguimento do diagnóstico efetuado à infraestrutura informática foram identificadas algumas situações a corrigir e melhorar já em 2023 nas vertentes de Servidores e estrutura de Virtualização (Cluster), gestão de Backups e Firewalls, permitindo evoluir os equipamentos/soluções e atualizar a infraestrutura.

4.4. Análise Financeira das Contas

O Balanço e a Demonstração de Resultados da Portugal Ventures, bem como as respetivas Notas explicativas, elaborados nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela Sociedade (exceto quanto às especificidades que se prendem com a natureza da atividade de capital de risco mencionadas no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores mobiliários nº 12/2005 – Contabilidade das Sociedades e Fundos de Capital de Risco), são apresentados na Parte III deste Relatório.

No período compreendido entre o ano de 2012 e o ano de 2022, o padrão histórico do resultado líquido apresentado anualmente pela Sociedade tem sido marcado pela variabilidade de resultados de forma cíclica e desfasada da conjuntura económica, dada a natureza da carteira de capital de risco detida pela Sociedade e o impacto da mesma sobre os Fundos de Capital de Risco sob sua administração onde detém participação direta.

Figura 28 - Resultados Líquidos da Portugal Ventures em 2012-2022 [milhares de euros]



É pois de realçar o resultado líquido obtido no exercício de 2022 de 1.989 milhares de euros, para o qual contribuiu de forma decisiva a valorização potencial ocorrida ao nível do valor dos ativos que integram a carteira de capital de risco da Sociedade (2.058 milhares de euros traduzindo essencialmente o impacto da valorização significativa de empresas participadas com peso relevante

em três Fundos geridos pela Portugal Ventures e em que a Sociedade detém participação - FCR Universitas, FCR Tech Competitiveness e FCR Internacionalização).

4.4.1. Resultados

A variação favorável verificada na rubrica de EBITDA, e em consequência nas rubricas de Resultado Líquido e Rentabilidade de Capital Próprio, é justificada essencialmente pela valorização potencial ocorrida ao nível do valor dos ativos que integram a carteira de capital de risco da Sociedade (2.058 milhares de euros) face à valorização dos ativos estimada para 2022 (552 milhares de euros) e pela não ocorrência de gastos ao nível das rubricas de Fornecimento e Serviços Externos e Gastos com Pessoal.

Este desvio positivo, materialmente relevante, deveu-se essencialmente ao impacto da valorização significativa de empresas participadas com peso relevante em três Fundos geridos pela Portugal Ventures, em onde a Sociedade participa diretamente (FCR Universitas, FCR Tech Competitiveness e FCR Internacionalização), afetando a rubrica da Demonstração de Resultados de Aumentos/Reduções de Justo Valor de ativos financeiros (2.058 milhares de euros).

Em 2022 os resultados foram afetados pela diminuição do valor da rubrica Vendas e Serviços Prestados face ao orçamentado (1.794 milhares de euros), com origem no menor valor das comissões de gestão dos FCR's geridos pela Sociedade, justificado por não ter sido possível concretizar nesse exercício a constituição dos Fundos de Capital de Riscos previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2022 apesar de todo o empenho e diligências que foram desenvolvidas ao longo do ano, conforme justificado na secção 3.3.3.

Tabela 33 - Demonstração de Resultados da Portugal Ventures -2021 - 2022 [euros]

(unidade: euros)

Rubrica	2022			Execução Homóloga 2021	
	Execução	Orçamento	Variação	2021	Variação 2022/2021
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)	(D)	(E) = (A)-(D)
Vendas e Serviços Prestados	4 598 483	6 392 871	- 1 794 388	4 286 428	312 055
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1 371 669	- 1 661 792	290 123	- 876 481	- 495 188
Gastos com Pessoal	- 2 541 585	- 2 876 729	335 144	- 2 317 063	- 224 522
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	997	-	997	21 127	- 20 130
Aumentos/Reduções de Justo Valor	2 058 385	551 954	1 506 431	11 650 767	- 9 592 382
Outros Rendimentos	20 472	12 005	8 467	114 704	- 94 233
Outros Gastos	- 33 993	- 29 596	- 4 397	- 31 724	- 2 269
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos (EBITDA)	2 731 089	2 388 714	342 376	12 847 759	-10 116 670
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 78 998	- 88 716	9 718	- 91 954	12 956
Resultado operacional antes de gastos de financiam. e impostos	2 652 091	2 299 998	352 093	12 755 805	-10 103 713
Juros e rendimentos similares obtidos	12 558	8 844	3 714	19 094	- 6 536
Resultado antes Impostos	2 664 649	2 308 843	355 807	12 774 899	-10 110 249
Imposto sobre o rendimento do período	- 675 334	- 395 300	- 280 034	- 761 529	86 195
Resultado líquido do período	1 989 316	1 913 543	75 773	12 013 370	-10 024 054

O movimento ocorrido na carteira de ativos de capital de risco encontra-se referenciado na Nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras, refletindo os desinvestimentos financeiros (redução de capital dos FCR's Portugal Ventures GPI e Internacionalização) ocorridos ao longo do ano de 2022, quer os resultados da avaliação da carteira de participações financeiras, de acordo com o definido no Regulamento da CMVM nº 3/2015, de 3 de novembro (alterado pelo Regulamento da CMVM nº 5/2020 de 27 de abril).

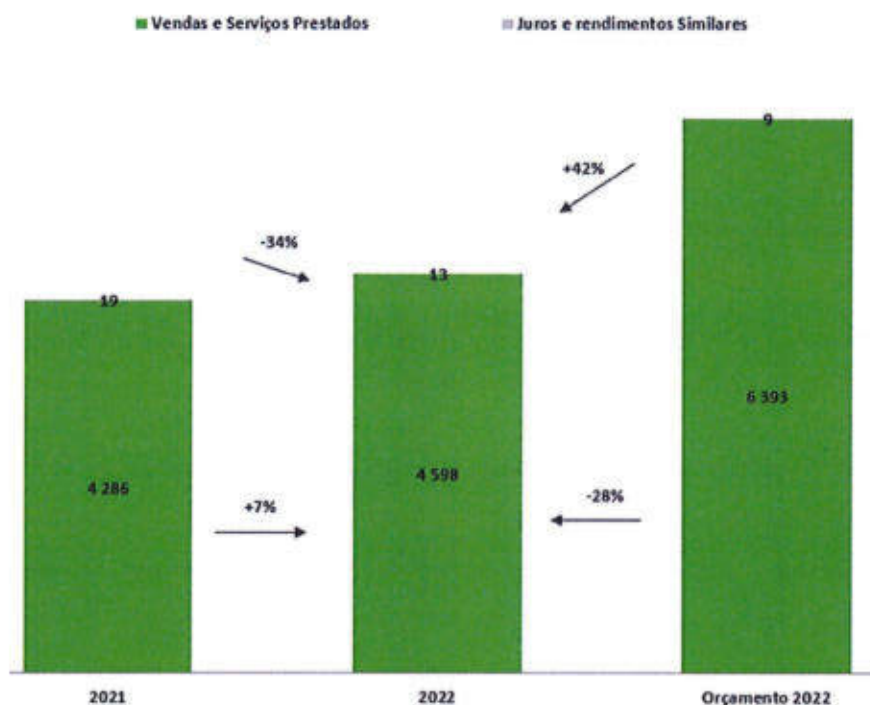
4.5. Rendimentos

Efetivamente, no exercício de 2022, a rubrica de Vendas e Serviços Prestados, com o valor de 4.598 milhares de euros, engloba (i) 4.548 milhares de euros de comissões de gestão dos dezasseis Fundos de Capital de Risco que se encontravam sob gestão da Portugal Ventures no decurso do exercício, (ii) 30 milhares de euros de comissões de montagem no âmbito das operações de capital de risco

Handwritten notes in blue ink: "y", "A", "P3"

concretizadas ao longo do ano e (iii) 20 milhares de euros de serviços prestados às empresas por si geridas.

Figura 29 - Rendimentos da Portugal Ventures em 2021-2022 [milhares de euros]



A diminuição do valor da rubrica Vendas e Serviços Prestados face ao orçamentado (1.794 milhares de euros) provém do facto de não ter sido possível constituir os novos Fundos previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, como já foi atrás evidenciado.

De notar que estes valores de receitas acabaram por não ser compensados pelas comissões de gestão obtidas dos FCR Turismo Crescimento e Internacionalização. O valor apresentado pela rubrica Vendas e Serviços Prestados tem também vindo a diminuir na sequência de alguns Fundos de capital de risco sob gestão terem terminado a sua vida útil, fator não compensado com a constituição formal de novos Fundos, objetivo claro que tem vindo a pautar a orientação estratégica da Portugal Ventures ao longo dos últimos cinco anos.

De salientar também que o valor registado em Outros Rendimentos em 2022 (20 milhares de euros) refere-se essencialmente ao valor recebido dos créditos (valores a receber de vendas de participações com pagamento diferido) provenientes da dissolução e liquidação dos FCRs Finicia e Indústrias Criativas.

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos (13 milhares de euros) corresponde aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, bem como aos juros provenientes da venda de participações com pagamento diferido. O valor apresentado é justificado pela taxa de juro real dos depósitos a prazo que tem vindo a ser praticada no mercado pelas diversas Instituições Bancárias. Refira-se que as Instituições Bancárias continuaram a manter em vigor a cobrança de uma comissão a título de “manutenção de conta” ou de “liquidez” sobre os saldos das contas de depósitos que apresentem saldos superiores a um montante previamente definido.

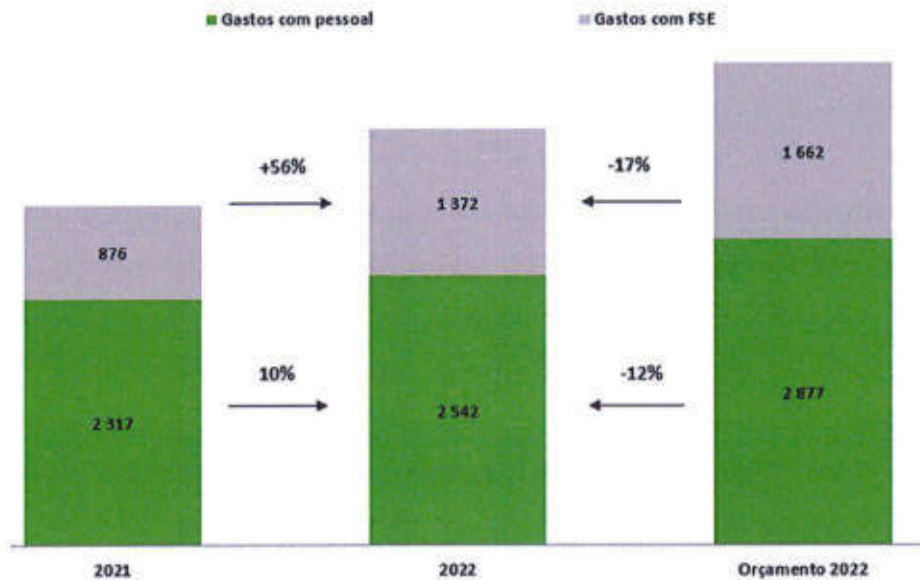
O resultado líquido positivo das avaliações da carteira de ativos de capital de risco efetuadas a 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, no valor global de 2.058 milhares de euros, foi registado nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilística e no Regulamento da CMVM nº 3/2015, de 3 de novembro (alterado pelo Regulamento da CMVM nº 5/2020 de 27 de abril), para o qual contribuiu a significativa valorização potencial ocorrida ao nível das Unidades de Participação detidas no capital dos onze Fundos de Capital de Risco.

4.6. Gastos

No decurso do exercício de 2022, a Portugal Ventures continuou, em linha com os anos anteriores, a fazer uma gestão eficiente e criteriosa ao nível dos recursos disponíveis, apesar do incremento verificado face ao registado em 2021, por um lado justificado pelos gastos não recorrentes incorridos em 2022 ao nível dos FSE associados às iniciativas de comemoração dos 10 anos e reforço do posicionamento da Sociedade no ecossistema empreendedor nacional e, por outro lado, pela recomposição dos órgãos sociais verificada na Assembleia Geral de 28 de outubro de 2021 com impacto na rubrica de gastos com pessoal.

4
7
103

Figura 30 - Gastos de Estrutura e de Funcionamento da Portugal Ventures em 2021-2022 [milhares de euros]



Ainda assim, comparando com o orçamento para 2022, os gastos de estrutura e de funcionamento refletem um desvio favorável de 625 milhares de euros, também incorporando ao nível dos gastos correntes, nomeadamente dos FSE, um regresso da atividade da Sociedade aos níveis normais registados antes dos anos de pandemia (2018 e 2019).

Ainda no que respeita aos Gastos com Pessoal, os valores registados no exercício refletem a não atribuição de valorizações remuneratórias e de prémios de desempenho aos colaboradores e a manutenção da redução das remunerações base dos Administradores, resultante da aplicação do disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. O desvio favorável de 335 milhares de euros face ao orçamento é justificado por não pagamento do valor dos prémios de desempenho e das valorizações remuneratórias estimados para 2022, que apesar de previstos no Plano de Atividades e Orçamento, não foram autorizados no Despacho Superior recebido na aprovação formal do Plano a 28 de dezembro de 2022 e pela contratação dos quatro trabalhadores, de cinco previstos, ter ocorrido, em função da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento, com efeitos a 30 de dezembro de 2022. Como referido atrás, o aumento do valor registado ao nível da rubrica Gastos com Pessoal face ao período homólogo anterior é justificado pelo início, no dia 1 de janeiro de 2022, de funções dos membros dos órgãos sociais designados para o mandato de 2021-2023, designadamente o exercício

de funções de uma administradora, ficando assim o Conselho de Administração composto por dois administradores e uma administradora, e o exercício de funções pelo Presidente e pelo Vogal do Conselho Fiscal e pelo ano completo da contratação dos quatro trabalhadores ocorrida no final do exercício de 2021.

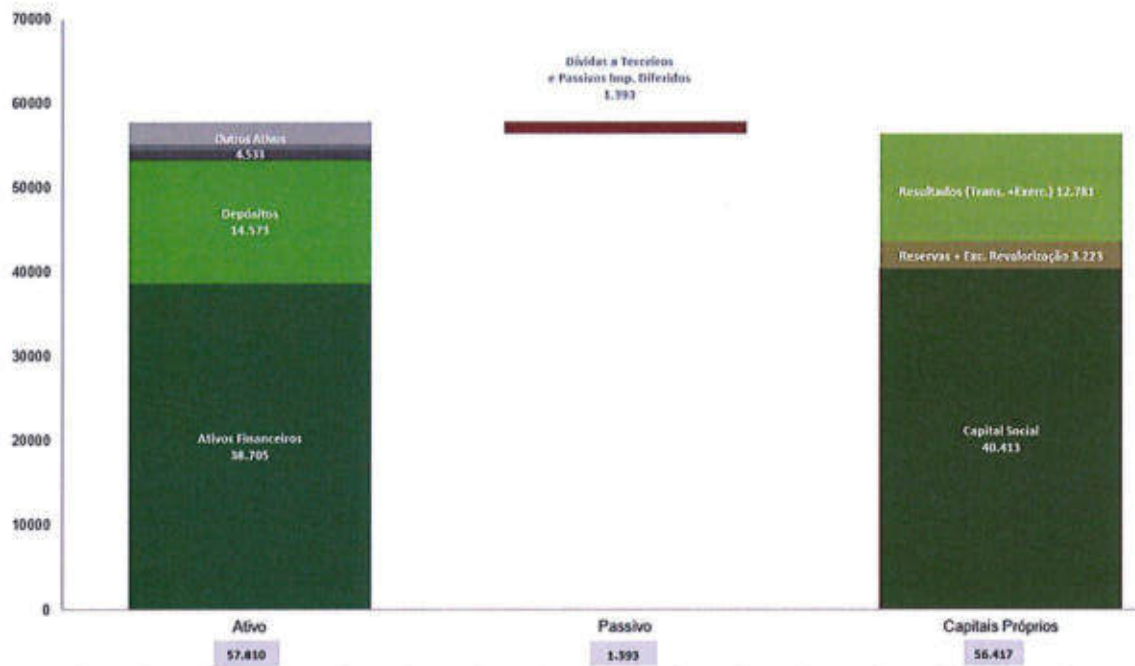
Ao nível do Fornecimentos e Serviços Externos, o desvio favorável (290 milhares de euros) face ao orçamento é justificado essencialmente pela diminuição do valor registado nas rubricas de consultadoria, deslocações e estadas, seguros, comunicação, eletricidade que não atingiram o valor previsto. De salientar no entanto, que o acréscimo de valor registado nesta rubrica face ao período homólogo anterior é justificado fundamentalmente pelos serviços de consultadoria e assistência técnica prestados pela Kigeni Ventures e pela August One no âmbito da gestão dos fundos de capital de risco FCR Gateway e FCR Atlântico, respetivamente, ambos constituídos no decurso do ano de 2021 e que contribuíram para o incremento das receitas da Portugal Capital Ventures através das correspondentes comissões de gestão dos Fundos.

Como referido anteriormente, os FSE apresentam também um incremento face a 2021 em resultado dos eventos e iniciativas levadas a cabo pela Sociedade no âmbito do seu 10º aniversário com objetivo de reforçar a posição da Portugal Ventures no mercado de capital de risco e no ecossistema empreendedor nacional, para além da realização de um estudo especializado realizado por uma entidade externa selecionada entre três propostas apresentadas, que visou analisar de forma independente qual o impacto e possível posicionamento estratégico da Portugal Ventures para o novo ciclo iniciado com a integração no Grupo BPF (todos estes, gastos não recorrentes e logo não repetíveis nos anos seguintes).

A rubrica de Outros Gastos (34 milhares de euros em 2022) inclui os valores dos impostos, das taxas da CMVM da Sociedade, das quotizações, da comissão do banco depositário de um dos Fundos de Capital de Risco e das diferenças de câmbio desfavorável.

4.7. Balanço

Figura 31 - Estrutura de Balanço da Portugal Ventures a 31 dezembro 2022 [milhares de euros]



Ativo

No final de dezembro de 2022, o total do ativo da Portugal Ventures ascendia a 57,8 milhões de euros, sendo financiado em 98% por Capitais Próprios. É a seguinte a sua decomposição:

- I. 67% corresponde à carteira de investimentos financeiros, que inclui o valor das Unidades de Participação dos FCR's Portugal Ventures Global 2, Portugal Ventures ACTEC II, Azores Ventures, Portugal Ventures Early Stage, Portugal Ventures Universitas, Portugal Ventures Biocant, Portugal Ventures GPI, Portugal Ventures Internacionalização, Portugal Ventures Grow & Expand, Portugal Ventures Tech Competitiveness e Atlântico;
- II. 25% a Depósitos e Aplicações Financeiras de elevada liquidez;
- III. 5% a Clientes e Outros Créditos a Receber;
- IV. 2% a Ativos por impostos diferidos e Outros;
- V. 1% a Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

No âmbito do plano de investimentos efetivo, no decurso do ano de 2022 foram investidos 11 mil euros em ativos tangíveis (investimento de substituição de equipamento relacionado fundamentalmente com a renovação do parque informático da Sociedade) face aos 11,5 mil euros previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, tendo sido efetuado o investimento de 31 mil euros em ativos intangíveis (implementação de novas funcionalidades do sistema integrado de informação da Portugal Ventures – Navigator, como atrás justificado). De salientar também que, no contexto de mercado de taxas de juro diminutas e caracterizado pela prática de instituições bancárias que não cotam aplicações em depósitos a prazo e por bancos a cobrar comissões a título de “manutenção de conta” ou de “liquidez” sobre os saldos das contas de depósitos à ordem, a Portugal Ventures aplica a sua liquidez adotando uma política conservadora, em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, privilegiando operações de curto prazo e baixo risco, contribuindo assim para a preservação do valor investido pelos acionistas. Os Depósitos e Aplicações Financeiras registavam o montante de 14,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano civil, a Sociedade procede à avaliação da sua carteira de participações de ativos de capital de risco, de acordo com o regulamento interno de avaliação, registando-se o respetivo impacto da avaliação na contabilidade nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido aplicado em 2022 o novo Regulamento de Avaliação da carteira, como já evidenciado atrás.

A rubrica de Clientes regista o valor de 1,2 milhões de euros e respeita essencialmente ao valor das comissões de gestão faturadas pela Sociedade, na sua qualidade de sociedade gestora.

Passivo

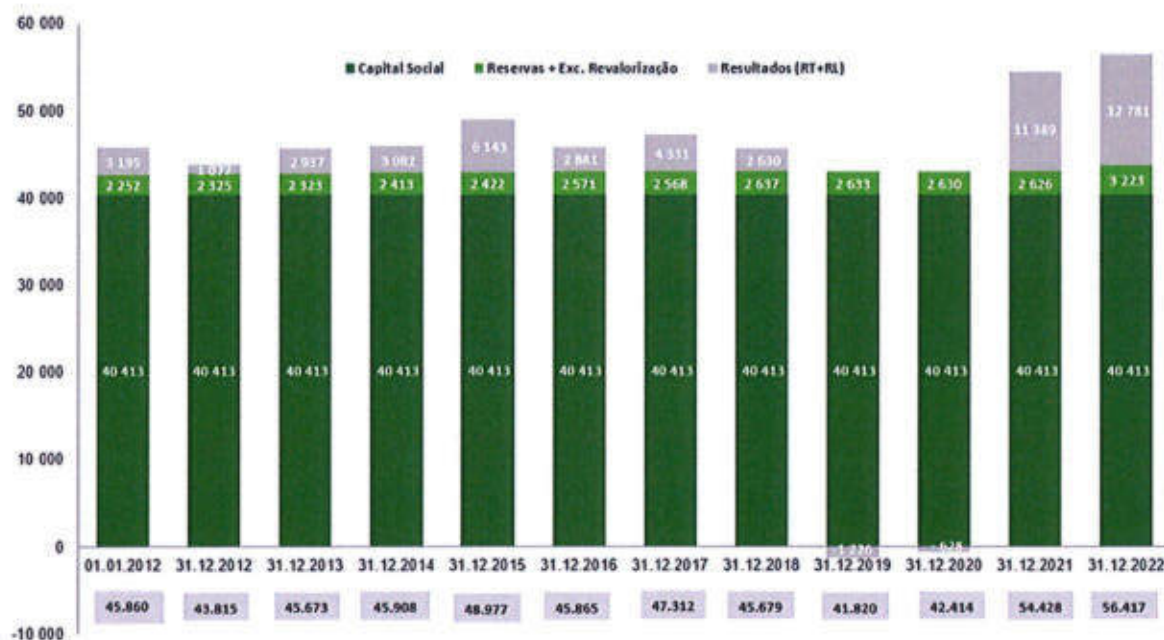
O Passivo da Portugal Ventures ascende ao valor de 1.393 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, correspondendo 45% ao valor das dívidas a terceiros e 55% ao montante de passivos por impostos diferidos. O aumento do valor apresentado no Passivo é justificado pelo acréscimo verificado ao nível da rubrica de Estado e outros entes públicos (59 milhares de euros) e ao nível do valor registado em passivos por impostos diferidos (772 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 que compara com 279 milhares de euros registados em 31 de dezembro de 2021).

4
H
Jug

Capitais Próprios

No final do exercício de 2022, a Portugal Ventures apresenta capitais próprios no valor de 56,4 milhões de euros, representando 140% do valor do capital subscrito e realizado (40,4 milhões de euros) e um acréscimo de 4% face ao montante registado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento ficou fundamentalmente a dever-se à valorização verificada na carteira de ativos de capital de risco da Sociedade, no montante de 2,1 milhões de euros.

Figura 32 - Evolução dos Capitais Próprios da Portugal Ventures 2012 - 2022 [milhares de euros]



5. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2022, no valor de 1.989.315,62 euros (um milhão e novecentos oitenta e nove mil e trezentos e quinze euros e sessenta dois cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	99 465,78 €
Resultados Transitados	<u>1 889 849,84 €</u>
Total	<u>1 989 315,62 €</u>

Sendo aprovada esta proposta, os Capitais Próprios passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Social	40 412 650,00 €
Reservas Legais	1 760 207,72 €
Outras Reservas	1 468 166,81 €
Resultados Transitados	12 681 826,73 €
Excedentes de Revalorização	<u>94 119,59 €</u>
Total	<u>56 416 970,85 €</u>

4
21
103

6. Factos Subsequentes

O Conselho de Administração declara que, à data do encerramento das contas, a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social, ao Estado e a Outros Entes Públicos.

As demonstrações financeiras foram emitidas em 9 de março de 2023.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2022 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

No âmbito do atual contexto de adversidade que nos encontramos não foram identificados riscos, para além dos inerentes ao desenvolvimento da atividade de capital de risco da Sociedade, que possam por em causa a continuidade da Portugal Ventures.

7. Outros Indicadores de Atividade

No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos indicadores relevantes da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures em 2022, comparativamente aos exercícios anteriores.

Tabela 34 - Indicadores e Métricas Operacionais 2022

Dimensão de Atividade	Objetivos Estratégicos 2019-2023	Indicadores de Atividade	M€/Ano									
			FAO 2018	2018	FAO 2019	2019	FAO 2020	2020	FAO 2021	2021	FAO 2022	2022
Eficiência	Criar condições de desinvestimento nas empresas do portfólio, por forma a gerar rentabilidade atrativa para os fundos atualmente sob gestão e criar condições para uma liquidação dos fundos em final de vida adequadas para os seus diversos participantes, em função das suas especificidades e natureza.	1. Número de operações de desinvestimento concretizadas	12	15	15	14	8	17	(#)	17	11	13
		2. % de operações de desinvestimento em capital de risco que resultaram em mais-valias face ao valor de investimento.	20,00%	20,00%	20,00%	28,57%	20,00%	24,00%	(#)	30,00%	27,27%	36,36%
		3. % média de detenção de capital social nas empresas participadas	30,00%	28,02%	30,00%	26,93%	30,00%	25,77%	(#)	15,75%	15,00%	19,48%
Eficiência	Contribuir para a agilização de uma política de investimento de capital de risco público em Portugal, sustentada nos fundos sob gestão atual e novos fundos a constituir para Portugal Ventures.	4. Valor de investimento concretizado (*)	3,5 M€	2,4 M€	7,5 M€	12,8 M€	6 M€	9,3 M€	(#)	7,9 M€	23 M€	6,8 M€
		5. Número de operações de investimento concretizado (*)	12	5	15	28	12	22	(#)	38	41	17
		6. Número de projetos de investimento analisados (***)	200	328	200	67	100	238	(#)	152	250	183
		7. Número médio de dias para análise de um projeto de investimento	70 d	85 d	75 d	95 d	75 d	93 d	(#)	105 d	105 d	109 d
Qualidade	Criar valor na política de acompanhamento de investimentos, por via da dinamização do negócio em conjunto com os promotores, e outros parceiros nacionais e internacionais, garantindo uma gestão objetiva de misturas de negócio e consequente gestão de rondas adicionais de financiamento e procura pró-ativa e contínua de soluções de desinvestimento.	8. Valor global líquido dos fundos sob gestão	200 M€	190,3 M€	250 M€	209,4 M€	300 M€	189 M€	(#)	249,4 M€	240 M€	270,5 M€
		9. Valor disponível para investimento (**)	25 M€	25,6 M€	69,9 M€	30,6 M€	100 M€	24,3 M€	(#)	32,1 M€	16,3 M€	49,9 M€
		10. % de variação de justo valor da carteira face ao período anterior	-20,00%	-16,11%	-15,00%	-0,59%	56,11%	4,50%	(#)	45,10%	-	18,85%

Para alcançar estes objetivos foram previstas as ações atrás identificadas, tendo sido na sua maioria concretizadas, importando relevar os principais indicadores face aos registados no exercício de 2021 e ao proposto no Plano para 2022:

- Manutenção de um número elevado de desinvestimentos, acima dos propostos inicialmente para 2022, o que demonstra a aposta na concretização de *exits*, apesar do contexto adverso vivido no setor *venture capital* mundial;
- O valor de investimento total, apesar de ligeiramente inferior relativamente aos dois anos anteriores, esteve associado a um número superior de operações de reforço de investimento e por outro lado a uma maior seleção nas operações a realizar que resultaram da iniciativa INNOV-ID;
- Por último, continuamos a apresentar valores positivos quanto aos objetivos relativos ao “valor global líquido dos fundos sob gestão”, ao “valor disponível para investimento” e à

4
H.
43

“percentagem de variação de justo valor da carteira face ao período anterior”, justificado pelo reforço de capital efetuado em dois dos Fundos sob gestão, Portugal Gateway e Turismo Crescimento.

8. Perspetivas para 2023

O exercício de 2023 será marcado pela prossecução dos objetivos estratégicos e desenvolvimento das atividades delineadas em 2022 para o triénio 21-23 (apresentadas na Secção 4.3.), ajustadas ao atual contexto de adversidade motivado pela continuação do conflito na Ucrânia e, conseqüentemente, aos riscos que daí advêm, sendo o exercício de 2023, o último do mandato da atual equipa de gestão, precisamente pautado por uma perspetiva de continuidade na estratégia de desenvolvimento da Sociedade.

Aqueles riscos, designadamente ao nível da inflação, eventual estagnação económica, taxas de juro elevadas e com propensão para aumentarem, entre outros, podem traduzir-se em impactos relevantes nas empresas que integram a carteira de capital de risco detida por cada um dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures, e, conseqüentemente, no valor das unidades de participação detidas pela Sociedade em onze Fundos de Capital de Risco por si administrados, sem no entanto colocar em causa a continuidade da Portugal Ventures.

O foco da atenção do Conselho de Administração neste último ano do seu mandato continuará a estar nas iniciativas de acompanhamento pró-ativo da carteira de participadas e de apoio em operações de *Follow-On Investments* em sindicato com outros operadores de capital e sempre procurando as melhores oportunidades de desinvestimento, mesmo num contexto adverso à realização de transações. De igual forma, o exercício de 2023 será também marcado pelo lançamento de novas *calls* de investimento (Açores Growth, Turismo FIT e Turismo novos segmentos e *call* de suporte ao FCR Portugal Gateway) com vista a reforçar o seu portefólio e sempre com grande suporte e consolidação das suas redes de parcerias estratégicas (ignição, capital, *corporate* e institucional).

Também em 2023, na continuidade de um novo ciclo da sua vida integrada no Grupo Banco Português de Fomento, a Portugal Ventures prevê lançar novos fundos de capital de risco orientados para falhas de mercado e sempre supletiva à oferta privada na indústria, destacando-se o Fundo Growth Diáspora Portuguesa e novos Fundos Regionais, para além de um novo Fundo para a Internacionalização do Turismo.



9. Outra Informação Relevante

Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2022

As pessoas singulares designadas para exercerem o cargo nos Órgãos Sociais da Portugal Ventures não detêm qualquer participação no capital social da Portugal Ventures. A composição acionista da Sociedade está discriminada no ponto 1.3 deste Relatório.

Lista dos titulares de participações qualificadas

Os titulares que detêm participações qualificadas no capital social da Portugal Ventures são:

Tabela 34 - Principais Acionistas da Portugal Ventures

Acionista	Nº de ações	% Capital social	% Direitos de voto
Banco Português de Fomento, SA	6 458 324	79,90	79,90
Total Imputável	6 458 324	79,90	79,90

Informação Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

A Portugal Ventures tem cumprido os requisitos de natureza prudencial, designadamente o que se aplica no âmbito do artigo 4º do Regulamento da CMVM nº 1/2020, de 13 de fevereiro, enviando, com periodicidade trimestral, a correspondente informação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

10. Agradecimentos

Um agradecimento às entidades e membros que integram o Conselho Fiscal da Sociedade pela relevante e indispensável colaboração prestada.

Ao Revisor Oficial de Contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

Finalmente, cumpre-nos registar com elevado apreço a competência e dedicação demonstradas por todos os Colaboradores da Portugal Ventures ao longo do ano, decisivos para assegurar a concretização dos objetivos da Sociedade e o cumprimento da sua missão.

Os membros dos órgãos sociais da Portugal Ventures para exercerem funções no triénio 2021-2023 foram designados na Assembleia Geral de Acionistas ocorrida no dia 28 de outubro de 2021, tendo iniciado o exercício de funções no dia 1 de janeiro de 2022.

Porto, 9 de março de 2023

O Conselho de Administração Executivo



Rui Ferreira

(Presidente)



Teresa Fiúza

(Vice-Presidente)



Pedro Melo Breyner

(Vogal)

PARTE III - Demonstrações Financeiras

1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade: Euros

Descrição	Código	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	681 219	730 526
Ativos intangíveis	7	45 989	33 702
Participações financeiras (outros métodos)	8	38 704 549	37 260 300
Outros investimentos financeiros	9	4 901	3 398
Créditos a receber	14	7 789	19 810
Ativos por impostos diferidos	32	918 543	1 053 026
Subtotal		40 362 989	39 100 813
Ativo corrente			
Clientes	11	1 180 639	1 039 187
Adiantamentos a fornecedores	12	0	190
Estado e outros entes públicos	13	1 162	20 816
Outros créditos a receber	14	1 653 818	1 624 726
Diferimentos	15	38 832	132 013
Caixa e depósitos bancários	5	14 572 665	13 508 004
Subtotal		17 447 115	16 324 936
Total do ativo		57 810 105	55 425 749
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	40 412 650	40 412 650
Reservas legais	17	1 660 742	1 060 073
Outras reservas	17	1 468 167	1 468 167
Resultados transitados	17	10 791 977	-624 301
Excedentes de revalorização	18	94 120	97 696
Subtotal		54 427 655	42 414 286
Resultado líquido do período	34	1 989 316	12 013 370
Total do capital próprio		56 416 971	54 427 655
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	32	772 025	279 223
Outras dívidas a pagar	20	5 319	5 319
Subtotal		777 344	284 542
Passivo corrente			
Fornecedores	19	42 396	35 822
Estado e outros entes públicos	13	144 804	86 118
Outras dívidas a pagar	20	428 590	591 613
Subtotal		615 790	713 552
Total do passivo		1 393 134	998 094
Total do capital próprio e do passivo		57 810 105	55 425 749

O Contabilista Certificado

António Joaquim da Costa Gadelho

António Joaquim da Costa Gadelho

O Conselho de Administração

Rui Pedro Soares Ferrelra

Rui Pedro Soares Ferrelra
Presidente

Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes

Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes
Vice - Presidente

Pedro Maria Pereira de Melo Breyner

Pedro Maria Pereira de Melo Breyner
Vogal

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade: Euros

Rendimentos e gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	21	4 598 483	4 286 428
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 371 669	-876 481
Gastos com o pessoal	24	-2 541 585	-2 317 063
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	25	997	21 127
Aumentos/reduções de justo valor	27	2 058 385	11 650 767
Outros rendimentos	28	20 472	114 704
Outros gastos	29	-33 993	-31 724
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 731 088	12 867 768
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-78 998	-91 954
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 652 091	12 775 814
Juros e rendimentos similares obtidos	31	12 558	19 094
Resultado antes de impostos		2 664 649	12 794 908
Imposto sobre rendimento do período	32	-675 334	-761 529
Resultado Líquido do Período		1 989 315	12 033 379

O Contabilista Certificado


António Joaquim da Costa Gadelho

O Conselho de Administração


Rui Pedro Soares Ferrelra
Presidente


Teresa Cristina Lima Flúza Fernandes
Vice - Presidente


Pedro Maria Pereira de Melo Breyner
Vogal

3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade: Euros

DESCRISÃO	NOTA	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 443 187	4 325 863
Pagamentos a fornecedores		-1 388 063	-1 074 060
Pagamentos ao pessoal		-2 311 736	-2 122 509
Caixa gerada pelas operações		743 387	1 129 294
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		22 595	167 377
Outros recebimentos/pagamentos		-101 681	-109 977
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		664 300	1 186 694
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8 663	-4 692
Ativos intangíveis		-14 612	-13 284
Investimentos financeiros		-225 000	-2 780 855
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		102	15 524
Investimentos financeiros		638 687	1 283 088
Juros e rendimentos similares		9 699	12 456
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		400 212	-1 487 764
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0	0
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1 064 512	-301 070
Efeitos das diferenças de câmbio		148	236
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	13 508 004	13 808 839
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	14 572 665	13 508 004

O Contabilista Certificado

António Joaquim da Costa Gadelho

António Joaquim da Costa Gadelho

O Conselho de Administração

R P S F

Rui Pedro Soares Ferreira
Presidente

Teresa Cristina Lima Flúza Fernandes

Teresa Cristina Lima Flúza Fernandes
Vice - Presidente

Pedro Maria Pereira de Melo Breyner

Pedro Maria Pereira de Melo Breyner
Vogal

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022 E 2021

Unidade: Euros

Descrição	Ano	CAPITAL PRÓPRIO Atribuído aos detentores de capital						Total do capital próprio
		Capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de revalorização	Reservas de reavaliação	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de Janeiro de 2021	16, 17 e 18	40 412 650	1 060 073	1 468 167	186 395	101 273	-814 272	42 414 286
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	18				4 112	-4 112		-
Ajustamentos por impostos diferidos	18 e 32				-535	535		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-814 272		814 272	-
Resultado líquido do período	3						12 013 370	12 013 370
Resultado Integral	4=2+3						12 027 642	12 013 370
Operações com detentores de capital no período	5							
Posição em 31 de dezembro de 2021	6=1+2+3+5	40 412 650	1 060 073	1 468 167	-624 301	97 696	12 013 370	54 427 655

Descrição	Ano	CAPITAL PRÓPRIO Atribuído aos detentores de capital						Total do capital próprio
		Capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de revalorização	Reservas de reavaliação	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de Janeiro de 2022	16, 17 e 18	40 412 650	1 060 073	1 468 167	-624 301	97 696	12 013 370	54 427 655
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	18				4 112	-4 112		-
Ajustamentos por impostos diferidos	18 e 32				-535	535		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17		600 668		11 412 701		-12 013 370	-
Resultado líquido do período	3						1 989 316	1 989 316
Resultado Integral	4=2+3						-10 024 054	1 989 316
Operações com detentores de capital no período	5							
Posição em 31 de dezembro de 2022	6=1+2+3+5	40 412 650	1 660 742	1 468 167	10 791 927	84 120	1 989 316	56 416 971

O Contabilista Certificado

António Joaquim da Costa Gadelho
António Joaquim da Costa Gadelho

O Conselho de Administração

R. M. S. L.
Rui Pedro Soares Ferreira
Presidente

Teresa Cristina Uma Fiúza Fernandes
Teresa Cristina Uma Fiúza Fernandes
Vice-Presidente

Pedro Maria Pereira de Melo Freyner
Pedro Maria Pereira de Melo Freyner
Vogal

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Handwritten initials 'AL' on the right side of the page.

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A PORTUGAL CAPITAL VENTURES - Sociedade de Capital de Risco, S.A., (doravante designada por Portugal Ventures), anteriormente denominada InovCapital, foi constituída em 7 de julho de 1989 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de fevereiro e tem a sua sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103, Porto.

Em 27 de junho de 2012 foi registada a fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, S.A. e Turismo Capital, SCR, S.A. na Portugal Ventures. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 e retroagiu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2012.

A fusão tomou por base de referência os balanços das três sociedades envolvidas reportados à data de 31 de dezembro de 2011 aprovados nas respetivas assembleias gerais, tendo o apuramento dos termos de troca incorporado já a redução do capital da AICEP Capital Global em 18 milhões de euros ocorrida por deliberação da respetiva assembleia geral de 7 de maio de 2012.

Todos os elementos patrimoniais ativos e passivos objeto de transmissão por fusão foram inscritos, para efeitos fiscais, na contabilidade da Portugal Ventures com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades incorporadas e considerando os efeitos nos capitais próprios das deliberações das assembleias gerais ocorridas em 2012.

Na sequência, foram emitidas 2.582.530 ações, de valor nominal de cinco euros, cada uma, correspondendo a um aumento do capital da Sociedade no valor de 12.912.650 euros, tendo sido fixado o capital social subscrito e realizado da Portugal Ventures em 40.412.650 euros, representado por 8.082.530 ações, do valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se a respetiva distribuição apresentada na Nota 16.

A Portugal Ventures assegurou os respetivos direitos e obrigações das anteriores sociedades, incluindo a gestão dos Fundos de Capital de Risco.

A 3 de novembro de 2020, a estrutura acionista da Portugal Ventures foi alterada, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, que operou a formalização do Banco Português de Fomento, S.A. e a decisão sobre o aumento de capital social dessa entidade, através de entradas em espécie e mediante a transmissão das participações da Portugal Ventures pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., pelo Instituto do Turismo de Portugal, I.P. e pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., assim o Banco Português de Fomento, S.A. passou a deter uma participação de capital na Portugal Ventures de cerca de 80%.

A Sociedade tem por objeto apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas, através da participação temporária no respetivo capital social, e o exercício de todas as demais atividades permitidas por lei às sociedades de capital de risco.

À data de 31 de dezembro de 2022, para além de uma carteira própria de investimentos em Unidades de Participação de Fundos de Capital de Risco, a Sociedade geria dezasseis fundos a seguir discriminados:

- 1) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2
- 2) Fundo de Capital de Risco Azores Ventures
- 3) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Early Stage
- 4) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologia II
- 5) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Biocant
- 6) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Universitas
- 7) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2
- 8) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos
- 9) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização
- 10) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Turismo
- 11) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand
- 12) Fundo de Capital de Risco Turismo Crescimento
- 13) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Tech Competitiveness
- 14) Fundo de Capital de Risco Portugal Gateway

15) Fundo de Capital de Risco Transmissão e Alienação

16) Fundo de Capital de Risco Atlântico

Abreviadamente designados, respetivamente, por:

- "FCR Portugal Ventures Valor 2"
- "FCR Azores"
- "FCR Portugal Ventures Early Stage"
- "FCR Portugal Ventures ACTEC II"
- "FCR Portugal Ventures Biocant"
- "FCR Portugal Ventures Universitas"
- "FCR Portugal Ventures Global 2"
- "FCR Portugal Ventures GPI"
- "FCR Portugal Ventures Internacionalização"
- "FCR Portugal Ventures Turismo"
- "FCR Portugal Ventures Grow"
- "FCR Crescimento"
- "FCR Portugal Ventures Tech"
- "FCR Gateway"
- "FCR Transmissão"
- "FCR Atlântico"

A Portugal Ventures participa no capital dos Fundos citados em 2), 3), 4), 5), 6), 7), 8), 9), 11), 13) e 16) (Nota 8.2.).

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures foram aprovadas para emissão em Conselho de Administração da Sociedade realizado em 9 de março de 2023 e encontram-se disponíveis para consulta na sua sede. É opinião do Conselho de Administração Executivo que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2022 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 12/2005 de 9 de dezembro e do Regulamento nº 3/2015, publicado em Diário da República de novembro de 2015.

Deve entender-se como fazendo parte das normas do SNC o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 8254/2015), os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria nº 220/2015), o Código de Contas (Portaria nº 218/2015), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 8256/2015) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho).

O Regulamento da CMVM nº 12/2005 supramencionado, define para modelo de organização da contabilidade das Sociedades de Capital de Risco e dos Fundos de Capital de Risco, o Plano Oficial de Contabilidade o qual foi revogado, a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, passando-se a utilizar o SNC com as especificidades previstas no referido regulamento.

Com a publicação do Regulamento da CMVM nº 3/2015, alterado pelo Regulamento n.º 5/2020, é efetuada a revisão das regras de avaliação de ativos de capital de risco, passando a incluir o uso de metodologias internacionalmente reconhecidas, nomeadamente aquelas promovidas pela *Invest Europe* (ex-European Private Equity and Venture Capital Association - EVCA).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

ly
HT

MB

Ad

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2022 quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC, constituindo exceção conforme o mencionado na parte final da Nota 4.4, que trata do regime específico do capital de risco.

2.3. Comparabilidade das contas das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras no ano de 2022, são comparáveis com os do exercício anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1. Conversão Cambial

4.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures e respetivas notas deste anexo são representadas em euros, salvo indicação em contrário.

4.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

4.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição (ou custo de aquisição reavaliado, com base nos diplomas legais ou em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas).

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparação e conservação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que foram incorridos.

As depreciações e as amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes.

As taxas de amortização utilizadas são as máximas fiscalmente aceites como gasto, as quais não diferem da vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

H
13

11

Vida útil	Anos
Terrenos	não amortizados
Edifícios e outras construções (Incluindo grandes reparações e beneficiações)	8 a 50
Equipamento de transporte	6
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 7

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

4.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por *software*. Estes ativos são amortizados por duodécimos, segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil esperada e às taxas máximas

permitidas por lei. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Programas de computadores	3

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- Preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Portugal Ventures valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

4.4. Participações Financeiras

A carteira de ativos de capital de risco que integram o património da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2022 encontra-se valorizada conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM nº3/2015, alterado pelo Regulamento n.º 5/2020, e compreende:

- Participações de Capital
- Empréstimos concedidos - Suprimentos
- Outros investimentos financeiros – Unidades de participação de Fundos de Capital de Risco

6
1.1
1.3

11

A rubrica “Participações financeiras – outros métodos” inclui as Unidades de Participação detidas em Fundos de Capital de Risco geridos pela Portugal Ventures.

A metodologia de avaliação aplicada teve em consideração, além do estabelecido no referido Regulamento da CMVM, as melhores práticas internacionais seguidas no setor e baseia-se nas recomendações da Invest Europe, de acordo com as *International Private Equity and Venture Capital (IPEV) Valuation Guidelines*, nomeadamente:

- A valorização de cada investimento de capital de risco é efetuada em cada data de reporte com periodicidade mínima semestral.
- A observação de consistência nas metodologias e critérios usados no processo de avaliação.
- A observação de coerência na avaliação de ativos com características semelhantes.
- A determinação do justo valor de cada ativo na data de reporte.
- A seleção da metodologia de avaliação apropriada e que incorpora o máximo de informação disponível acerca de todos os fatores que afetam materialmente o justo valor do investimento.

As metodologias de avaliação utilizadas na análise da tipologia dos diferentes ativos alvo de investimento pela Portugal Ventures encontram-se devidamente enquadradas no Regulamento interno de Avaliação de Ativos de Capital de Risco.

Com a alteração do perfil de investimentos e novos instrumentos financeiros realizados atualmente pela Portugal Ventures, sentiu-se a necessidade de realizar uma revisão/atualização do Regulamento interno de Avaliação de Ativos de Capital de Risco, pelo que, com o apoio de empresa de consultoria externa, foi concluído em maio de 2022 um novo Regulamento, remetido à CMVM e que veio substituir o anteriormente em vigor, já esse resultado de um trabalho de consultoria de fevereiro de 2013. Este novo Regulamento, implementado com efeitos à avaliação de 30 de junho de 2022, preza pela sistematização das opções metodológicas que são tomadas no processo de avaliação e dos critérios identificados para a seleção de metodologia. Tendo presente a predominância de investimentos feitos pela Portugal Ventures em estágios *seed* e *early-stage* foram desenvolvidas e verificada a aplicação à carteira de novas metodologias, bem como introduzidas melhorias na definição de parâmetros que permitem a determinação de justo valor pelo Método de Venture Capital. O Regulamento, explicita as

metodologias e os critérios de avaliação aplicadas ao património do Fundo e dos quais resulta o reconhecimento não só das menos-valias potenciais como também das mais-valias potenciais. É efetuada ainda a avaliação autónoma e respetivo reconhecimento patrimonial dos acordos de aquisição ou de alienação a prazo existentes, associados a participações societárias. O regulamento interno de avaliação incorpora as seguintes regras gerais abaixo mencionadas:

I. Avaliação de ativos não negociados em mercado organizado:

- a. Nos primeiros doze meses desde o momento de aquisição será utilizado o critério do Valor de Aquisição, salvo se tiver ocorrido algum evento que provoque a alteração dos factos e circunstâncias que determinaram a realização do investimento, caso em que deverá ser adotado qualquer um dos restantes critérios do Método do Justo Valor.
- b. São objeto de avaliação todas as participações sociais (ou de ativos equiparáveis) detidas pelo Fundo, há mais de doze meses, às quais é aplicado o Método do Justo Valor. A escolha dos critérios abaixo identificados depende da fase de investimento em que se encontra o projeto:
 - Transações materialmente relevantes, efetuadas por entidades independentes nos últimos 12 meses face à data de avaliação.
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor, dimensão e rentabilidade – Esta metodologia corresponde à aplicação de um múltiplo de Vendas, EBITDA ou Resultado Líquido sobre o respetivo indicador do negócio alvo de avaliação. Inclui-se aqui a metodologia utilizada na avaliação de investimentos de venture capital em fase de *Early stage* (Método Venture Capital).
 - Fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados) – O valor do ativo consiste no somatório dos fluxos de caixa futuros gerados na sua vida útil, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto compatível com o nível de risco inerente (a uma taxa de custo médio ponderado do capital).
 - Último valor patrimonial divulgado pela entidade responsável pela gestão quanto a participações em Fundos de Capital de Risco.
 - Outros internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, a abordagem de avaliação simplificada que consiste na apreciação da performance da participada e do panorama

4
M
13

101

económico, de forma a aferir se existem evidências que informem uma revisão em baixa da última estimativa de Justo Valor ou, por oposição, a manutenção da mesma.

II. Avaliação de ativos negociados em mercado regulamentado:

A avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado organizado é realizada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 30º e 31º do Regulamento da CMVM n.º 3/2020. Assim, a avaliação de instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado terá por base o último preço verificado no momento de referência.

No caso dos preços praticados em mercado regulamentado não serem considerados representativos, mediante autorização da CMVM, são aplicados os preços resultantes da aplicação dos seguintes critérios:

1. Adoção de critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas.
2. Na impossibilidade de aplicação da regra referida no número anterior, a entidade responsável pela gestão recorre a modelos de avaliação independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

A falta de representatividade do preço e das transações efetuadas em mercado regulamentado é estabelecida caso (a) o *free float* da empresa seja inferior a 15% ou (b) a empresa apresente capitais próprios negativos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado.

III. Avaliação dos contratos associados

Nos casos em que exista disposição contratual para a determinação do preço de venda da participação, procede-se à sua avaliação reportada ao momento da avaliação da carteira. Existindo mais do que um método para a sua determinação, adota-se o valor identificado como o mínimo aplicável, ou, não existindo esse mínimo, aquele que se revela o mais prudente.

O valor do acordo, assim determinado, corresponde ao valor máximo pelo qual o ativo em causa é reconhecido patrimonialmente e que corresponderá ao valor final de avaliação do ativo detido pelo Fundo.

IV. Os créditos e outros instrumentos com natureza de dívida:

No que concerne aos créditos e outros instrumentos com natureza de dívida de capital de risco, enquadráveis na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros, optamos por respeitar o modelo de contabilização inerente ao conceito de perdas por imparidade, mais precisamente do que decorre do custo amortizado (al. a), do parágrafo 27 da NCRF 27), aplicando-se em consequência as rubricas 65 e 76, pela contabilização das perdas por imparidade e das suas reversões. Assim:

- a. São avaliados segundo a metodologia dos fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados), tendo em consideração (i) as condições de reembolso e remuneração dos contratos associados e (ii) a taxa de juro de mercado e o risco de crédito do mutuário vigente à data da avaliação.
- b. São analisadas as situações excecionais onde o valor de aquisição é ajustado de acordo com uma matriz construída com base no histórico de recuperação de créditos, considerando expectativas de realização e quantias de incobráveis.

V. Parâmetros utilizados na avaliação de justo valor dos ativos:

Conforme disposto no Regulamento de Avaliação da Portugal Ventures são assumidos pressupostos de evolução da atividade das empresas participadas, bem como são aplicados parâmetros fundamentais para a determinação do Justo Valor dos ativos, parâmetros esses fixados no início do processo de avaliação em cada semestre e entre os quais identificamos os seguintes:

- *Taxa de juro sem risco* - mediana dos últimos seis meses, desde a última avaliação, das Yields com maturidade a dez anos, de obrigações dos países membros da zona Euro com rating AAA, obtida através da base de dados do Banco Central Europeu;
- *Prémio de risco de mercado* – com base num intervalo resultante da média dos últimos 6 meses, desde a última avaliação, do *Expected growth rate*, do *Equity Risk Premium* e do *Equity Risk Premium Smoothed* disponíveis na base de dados *Damodaran*;

4
H
Sub

16

- *Country Risk Premium* - que mede o risco adicional de investimento em determinadas geografias associado a instabilidade económica ou política que as mesmas atravessam, disponível na base de dados Damodaran;
- *Beta* - permite medir a volatilidade de um ativo relativamente à volatilidade do mercado, obtido a partir da base de dados Damodaran;
- *Debt to Equity Ratio (D/E)* - o *Debt to Equity Ratio* deverá corresponder a uma estrutura alvo para a empresa em questão. Assim e, caso essa informação não esteja disponível, é utilizada a informação na base de dados Damodaran referente à média dos sectores de atividade adequados;
- *Prémio small cap* – prémio incorporado no cálculo do retorno exigido ao capital próprio, tendo como base de referência a teoria desenvolvida por Roger G. Ibbotson utilizando como princípio os valores Ibbotson de "Low-Cap", "Micro-Cap" e "Medium-Cap". A atribuição de um *Small cap premium* é determinada considerando o valor dos Capitais Próprios à data da avaliação, sendo que para tal se recomenda a aplicação do Múltiplo P/E da(s) indústria(s) do investimento, ao Resultado Líquido à data da avaliação:

Valor dos Capitais Próprios em milhares de EUR		Prémio	
€289.802	-	€9.893.168	-0,28%
€122.506	-	€284.699	0,50%
€61.694	-	€122.111	0,73%
€40.198	-	€61.660	0,79%
€25.064	-	€40.186	1,10%
€15.656	-	€25.036	1,34%
€9.264	-	€15.550	1,47%
€4.809	-	€9.264	1,59%
€2.144	-	€4.806	2,22%
€ 18	-	€2.142	4,99%

Quando determinada a valorização do ativo são registados os aumentos ou reduções de justo valor nas respetivas contas de rendimentos ou gastos e na rubrica de ajustamentos de participações financeiras no Balanço.

Os ativos financeiros detidos pela Portugal Ventures e que o sejam, igualmente, por outro Fundo de Capital de Risco gerido pela Portugal Ventures, são uniformemente avaliados quanto aos métodos, critérios e pressupostos.

À Portugal Ventures é aplicável o disposto no Regulamento da CMVM nº 12/2005.

Conforme preâmbulo ao Regulamento da CMVM nº 12/2005, estabelece-se que, por princípio, as SCR e FCR não consolidam contas com as respetivas participadas, sendo a opção em contrário sujeita a prévia autorização pela CMVM, remetendo ainda para o POC (atual SNC) e para o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho (atual Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro). No entanto, a Portugal Ventures não detém participações financeiras em subsidiárias enquadráveis no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, nem nos parágrafos 4 a 7 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, razão pela qual não são preparadas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações financeiras compreendem:

Participações Financeiras	Sede	Atividade principal	Portugal Ventures, SA		Outros detentores de capital	
			% de capital detido		% de capital detido	
			31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Associadas						
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	Fundo de capital de risco	41,1%	41,1%	58,9%	58,9%
FCR Portugal Ventures Blocant	Porto	Fundo de capital de risco	37,7%	37,7%	62,3%	62,3%
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Porto	Fundo de capital de risco	42,7%	42,7%	57,3%	57,3%
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	Porto	Fundo de capital de risco	48,1%	48,1%	51,9%	51,9%
Outras entidades						
Crítica Links, SA	Coimbra	Programação informática	1,7%	1,7%	98,4%	98,4%
FCR Portugal Ventures ACTec II	Porto	Fundo de capital de risco	17,2%	17,2%	82,8%	82,8%
FCR Portugal Ventures GPI	Porto	Fundo de capital de risco	6,5%	6,5%	93,5%	93,5%
FCR Azores Ventures	Porto	Fundo de capital de risco	9,1%	9,1%	90,9%	90,9%
FCR Portugal Ventures Universitas	Porto	Fundo de capital de risco	14,8%	14,8%	85,2%	85,2%
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	Porto	Fundo de capital de risco	12,0%	12,0%	88,0%	88,0%
FCR Atlântico	Porto	Fundo de capital de risco	6,6%	6,6%	93,4%	93,4%

Dado que o normativo contabilístico aplicável ao regime de capital de risco, constante do regulamento da CMVM nº 3/2015, se sobrepõe às normas SNC sobre a valorimetria das participações financeiras, não foram aplicadas na íntegra as NCRF's 13, 14 e 15 que tratam, respetivamente, "Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas", "Concentrações de atividades empresariais" e "Investimentos em subsidiárias e consolidação". Deste modo, os critérios de valorimetria das participações financeiras conduzem à contabilização de ajustamentos positivos e negativos, pela sua avaliação ao justo valor, em subcontas autónomas das rubricas 411, 412 ou 414, por contrapartida das rubricas 66 e 77.

4
M
Feb

Q

4.5. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

4.6. Locações

As operações de locação são mensuradas como locação financeira ou locação operacional em função da sua substância, cumprindo os critérios definidos na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis. São mensurados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são reconhecidas como locações operacionais. Os contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

4.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de clientes e créditos a receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos da atividade normal da sociedade. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao

justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em 'Imparidades de créditos a receber', sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

4.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

4.9. Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2022, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

4.10. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar constituem obrigações a liquidar por fornecimentos à atividade normal da Portugal Ventures. Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

4.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Um ativo por impostos diferidos só é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista lucro tributável relativamente ao qual a diferença temporária possa ser usada.

No exercício de 2022, a Sociedade manteve-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, beneficiando ainda do previsto no artigo 32^º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aditado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido revogados os n.º (s) 1 e 2 do referido artigo pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

4.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Portugal Ventures tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

4.13. Reconhecimento de gastos e de rendimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

4.14. Prestação de serviços

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Portugal Ventures. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

4.15. Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases, relativamente aos juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; em relação aos dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Portugal Ventures (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

4.16. Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Portugal Ventures mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício ou obrigação económica no futuro.

4.17. Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que

envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Justo valor das participações financeiras: o justo valor das participações financeiras que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações realizadas internamente. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados.

b) Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

4.18. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. As ocorrências que sucedam após a data do balanço mas que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras quando sejam materialmente relevantes.

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Portugal Ventures não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para o exercício apresentado.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2022	31-12-2021
Depósitos à ordem	7 469 507	5 784 297
Outros depósitos bancários	7 100 000	7 721 000
Numerário	3 157	2 708
Total	14 572 665	13 508 004

A rubrica "outros depósitos bancários" respeitam a aplicações de curto prazo de capital garantido.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Ativo fixo tangível	31-12-2022					Total
	Terrenos e construções	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativo bruto						
Saldo inicial (final de n-1)	169 669	1 632 858	106 293	462 211	17 910	2 388 941
Adições	-	-	-	10 622	-	10 622
Alienações	-	-	-	(2 466)	-	(2 466)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	169 669	1 632 858	106 293	470 366	17 910	2 397 096
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial (final de n-1)	-	1 108 610	100 755	432 211	16 840	1 658 415
Depreciações do exercício	-	42 696	2 766	14 072	395	59 929
Outras variações	-	-	-	(2 466)	-	(2 466)
Saldo final	-	1 151 306	103 521	443 817	17 235	1 715 878
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial (final de n-1)	-	1 108 610	100 755	432 211	16 840	1 658 415
Saldo final	-	1 151 306	103 521	443 817	17 235	1 715 878
Valor líquido	169 669	481 553	2 772	26 550	675	681 219

4
J.1
pub

AK

Ativo/Ativo Tangível	31-12-2022					Total
	Terrénos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento material	Depreciações acumuladas	Outras perdas por imparidade	
Ativo bruto						
Saldo inicial (final de n-1)	169 669	1 632 858	226 293	534 289	17 910	2 581 019
Adições	-	-	-	6 192	-	6 192
Alienações	-	-	(120 000)	(78 271)	-	(198 271)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	169 669	1 632 858	106 293	462 211	17 910	2 388 941
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial (final de n-1)	-	1 064 804	217 990	494 517	16 444	1 793 755
Depreciações do exercício	-	43 805	2 766	15 867	395	62 833
Outras variações	-	-	(120 000)	(78 174)	-	(198 174)
Saldo final	-	1 108 610	100 755	432 211	16 840	1 658 415
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial (final de n-1)	-	1 064 804	217 990	494 517	16 444	1 793 755
Saldo final	-	1 108 610	100 755	432 211	16 840	1 658 415
Valor líquido	169 669	524 249	5 538	30 000	1 070	730 526

O excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis é de 148.271 euros, conforme se discrimina no quadro:

Ativo/Ativo Tangível	31-12-2022				31-12-2021			
	Valor de revalorização	Valor líquido	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Valor de revalorização	Valor líquido	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrénos e recursos naturais	1993	127 193	42 476	169 669	1993	127 193	42 476	169 669
Edifícios e outras construções	1998	337 452	105 795	443 247	1998	355 569	111 738	467 308
		464 645	148 271	612 916		482 763	154 214	636 977

Os valores indicados são líquidos de depreciações e englobam as sucessivas reavaliações, as quais foram efetuadas com base em diplomas legais (Decretos-Lei nºs 264/92 e 31/98).

No exercício de 2022, as depreciações do ativo "Edifícios e outras construções", revalorizadas ao abrigo dos diplomas legais, totalizaram 24.061 euros sendo que deste montante 18.117 euros correspondem ao valor das depreciações incidentes sobre o seu custo histórico. O aumento anual das depreciações em resultado das revalorizações é, assim, de 5.943 euros dos quais 40% não são aceites como custo fiscal.

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 59.929 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativo Intangível	31.12.2022			31.12.2021		
	Depreciações acumuladas		Total	Depreciações acumuladas		Total
	Com imparidade			Com imparidade		
	Depreciações acumuladas	Ativos Intangíveis		Depreciações acumuladas	Ativos Intangíveis	
Ativo Bruto						
Saldo inicial (final de n-1)	408 570	0	408 570	395 385	0	395 385
Adições	-	31 355	31 355	-	13 185	13 185
Transferências	20 844	(20 844)	-	13 185	(13 185)	-
Saldo final	429 414	10 511	439 925	408 570	0	408 570
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial (final de n-1)	374 868	-	374 868	345 747	-	345 747
Depreciações do exercício	19 069	-	19 069	29 121	-	29 121
Saldo final	393 937	-	393 937	374 868	-	374 868
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
	393 937	-	393 937	374 868	-	374 868
Valor líquido						
	35 477	10 511	45 989	33 702	0	33 702
Vida útil estimada (em anos)						
	3 anos			3 anos		

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 19.069 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. Participações financeiras (outros métodos)

No quadro seguinte é apresentada a variação da rubrica participações financeiras (outros métodos):

Handwritten initials/signature.

Handwritten initials/signature.

Participações financeiras (outros métodos)	31/12/2022	31/12/2021
	Outros métodos	
	NAV (UP's em FCR)	
Valor bruto:		
Saldo inicial (final de n-1)	37 260 300	24 809 982
Aquisições	-	3 005 855
Liquidação e encerramento	-	(2 919 800)
Outros desinvestimentos (*)	(748 359)	(5 090 764)
Revalorizações	2 058 385	11 650 767
Outras variações	134 222	5 804 260
Saldo final	38 704 549	37 260 300
Ativo líquido	38 704 549	37 260 300

(*) Operações de Redução de Capital

Os valores inscritos na rubrica "liquidação e encerramento" e "outros desinvestimentos" correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica "outras variações" respeitam ao valor da utilização dos ajustamentos afetos às liquidações e outros desinvestimentos.

As revalorizações, variações de justo valor, estão decompostas na Nota 27.

Os desinvestimentos em 2022 são como constam dos quadros seguintes:

Outros Desinvestimentos	Atividade	Direitos de voto do investidor	Custo aquisição
Partes de Capital			
FCR Portugal Ventures GPI	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 307 524
FCR Portugal Ventures GPI	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 157 862
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 282 973
			748 359

(*) Operações de Redução de Capital

Em 2021, os investimentos e desinvestimentos foram como constam do quadro seguinte:

Aquisições	Atividade	Direção de voto adquiridos	Custo aquisição
Partes de Capital			
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	Fundo de Capital de Risco	-	2 405 855
FCR Atlântico	Fundo de Capital de Risco	-	600 000
			3 005 855

Liquidações / Outros Desinvestimentos	Atividade	Direção de voto desinvestidos	Custo aquisição
Partes de Capital			
FCR Portugal Ventures ACTec II	Fundo de Capital de Risco		(*) 200 503
FCR Portugal Ventures ACTec II	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 353 022
FCR Portugal Ventures Early Stage	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 1 368 245
FCR Portugal Ventures Global 2	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 2 687 980
FCR Portugal Ventures GPI	Fundo de Capital de Risco	-	(*) 481 015
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	Fundo de Capital de Risco	-	(**) 2 919 800
			8 010 564

(*) Operações de Redução de Capital

(**) Liquidação e Encerramento do FCR

Os principais indicadores relativamente às participações financeiras em associadas são os seguintes:

Participações Financeiras	Sede	Porcentagem	Ativos	Capital próprio	Resultado líquido	Exercício
Associadas						
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	50,0%	19 283 158	17 552 103	10 981 802	31/12/2021
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	41,1%	1 370 462	1 348 885	12 562	31/12/2021
FCR Portugal Ventures Blocant	Porto	37,7%	3 851 004	3 816 765	1 716 639	31/12/2021
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Porto	42,7%	10 547 908	10 360 973	4 161 097	31/12/2021
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	Porto	48,1%	33 119 098	33 051 938	6 634 870	31/12/2021

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a carteira de ativos da Portugal Ventures foi avaliada nos termos estabelecidos na Nota 4.4.

A Comissão do Mercado de Valores de Mobiliários (CMVM), no intuito de uniformizar os critérios de avaliação das participações de capital de risco veio, através do seu Regulamento nº 3/2015, limitar a definição das metodologias e dos critérios de avaliação dos ativos de capital de risco, bem como definir a periodicidade mínima semestral da avaliação e da prestação da informação documental à mesma entidade reguladora.

No âmbito do postulado no Regulamento da CMVM n.º 12/2005 – Contabilidade das sociedades e dos fundos de capital de risco – a referida avaliação dos ativos será um reconhecimento patrimonial dos ativos com as inerentes repercussões ao nível contabilístico.

8.2. Informações exigidas pelo Regulamento da CMVM n.º 12/2005 - Composição Discriminada da Carteira de Capital de Risco

I – Discriminação das Participações sociais em capital de risco

Participação	Classe Valorizadora	Valor de aplicação (€)	Valor em carteira (€)	Por cento da participação	Tempo de titularidade das participações	Valor ativo operacional (€)
Participações Sociais						
Critical Links, SA	Outros	-	-	1,65	2,29	-
Suprimentos						
Critical Links, SA	Outros	-	-	-	2,29	-
Unidades de Participação em FCR						
FCR Portugal Ventures Global 2	NAV / Justo Valor	8 904 381	9 125 088	49,99	23,60	25,164
FCR Portugal Ventures GPI	NAV / Justo Valor	351 207	324 328	6,55	17,81	0,993
FCR Azores Ventures	NAV / Justo Valor	100 000	32 064	9,09	11,97	0,283
FCR Portugal Ventures Internacionalização	NAV / Justo Valor	5 647 027	4 862 411	42,75	11,72	15,959
FCR Portugal Ventures Early Stage	NAV / Justo Valor	1 131 756	540 377	41,11	11,26	3,198
FCR Portugal Ventures ACTec II	NAV / Justo Valor	488 319	124 896	17,17	13,36	1,380
FCR Portugal Ventures Universitas	NAV / Justo Valor	511 525	1 874 021	14,85	11,02	1,446
FCR Portugal Ventures Biocant	NAV / Justo Valor	1 500 000	1 382 608	37,72	11,02	4,239
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	NAV / Justo Valor	3 345 031	2 860 574	11,96	7,55	9,453
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	NAV / Justo Valor	12 805 855	17 027 435	48,12	4,94	36,190
FCR Atlântico	NAV / Justo Valor	600 000	550 746	6,61	1,47	1,696
Total no Exercício		35 385 101	38 704 549			
Total no Ano anterior		36 133 460	37 260 300			

II – Operações a prazo sobre participações sociais em capital de risco

A Portugal Ventures não tem acordos parassociais onde se encontra prevista a venda a prazo, à data de 31 de dezembro de 2022.

Garantias prestadas e recebidas pelas SCR

A Sociedade não tem quaisquer responsabilidades por garantias prestadas, bem como não existe qualquer garantia a seu favor.

8.3. Informação complementar – Fundos geridos/participados pela sociedade

A Portugal Ventures para além da sua qualidade de Sociedade gestora participa no capital social de onze Fundos, detendo em cada um as seguintes unidades de participação:

Fundo	2022	2021
FCR Portugal Ventures Global 2	1 132,932	1 132,932
FCR Azores Ventures	10,000	10,000
FCR Portugal Ventures Early Stage	2 263,511	2 263,511
FCR Portugal Ventures ACTec II	467 102,279	467 102,279
FCR Portugal Ventures Universitas	102,305	102,305
FCR Portugal Ventures Biocant	30,000	30,000
FCR Portugal Ventures GPI	14,134	32,863
FCR Portugal Ventures Internacionalização	5 647,027	5 930,000
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	404 599,244	404 599,244
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	1 303 823,826	1 303 823,826
FCR Atlântico	600,000	600,000
	2 185 325,258	2 185 626,960

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Outros investimentos financeiros” regista o valor de 4.901 euros (3.398 euros em 2021), referente às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

10. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 existem contratos de locação operacional, referente a catorze viaturas ligeiras de passageiros.

Categoria Operacional	Prazo de validade		Custos registados		Pagamentos, incluindo das locações	
	Início	Fim	31-12-2022	31-12-2021	até 31-12-2022	até 31-12-2021
Equipamento de transporte	28/12/2018	27/12/2025	66 544	47 289	62 105	47 221
			66 544	47 289	62 105	47 221

4
M
Jus

AS

À data de 31 de dezembro de 2022 não existem situações de rendas contingentes e os contratos celebrados não contemplam opção de compra.

11. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Clientes	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente	1 180 639	-	1 180 639	1 039 187	-	1 039 187
Clientes de cobrança duvidosa	130 873	130 873	-	131 869	131 869	-
Total	1 311 512	130 873	1 180 639	1 171 056	131 869	1 039 187

O valor inscrito em clientes respeita a prestação de serviços de consultadoria no acompanhamento da atividade de participadas da Sociedade e/ou dos Fundos que gere, bem como às comissões de gestão faturadas aos Fundos geridos pela Sociedade (Nota 21 e 33).

Imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidas reversões de perdas por imparidade líquidas no valor de 997 euros (Nota 25). A variação das imparidades de clientes é conforme mapa que segue:

Variação das Imparidades de Clientes		
	31-12-2022	31-12-2021
Saldo inicial	131 869	347 237
Dotações	-	-
Reversões/Utilizações	(997)	(215 368)
Imparidades acumuladas	130 873	131 869

As perdas por imparidade para clientes foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

As quantias que se espera sejam recuperadas, num prazo superior a doze meses da data do balanço, são conforme mapa que segue:

Clientes	Quantias a recuperar num prazo superior a doze meses	
	até 31-12-2023	após 31-12-2023
Clientes, conta corrente	1 180 639	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-
Total	1 180 639	-

12. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta a seguinte decomposição:

Adiantamentos a fornecedores	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Adiantamento a fornecedores - gerais	-	-	-	190	-	190
Total	-	-	-	190	-	190

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

Handwritten marks: a blue checkmark and the number '4' at the top right, and a blue signature 'A' and 'JMB' on the right side.

Estado e outros entes públicos	31-12-2022	31-12-2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	967	20 816
Imposto sobre o valor acrescentado	194	-
Total	1 162	20 816
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	47 506	-
Retenção de imposto sobre o rendimento	49 171	36 668
Imposto sobre o valor acrescentado	427	7 331
Contribuições para a Segurança Social	45 894	40 331
Tributos das autarquias locais	1 805	1 787
Total	144 804	86 118

Os valores constantes do passivo respeitam essencialmente a movimentos registados no mês de dezembro de 2022, sendo exceção o valor inscrito na rubrica do imposto sobre o valor acrescentado que, de acordo com os prazos estabelecidos no respetivo código, inclui também o valor do IVA a entregar ao Estado relativo ao imposto apurado no mês de novembro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas tem a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
- Imposto sobre o rendimento	(48 000)	(26 995)
- Pagamentos por conta	-	46 131
- Retenções na fonte	1 461	1 680
	(46 539)	20 816

À data de 31 de dezembro de 2022 não existiam dívidas em mora à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

14.1 Créditos a receber (não corrente)

A rubrica de créditos a receber (não corrente) em 31 de dezembro de 2022, apresenta a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber - não corrente	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores Diversos	239 999	232 210	7 789	252 021	232 210	19 810
Total	239 999	232 210	7 789	252 021	232 210	19 810

A rubrica de devedores diversos respeita à alienação com pagamento diferido, da participação de capital de risco da Wyse - Rede Diagnóstico.

14.2 Outros créditos a receber (corrente)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

Outros créditos a receber - corrente	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	1 289	-	1 289	1 537	-	1 537
Devedores por acréscimos de rendimentos	602 711	18 132	584 578	573 218	18 132	555 086
Devedores Diversos	1 624 065	556 115	1 067 950	1 624 215	556 115	1 068 100
Fornecedores Gerais	-	-	-	3	-	3
Total	2 228 064	574 247	1 653 818	2 198 973	574 247	1 624 726

O valor inscrito na rubrica de “devedores por acréscimo de rendimentos” respeita essencialmente a comissões de gestão (581.539 euros) e juros a receber de depósitos (2.993 euros).

A rubrica de “devedores diversos” respeita essencialmente a alienações com pagamento diferido de participações de capital de risco e cedência de créditos.

As perdas por imparidade para créditos a receber foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

As quantias que se espera sejam recuperadas, num prazo superior a doze meses da data do balanço, são conforme mapa que segue:

Outros créditos a receber	Quantias a recuperar num prazo superior a doze meses	
	até 31-12-2023	após 31-12-2023
Devedores Diversos	1 067 950	7 789
Total	1 067 950	7 789

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 a sociedade tem registado na rubrica diferimentos os seguintes saldos:

Diferimentos	31-12-2022	31-12-2021
Diferimentos - Ativo Gastos a reconhecer	38 832	132 013
Total	38 832	132 013

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos, nomeadamente a renda das instalações de Lisboa, prémios de seguros, serviços especializados e a licenciamento informático.

16. CAPITAL SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2022, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 8.082.530 ações de valor nominal unitário de 5 euros.

O capital social da Portugal Ventures apresenta a seguinte repartição acionista:

Accionista	Capital Subscrito	
	Valor nominal	%
Banco Português de Fomento, S.A.	32 291 620 €	79,90
Banco Comercial Português, S.A.	2 534 930 €	6,27
Banco BPI, S.A.	2 503 205 €	6,19
Novo Banco, S.A.	1 527 595 €	3,78
Banco Santander Totta, S.A.	1 009 935 €	2,50
Petrogal, S.A.	504 965 €	1,25
Generali Seguros, S.A.	12 625 €	0,03
Citibank Europe Plc - Sucursal em Portugal	12 625 €	0,03
Banco Efisa, S.A.	5 050 €	0,01
Montepio Holding, SGPS, S.A.	5 050 €	0,01
Banco BIC Português, S.A.	5 050 €	0,01
Total	40 412 650 €	100,00

Nos termos do disposto no artigo 447^º do Código das Sociedades Comerciais os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Portugal Ventures não possuem nem nunca possuíram qualquer ação representativa do capital social da Sociedade.

17. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

Reservas / Resultados Transitados	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados
Quantia em 01-01-2021	1 060 073	1 468 167	186 395
<i>Resultados Transitados</i>			(814 272)
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3 577
Quantia em 31-12-2021	1 060 073	1 468 167	(624 301)
<i>Resultados Transitados</i>			11 412 701
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	600 668		
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3 577
Quantia em 31-12-2022	1 660 742	1 468 167	10 791 977

4
M
K3

RA

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da PORTUGAL VENTURES, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

Do montante apresentado em Resultados Transitados, apenas releva para poderem ser distribuídos aos sócios, o montante de 7.854.953 euros (sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três euros), detalhe no seguinte quadro:

Descrição	Valores
Resultados Transitados - Aprovados	9 116 016
Ganhos de justo valor acumuladas	(1 261 063)
Resultados elegíveis para distribuição	7 854 953

18. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram os seguintes movimentos:

Excedentes de revalorização	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis		Excedente de revalorização total
	Terrenos	Edifícios	
Quantia em 01-01-2021	28 996	72 277	101 273
Amortizações e imparidades		(4 112)	(4 112)
Outros movimentos		535	535
Quantia em 31-12-2021	28 996	68 700	97 696
Amortizações e imparidades		(4 112)	(4 112)
Outros movimentos		535	535
Quantia em 31-12-2022	28 996	65 124	94 120

O valor inscrito na rubrica amortizações e imparidades respeita à realização da reserva no exercício pela via das depreciações dos bens revalorizados ao abrigo do Decreto-Lei 31/98, correspondendo o valor inscrito na rubrica outros movimentos à quantia do imposto diferido passivo gasto no exercício relativamente à percentagem (40%) do aumento das depreciações não aceite como gasto fiscal.

4
M
puz

A

Existem restrições na distribuição aos acionistas dos excedentes de revalorização, dado que de acordo com o Código da Sociedades Comerciais os mesmos não podem ter as aplicações permitidas por lei enquanto não realizados.

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c Gerais	42 396	35 822
Total	42 396	35 822

O valor inscrito na rubrica de fornecedores gerais respeita essencialmente a fornecimentos e serviços externos, os quais são regularizados nos prazos de vencimento contratados.

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a decomposição da rubrica de outras dívidas a pagar, é conforme segue:

Outras dívidas a pagar	31-12-2022	31-12-2021
Passivo não corrente		
Credores Diversos	5 319	5 319
Total	5 319	5 319
Passivo corrente		
Pessoal	270	1 022
Acionistas	394	394
Fornecedores de investimentos	10 551	1 845
Credores por acréscimos de gastos	411 719	359 586
Credores por subscrições não liberadas	-	225 000
Credores diversos	5 656	3 766
Total	428 590	591 613

A rubrica de "passivos não correntes" respeita a um crédito decorrente do "Processo Poltec".

Handwritten initials

Handwritten initials

A rubrica de “credores por acréscimos de gastos” inclui o gasto do exercício inerente a gastos com o pessoal – férias, subsídios de férias e respetivos encargos para a Segurança Social, que se vencem em 01 de janeiro de 2023 e cujo montante totaliza 305.904 euros.

21. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados		2022	2021
OPERACÕES EM CONTINUAÇÃO			
Prestações de Serviços			
Mercado Interno			
Comissões Gestão dos FCR's	i)	4 547 866	4 203 271
Prestação de serviços - outros	ii)	50 617	83 157
Total		4 598 483	4 286 428

Os serviços prestados têm o seguinte detalhe:

- i) As comissões de gestão sobre os Fundos sob gestão constituem a forma de remuneração da entidade gestora pelo exercício das respetivas funções. Conforme o disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures deve ser paga à entidade gestora uma comissão de gestão com referência ao último dia útil, a suportar pelo respetivo Fundo.
Estas comissões são calculadas em base trimestral sendo exceção a relativa ao FCR Portugal Ventures GPI que é calculada em base semestral, a do FCR Portugal Gateway calculada em base quadrimestral e a do FCR Azores Ventures, calculada em base anual (Nota 33);
- ii) Esta rubrica refere-se a serviços prestados a sociedades participadas diretamente pelos Fundos sob gestão da Portugal Ventures, incluindo as comissões de montagem de operações de capital de risco.

Adicionalmente, os Regulamentos prevêem, em alguns casos, a possibilidade de ser atribuída, uma percentagem sobre o saldo positivo do capital realizado face ao capital próprio apurado na liquidação dos Fundos.

O detalhe das comissões de gestão por Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Comissões de gestão por fundo	2022	2021
FCR Portugal Capital Ventures Valor 2	1 138 098	1 048 098
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	300 000	300 000
FCR Azores Ventures	33 093	33 093
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	0	24 017
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	79 904	94 209
FCR Portugal Capital Ventures ACTEC II	61 254	78 405
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	39 450	46 621
FCR Portugal Capital Ventures Blocant	65 567	65 567
FCR Portugal Capital Ventures GPI	158 540	267 936
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	142 988	159 660
FCR Portugal Capital Ventures Turismo	175 084	207 048
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	488 935	594 937
FCR Turismo Crescimento	911 743	811 743
FCR Portugal Ventures Tech Competitiveness	243 979	226 561
FCR Portugal Gateway	388 501	159 863
FCR Transmissão e Alienação	102 445	70 017
FCR Portugal Atlântico	218 285	15 495
	4 547 866	4 203 271

22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como em 2021, esta rubrica não teve movimento.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos apresentam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos		2022	2021
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	i)	654 214	245 777
Publicidade e propaganda	ii)	138 353	10 427
Vigilância e segurança		2 071	2 013
Honorários	iii)	138 536	235 798
Conservação e reparação		15 366	18 949
Materiais			
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		709	4
Livros e documentação técnica	iv)	47 730	43 878
Material de escritório		7 209	4 193
Artigos para oferta		152	40
Outros materiais		108	-
Energia e fluidos			
Eletricidade		14 084	7 761
Combustíveis		30 569	18 381
Água		760	617
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas		23 336	8 365
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	v)	194 063	174 488
Comunicação		21 557	20 090
Seguros		6 654	3 633
Contencioso e notariado		1 877	753
Despesas de representação		11 904	21 798
Limpeza, higiene e conforto		42 292	40 546
Outros serviços	vi)	20 128	18 969
Total		1 371 669	876 481

- i) **Trabalhos especializados:** inclui o gasto suportado com o trabalho realizado pelos Orgão de fiscalização, Revisor Oficial de Contas, consultadoria jurídica, fiscal, informática e outros serviços solicitados ao longo do ano, o aumento desta rubrica face a 2021 justifica-se essencialmente com os serviços de consultadoria e assistência técnica da Kigeni Ventures referente à gestão do FCR Portugal Gateway.
- ii) **Publicidade e propaganda:** o aumento desta rubrica resultou dos gastos com os eventos associados ao 10º Aniversário da Portugal Ventures.
- iii) **Honorários:** inclui os gastos com os honorários dos representantes em Conselhos de Administração de sociedades participadas e de prestadores de serviços da sociedade, a redução

desta rubrica face a 2021 justifica-se pela integração nos quadros de pessoal dos colaboradores que estavam em regime de prestação de serviços, nomeadamente na área jurídica e unidades de negócio.

- iv) Livros e documentação técnica, respeita essencialmente à subscrição da GlobalData (17.305 euros) e do Pitchbook (27.052 euros).
- v) Rendas e Alugueres: refere-se essencialmente às rendas dos escritórios de Lisboa e locação operacional referente a viaturas ligeiras de passageiros.
- vi) Outros serviços: respeita essencialmente ao condomínio do escritório de Lisboa.

As rubricas de deslocações e estadas e combustíveis, apresentam um aumento, dado o levantamento das restrições a deslocações que existiram em 2021 pela situação pandémica do Covid-19.

24. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2022, foram como segue:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	269 076	141 274
Remunerações do pessoal	1 641 556	1 603 573
Indemnizações	-	34 178
Encargos sobre remunerações	428 417	390 370
Seguros - Acidentes de trabalho	9 899	8 972
Gastos de ação social	24 169	10 988
Outros	168 469	127 709
Total	2 541 585	2 317 063

Em 2022 os gastos com pessoal refletem a manutenção da redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, resultantes da aplicação do disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

No exercício de 2022, o número médio de colaboradores ao serviço da Portugal Ventures foi de 39 (36 no ano anterior), sendo 3 administradores e 36 colaboradores.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

25. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica registou os seguintes movimentos:

Imparidade de dívidas a receber (gastos/overstated)	2022		2021	
	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber
Clientes	-	997	-	29 255
Outros créditos a receber	-	-	(8 128)	-
Devedores por acréscimos de rendimento	-	-	(8 128)	-
	-	997	(8 128)	29 255
Total	997		21 127	

26. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como em 2021 esta rubrica não teve movimento.

27. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Os aumentos e reduções de justo valor são assim decompostos:

Aumentos / reduções de justo valor	2022	2021
Ajustamentos Positivos		
Participações Financeiras		
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	3 352 167	11 833 466
	3 352 167	11 833 466
Ajustamentos Negativos		
Participações Financeiras		
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	1 293 782	182 699
	1 293 782	182 699
Total	2 058 385	11 650 767

Em 2022, o valor incluído na rubrica "ajustamentos positivos", materialmente relevante, deveu-se essencialmente ao impacto da forte valorização de três empresas participadas com peso significativo em três Fundos participados pela Portugal Ventures (FCR Universitas, FCR Tech Competitiveness e FCR

Internacionalização), o valor incluído na rubrica "ajustamentos negativos", materialmente relevante, deveu-se essencialmente ao impacto da desvalorização de uma empresa participada com peso significativo no FCR Gow and Expand participado pela Portugal Ventures.

28. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de outros rendimentos é decomposta do seguinte modo:

Outros rendimentos		2022	2021
Rendimentos nos restantes ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis		424	274
Outros Inv. Financeiros - Unidades de Participação	i)	1 633	90 603
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Alienações		83	14 159
Outros			
Excesso da estimativa para impostos		2 747	1 813
Outros	ii)	15 585	7 856
Total		20 472	114 704

- i) Rendimentos em outros investimentos financeiros: resultou do ganho com redução de capital em dois Fundos participados pela Portugal Ventures.
- ii) Outros: resultou essencialmente no recebimento da cedência de créditos a favor da Portugal Ventures aquando da liquidação do FCR FINICIA e FCR Indústrias Criativas.



 Feb



29. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

Outros gastos		2022	2021
Impostos	i)	15 142	10 398
Gastos nos restantes ativos financeiros			
Outros Investimentos Financeiros - UP's		2 777	-
Correcções relativas a períodos anteriores		25	-
Quotizações	ii)	11 709	14 471
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		276	38
IVA - Regularizações		-	2 659
Outros	iii)	4 064	4 158
Total		33 993	31 724

- i) Impostos: respeita às taxas da C.M.V.M., Imposto Municipal sobre Imóveis e outras taxas de entidades públicas.
- ii) Quotizações: corresponde às quotas do período de 2022 para a Associação StarUp Portugal, Invest Europe e APIES.
- iii) Outros: respeita essencialmente à comissão do banco depositário do FCR Turismo.

30. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O detalhe desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é como se segue:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2022	2021
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	42 696	43 805
Equipamento de transporte	2 766	2 766
Equipamento administrativo	14 072	15 867
Outros ativos fixos tangíveis	395	395
	59 929	62 833
Ativos intangíveis		
Com vida útil finita	19 069	29 121
	19 069	29 121
Total	78 998	91 954

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares obtidos do exercício findo a 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

Juros e rendimentos similares obtidos	2022	2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	4 696	2 739
Outros financiamentos concedidos	7 862	16 355
Total	12 558	19 094

32. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERIODO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Impostos sobre o rendimento (DR)	2022	2021
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	48 000	26 995
Impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias	627 334	734 534
Gasto com impostos sobre o rendimento	675 334	761 529

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), à revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais.

Assim, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2019 a 2022, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a inspeções das Autoridades Fiscais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor até 31 de dezembro de 2022, o prazo de reporte de prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 é de 12 anos, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017 e até 31 de dezembro de 2019 podem ser reportados por um período de 5 anos (para os exercícios de 2014 a 2016 por um período de 12 anos) após a sua ocorrência e suscetíveis de

dedução aos lucros fiscais gerados durante esses períodos, mas a sua utilização encontra-se limitada a 70% desde 1 de janeiro de 2014, o referido limite é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Os períodos de tributação de 2020 e 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

O direito ao reporte dos prejuízos fiscais pode caducar caso se verifique, à data do termo do período de tributação em que é efetuada a dedução, que, em relação àquele a que respeitam os prejuízos, se verificou a alteração da titularidade de mais de 50 % do capital social ou da maioria dos direitos de voto, podendo requerer-se o direito a esse reporte. Assim, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar, em casos de reconhecido interesse económico e mediante requerimento a apresentar à Autoridade Tributária e Aduaneira, que não seja aplicada a anulação referida.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Rubricas	2022	2021
Resultado antes de imposto	2 664 649	12 774 899
Valores a acrescentar à matéria coletável	1 315 679	208 098
Valores a deduzir à matéria coletável	(3 493 260)	(17 692 977)
Lucro tributável	487 068	(4 709 981)
Prejuízos fiscais	(389 655)	-
Matéria colectável	97 414	(4 709 981)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Coleta	20 457	-
Derrama	7 306	-
Tributação autónoma	20 237	26 995
Imposto corrente	48 000	26 995
Imposto s/ rendimento diferido	627 334	734 534
Imposto s/ rendimento	675 334	761 529
Taxa efetiva de imposto	25,3%	6,0%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como o segue:

Ativos por impostos diferidos	Ativos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Prejuízos fiscais reportáveis	Total
Saldo em 01-01-2021	-	15 856	1 518 750	-	1 534 606
Imposto s/rendimento		(4 530)	(1 518 750)	1 041 750	(481 530)
Saldo em 01-01-2022	-	11 326	-	1 041 750	1 053 076
Imposto s/rendimento		(51)		(134 482)	(134 533)
Saldo em 31-12-2022	-	11 275	-	907 268	918 543
Passivos por impostos diferidos	Ativos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Prejuízos fiscais reportáveis	Total
Saldo em 01-01-2021	10 584	-	15 635	-	26 219
Imposto s/rendimento	(535)		253 539		253 004
Saldo em 01-01-2022	10 049	-	269 174	-	279 223
Imposto s/rendimento	(535)		493 337		492 802
Saldo em 31-12-2022	9 514	-	762 511	-	772 025
Impostos diferidos líquidos a 2022	(9 514)	11 275	(762 511)	907 268	146 518



As participações financeiras designadamente as participações nos fundos de capital de risco estão valorizadas ao justo valor, de acordo com a política referida na nota 4.4 deste Anexo.

Em 8 de julho de 2020, a Autoridade Tributária vem esclarecer através de uma Informação Vinculativa o seguinte:

“Processo: 2249/20, PIV 176904 Refira-se, ainda, que, o próprio elemento literal do art.º 51.º-C do CIRC, ao referir-se a “partes sociais” e a “outros instrumentos de capital próprio associados às partes sociais” não permite abranger no âmbito da norma as unidades de participação em fundos, não sendo, por este motivo, aplicável o regime de *participation exemption* às mais e menos valias decorrentes da transmissão onerosa das unidades de participação, quer em FII e FCR nacionais quer em FCR estrangeiros.”

Com base nesta Informação Vinculativa o procedimento da Portugal Ventures coincide com o entendimento da Autoridade Tributária.

Assim, os ajustamentos, quer positivos quer negativos, destas participações financeiras originam diferenças temporárias tributáveis e consequentemente o reconhecimento de passivos ou ativos por impostos diferidos.

No período foram reconhecidos 762.511 euros de passivos por impostos diferidos, referentes a ajustamentos às participações nos fundos de investimento onde a Portugal Ventures tem participação.

Reconhecimento de passivos por impostos diferidos:

Descrição	Valores
Perdas por redução do justo valor acumuladas	(2 485 335)
Ganhos por aumento do justo valor acumuladas	5 804 782
Constituídas pela disciplina do Banco de Portugal	69 490
Diferenças temporárias tributáveis	3 388 937
Taxa imposto	22,50%
Passivo por imposto diferido	762 511

No período foram reconhecidos 907.268 euros de ativos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais reportáveis.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos:

Descrição	Valores
Prejuízo fiscal do exercício de 2021	4 709 981
Prejuízo fiscal deduzido de 2021	(389 655)
Diferenças temporárias dedutíveis	4 320 326
Taxa imposto	21,00%
Ativo por imposto diferido	907 268

De acordo com política contabilística do reconhecimento de impostos diferidos, referida na nota 4.11 Imposto sobre o rendimento, foram calculados ativos por impostos diferidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto que seja provável que exista lucro tributável relativamente ao qual a diferença temporária possa ser usada.

33. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

33.1. Remunerações do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

As remunerações do pessoal chave da gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Remuneração	2022	2021
Remuneração total	269 076	141 274
	269 076	141 274

Estas remunerações correspondem ao valor dos respetivos gastos reconhecidos no exercício dos membros do Conselho de Administração, sendo 3 membros em 2022, (2021 apenas 2 membros) e 2 membros do Conselho Fiscal que iniciaram funções a 1 de janeiro de 2022.

33.2 Transações realizadas e saldos resultantes de transações

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas durante o ano de 2022 e de 2021:

Partes relacionadas - transações	2022	
	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços prestados	4 547 866	-
	4 547 866	-
Partes relacionadas - transações	2021	
	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços prestados	4 203 271	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	836	963
	4 204 107	963

Os serviços prestados aos Fundos geridos pela Sociedade correspondem aos valores das comissões de gestão dos 16 Fundos (Nota 21).

No final do exercício de 2022, os saldos com partes relacionadas decompõem-se da seguinte forma:

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2022	
	Acionistas	FCR geridos pela empresa
Contas a receber correntes	-	2 216 226
Ajustamentos de dívidas	-	-
Contas a receber líquidas	-	2 216 226
Contas a pagar correntes	(394)	-
Total contas a pagar	(394)	-

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2021	
	Acionistas	FCR geridos pela empresa
Contas a receber correntes	-	2 064 139
Ajustamentos de dívidas	-	-
Contas a receber líquidas	-	2 064 139
Contas a pagar correntes	(394)	-
Total contas a pagar	(394)	-

O valor inscrito na rubrica de contas a receber correntes relativo aos Fundos respeita essencialmente aos valores em dívida das comissões de gestão (Nota 11).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

A Sociedade não prestou garantias a terceiros por responsabilidades assumidas por partes relacionadas.

Não existem garantias prestadas por partes relacionadas a terceiros por responsabilidades assumidas pela Sociedade.

34. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2022, no valor de 1.989.315,62 euros (um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e quinze euros e sessenta e dois cêntimos) seja constituída reserva legal de 99.465,78 (noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos) e o restante seja transferido para Resultados Transitados.

4
M
JCB

HA

35. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO

A Portugal Ventures confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, mais informa, não ser devedor de qualquer dívida vencida perante o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas é de 13.650 euros, estes valores são sujeitos a IVA à taxa normal. O Revisor Oficial de Contas não prestou quaisquer serviços adicionais para além dos honorários de revisão legal de contas.

36. FACTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras foram emitidas em 9 de março de 2023.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2022 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

Não foram identificados riscos, para além dos inerentes ao desenvolvimento da atividade de capital de risco da Sociedade, que possam por em causa a continuidade da Portugal Ventures.

Porto, 9 de março de 2022

O Contabilista Certificado



António Joaquim da Costa Gadelho

O Conselho de Administração



Presidente

Rui Pedro Soares Ferreira



Vice-Presidente

Teresa Cristina Lima Fiúza Fernandes



Vogal

Pedro Maria Pereira de Melo Breyner

40
2.1
103

ANEXOS – Relatórios, Certificações e Pareceres

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Portugal Capital Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 57.810.105 euros e um total de capital próprio de 56.416.971 euros, incluindo um resultado líquido de 1.989.316 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Portugal Capital Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor do capital de risco.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor do capital de risco;

CS

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

68

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização., entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al.e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de março de 2023



António Magalhães & Carlos Santos- SROC
representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos - ROC nº 177

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ex.mos Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa atividade e o parecer sobre os documentos de prestação de contas e sobre o relatório apresentados pelo Conselho de Administração da PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do período, acompanhámos a atividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Acompanhámos igualmente o desenvolvimento dos trabalhos efetuados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e apreciamos a sua certificação legal das contas sem reservas, datada de 10 de março de 2023, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e tomámos também conhecimento das certificações legais de contas, sem reservas, emitidas pelos Revisores Oficiais de Contas dos Fundos de Capital de Risco participados pela Sociedade.

Encerrado o período, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Apreciamos o Relatório de Boas Práticas do Governo Societário, elaborado pela Sociedade nos termos do artigo 54.º n.º 2, do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, o qual contém informação atual e completa, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo e cumpre, em todos os aspetos materiais, a legislação e demais normas aplicáveis.

PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

NIPC 502206128

Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 4100-079, Porto, Portugal

e-mail: conselho.fiscal@portugalventures.pt

Portugal Ventures

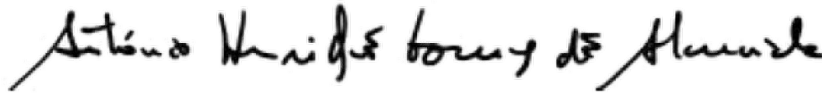
Considerando o relatório de gestão, que contém uma proposta para aplicação dos resultados, explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras refletem a correta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados pela Assembleia Geral:

- 1 - O relatório de gestão e as demonstrações financeiras, referentes ao período de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2 - A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

O Conselho Fiscal



Presidente – Ana Sofia Ferreira Pires da Silva



Vogal – António Henrique Gomes de Almeida



Vogal – Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.,
representada por:
André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça

PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

NIPC 502206128

Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 4100-079, Porto, Portugal

e-mail: conselho.fiscal@portugalventures.pt

GLOSSÁRIO

Nº total de operações de investimento analisadas

Nº total de projetos de investimento analisados pela Portugal Ventures no período em análise.

Nº de operações de investimento analisadas, enquadradas na política de investimento

Do nº total de operações de investimento analisadas, aquelas que se enquadram na política de investimento do Fundo.

Total de Investimento em novas participações concretizado no exercício

Investimento total concretizado no exercício em novas empresas na carteira do Fundo, ao custo de aquisição: subscrição de capital social (ações/quotas) e prémios de emissão, realização de prestações acessórias de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes – **Operações correntes**. Não estão incluídas as conversões de ativos, as entradas em carteira decorrentes de fusão de fundos ou transmissões de ativos – **Outras operações**.

Total de Investimento em reforços de participações concretizado no exercício

Investimento realizado no exercício em empresas que já constam da carteira do Fundo – inclui tranches já comprometidas nos períodos anteriores, independentemente de serem novas, *follow on investment* ou *bridge*.

Nº de novas operações de Investimento concretizadas no exercício

Nº de novas empresas na carteira do Fundo concretizado no exercício: subscrição de capital social (ações/quotas) e prémios de emissão, realização de prestações acessórias de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes – **Operações correntes**. Não estão incluídas as conversões de ativos, as entradas em carteira decorrentes de fusão de fundos ou transmissões de ativos – **Outras operações**.

Y
H.
102

Nº de operações de reforço de investimento concretizadas no exercício

Nº de operações de investimento realizados em empresas que já constam da carteira do Fundo – inclui tranches já comprometidas nos períodos anteriores, independentemente de serem novas, *follow on investment* ou *bridge*.

Total de Desinvestimento concretizado no exercício

Montante de desinvestimento concretizado ao custo de aquisição em participações no exercício: Alienação/Redução por extinção de capital social (ações/quotas), reembolso de prestações acessórias de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes – **Operações correntes**. Não estão incluídas as conversões de ativos, ou as saídas de carteira decorrentes de transmissões de ativos – **Outras operações**.

Nº de operações de Desinvestimento concretizadas no exercício

Nº de operações de desinvestimento concretizado em empresas: Alienação/Redução por extinção de capital social (ações/quotas), reembolso de prestações acessórias de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes – **Operações correntes**. Não estão incluídas as conversões de ativos, ou as saídas de carteira decorrentes de transmissões de ativos – **Outras operações**.

Nº de operações de desinvestimento total concretizadas no exercício

Nº de participações em empresas alienadas totalmente no exercício, incluindo os *write-offs*. Considera todas as empresas em que se desinvestiu a totalidade dos ativos detidos (capital social (ações/quotas), prestações acessórias de capital, suprimentos/mútuos e safes).

% de operações de desinvestimento total com mais-valias face ao valor de aquisição

Nº de empresas alienadas totalmente no exercício com mais-valias face ao valor de aquisição/nº total de empresas alienadas totalmente no exercício.

Total de Investimento em Carteira

Investimento realizado em empresas registado no balanço ao custo de aquisição na data da análise: em capital social (ações/quotas) e prémios de emissão, prestações acessórias/ suplementares de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Valorização do Investimento em Carteira

Investimento realizado em empresas registado no balanço ao justo valor (isto é, valor da última avaliação) na data da análise: em capital social (ações/quotas) e prémios de emissão, prestações acessórias/ suplementares de capital, suprimentos/mútuos, SAFES, Convertible Notes.

Participação Acionista

% do capital social detido pelo Fundo em cada empresa da carteira na data de referência.

Maturidade do investimento

Período de permanência (em anos) na carteira do Fundo desde a data do primeiro investimento realizado na empresa.

Setores de Atividade

Classificação de acordo com a CAE (Classificação Portuguesa das Atividades Económicas-Rev 3) principal da empresa participada.